

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

**A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA  
O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA ILHA DA RITA/SC**

CIBELE DALINA PIVA FERRARI

Joinville

2013

CIBELE DALINA PIVA FERRARI

**A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA  
O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA ILHA DA RITA/SC**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) – como requisito para obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes.

Joinville

2013

## Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

F375c Ferrari, Cibele Dalina Piva  
A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da ilha da Rita/sc / Cibele Dalina Piva Ferrari ; orientadora Dra Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – Joinville: UNIVILLE, 2013.

126f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural. 2. Ilha da Rita/SFS. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo. (orient.). II. Título.

CDD 363.69

## Termo de Aprovação

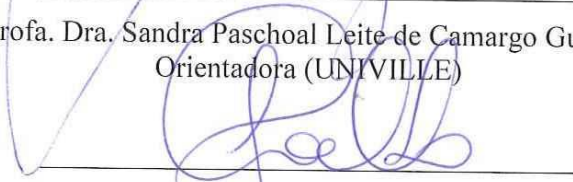
“A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC”,

por


Cibele Dalina Piva Ferrari


Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

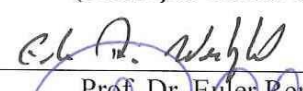
  
 \_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
 Orientadora (UNIVILLE)

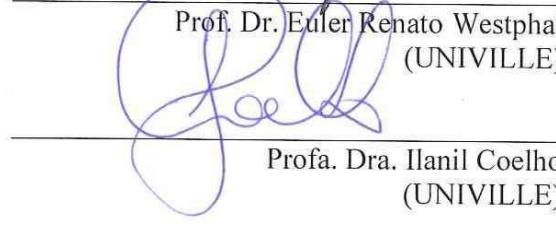
  
 \_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Ilanil Coelho  
 Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

### Banca Examinadora:

  
 \_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
 Orientadora (UNIVILLE)

  
 \_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Adelina de Oliveira Novaes  
 (Fundação Carlos Chagas - FCC)

  
 \_\_\_\_\_  
 Prof. Dr. Euler Renato Westphal  
 (UNIVILLE)

  
 \_\_\_\_\_  
 Profa. Dra. Ilanil Coelho  
 (UNIVILLE)

Joinville, 25 de fevereiro de 2013.

*Dedico este trabalho primeiramente àquela que desde o ventre acreditou em mim, me motiva e me dá forças em todos os momentos, me faz ter vontade de ir sempre mais longe para que eu me realize por nós duas: Nilcéia, minha mãe.*

*Dedico também ao Theo André, meu afilhado, à Lara, ao Raul e à Isabela, filhos de grandes amigas que nasceram durante esses dois anos e que eu tenho o prazer de conviver. Aos meus dois sobrinhos que estão a caminho, Pedro Henrique e Camila, e também à Isadora. Essas crianças trazem muita alegria às nossas vidas, renovam a fé e a vontade de batalhar por um mundo melhor!*

## AGRADECIMENTOS

Este é, sem dúvida alguma, o melhor e mais aguardado momento de um trabalho acadêmico: poder deixar um pouco de lado o rigor e recordar aquelas e aqueles que foram importantes nessa caminhada. Um trajeto árduo, mas muito feliz pelas pessoas e instituições que me auxiliaram.

Deposito inicialmente minha gratidão em Deus. Pela certeza do Seu cuidado, que nunca falha e é perceptível nos mínimos detalhes, fazendo-nos vivenciar Sua graça e fidelidade em todo o tempo.

Ao Filipe me faltam palavras para agradecer o companheirismo, o amor, o carinho, a amizade e o apoio pessoal e profissional com que, do nosso jeito, levamos a vida. Também pela disposição para volta e meia recomeçarmos. Não poderia deixar de agradecer ainda as inúmeras vezes em que leu este trabalho e pelas contribuições que deu. Se não fosse assim, nada teria a graça que tem e seria bem mais difícil. Devo confessar que sou melhor ao teu lado. Muito obrigada, querido!

Aos meus pais, sou grata por terem feito de mim o que sou. Por terem aceitado que eu não seria exatamente aquilo que sonharam e por me apoiarem em todos os meus passos, deixando com que eu aprenda com os próprios acertos e erros. A eles e aos demais da família, obrigada pelo costumeiro apoio, pela torcida e, principalmente, pela paciência com as vezes em que a ausência e a ansiedade me venceram e me impediram de desfrutar bons momentos juntos.

À professora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, um “muito obrigada” me parece pouco à gratidão que tenho pela confiança depositada em mim. Pela paciência, pelo grande exemplo de profissional e de mulher que é, pela amizade, pelas palavras e pelo olhar sempre reconfortantes em momentos de desespero. Também pela motivação e pela inspiração para que sejamos sempre mais, melhores e que cheguemos mais longe. Foi uma grande referência na minha graduação, e o que vi, vivi e aprendi nesses dois anos como orientanda é grande demais para eu conseguir descrever em poucas palavras.

À Universidade da Região de Joinville – Univille e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, por terem provido os recursos financeiros para a realização dessa pesquisa e do curso. Agradeço aos

funcionários da Univille que providenciam que tudo ocorra como o devido, em especial à Rosemeri que, na secretaria do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, faz muito mais do que lhe é devido. Consegue ter paciência conosco e ainda ser um ombro amigo. Agradeço também à Bruna que cumpriu essa função em determinados momentos. Pessoas como vocês duas fazem a caminhada ser mais leve. Obrigada!

Agradeço aos professores e professoras que se dedicam a nos oferecer o que existe de melhor. Cada um, com sua formação, seu jeito e suas paixões, tem uma colaboração importante nessa caminhada. Uns mais de perto, seja em sala de aula ou no mesmo projeto. Outros apenas em reuniões de colegiado e nos corredores do curso. Cabendo, sem dúvidas, um agradecimento nominal aqueles que deixaram uma marca ainda mais significativa: aos professores Ilanil Coelho e Euler Westphal, agradeço por terem aceitado o convite para participarem da qualificação e da banca. À professora Ilanil, um agradecimento também pela referência de mulher e de profissional que é para minha vida desde a graduação. À professora Dione da Rocha Bandeira, pela sua presença constante durante todo o processo — isso representou muito para mim. À professora Raquel Alvarenga Sena Venera, pela paixão que tem pela educação, pela pesquisa, pela vida, por toda força e sensibilidade que me inspiram muito. À professora Sueli Cagneti, pela sensibilidade com que conseguiu despertar em mim o respeito e o interesse pela literatura infantil. À professora Eleide Findlay, por ter contribuído muito para a elaboração do projeto de pesquisa. Ao professor Afonso Imhof e à professora Marta Heinzemann, agradeço a presença constante em minha formação e, também, a oportunidade de terem me cedido espaço em suas aulas para a realização do estágio da docência. Agradeço também à professora Adelina de Oliveira Novaes, por ter aceitado o convite de vir ao sul do país especialmente para participar da banca. Sinto-me honrada por ter tido a oportunidade de conviver e aprender com todos vocês.

À turma IV, minha gratidão pelas experiências que vivemos juntos, pela parceria e pelo companheirismo, coisas que não se acham facilmente por aí. Vocês todos são demais, cada um em sua área e com suas particularidades. Guardarei todos com carinho no coração, sempre na torcida pelo sucesso e pela felicidade de cada um. Agradeço especialmente à minha parceira de pesquisa, companheira para todas as horas e grande amiga: Fernanda Borba. Muito bom tê-la reencontrado nesse momento das nossas vidas e ter solidificado uma amizade que eu quero levar

para sempre. Agradeço também o apreço e parceria da Etienne Meira e da Roberta Nabuco de Oliveira. Às turmas III e V agradeço o acolhimento e os laços fraternos criados durante as disciplinas que cursei com vocês, em especial, ao Douglas Neander, com quem foi muito bom retomar a parceria da graduação em algumas disciplinas, e pela amizade que perdura até hoje.

Ao Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural – GEIPAC, agradeço a companhia na caminhada, os aprendizados e todos os momentos que vivemos juntos. Ao André Lima e ao Thiago Fossile, pelas parcerias nas pesquisas e pela amizade. Ao André, agradeço também todos os mapas que fez. À Roberta Cristina Silva (Pauli), pela convivência doce e agradável e, principalmente, pela referência que foi para esse trabalho! Vocês são a prova de que “todos juntos somos fortes, somos flecha e somos arco”, como disse o grande Chico Buarque.

Aos amigos do Joinville Garten Shopping que acreditaram que eu poderia ir além, que torceram para que isso acontecesse e que ainda estão presentes na minha vida, muito obrigada. Em especial ao Laércio Pavanello, grande entusiasta dessa empreitada, e ao Adilson Aviz, pela coragem de seguir junto nesse trajeto, ter sido um parceiro de trabalhos acadêmicos e pelas contribuições profundas e diferenciadas que sempre trouxe às discussões. Nossa sala ficou completa com você!

Agradeço ao Douglas “Poff” Bahr Leutprecht, pela companhia que foi durante esta caminhada, pela troca de experiências, preocupações, notícias ou, simplesmente, pelo papo jogado fora diversas vezes. Aos amigos da Miuni, amigos de faculdade, de colégio, da vida, que ainda são presentes e pelos quais sou muito grata a Deus, obrigada pela torcida de sempre. Cada um de vocês é um pedacinho fundamental em mim!

Às minhas leitoras voluntárias, Ana Carolina Luz, Emanuely Schneider e Renata Lisboa, obrigada especial pela paciência e pelas contribuições. E agradeço também às transcritoras que me auxiliaram, de forma rápida e eficiente: Marluce Ribeiro e Nathalia Hammes, sem vocês eu teria demorado meio ano a mais! Obrigada!

Um agradecimento muito especial a todos os francisquenses que doaram do seu tempo para responder às minhas perguntas e me ajudar com a pesquisa, das mais diversas formas que fizeram isso — pela ajuda em encontrar entrevistados, pelas conversas que tive nos comércios e lanchonetes da Ilha de São Francisco do



Sul e do Distrito. Impossível nominar a todos e injusto nominar apenas alguns, agradeço então a todos pela enorme compreensão e ajuda que tornaram possível esse trabalho.

Por mais estranho que pareça, encerro agradecendo à minha maior companheira desses dois anos, que sempre esteve comigo com muito carinho para dar e receber, disposta a qualquer coisa, mesmo que fosse esperar um dia inteiro para cinco minutos de brincadeira. Foi um presente do céu que fez com que eu não reparasse tanto na solidão que a vida de bolsista confere: Norma Jeane. Mesmo sem entender como os seres humanos entendem, nosso amor e gratidão são recíprocos, eu sei!

*“A educação popular é o meio mais eficaz de assegurar a  
defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.”*

*Rodrigo Melo Franco de Andrade*

## RESUMO

A Ilha da Rita pertence ao município de São Francisco do Sul e está localizada na baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina. Foi uma base naval de importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial e utilizada como posto de abastecimento a navios. A pesquisa realizada para elaboração da presente dissertação objetivou compreender quais são as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita, partindo da hipótese de que ela seja considerada um patrimônio cultural. Buscou-se compreender esse patrimônio considerando seus aspectos históricos, sociais, econômicos, geográficos, ambientais e, principalmente, sua relação com os indivíduos, como é representado e como poderá ser apropriado e ressignificado. Utilizou-se, para isso, a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, e a compreensão de que estas são importantes para discutir o patrimônio cultural na contemporaneidade. Além das obras relacionadas à Teoria das Representações Sociais, a pesquisa bibliográfica buscou aprofundar os conceitos de patrimônio cultural, memória, identidade, identificação e interdisciplinaridade. Para melhor alcançar os objetivos, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa com a aplicação de 300 formulários com 28 perguntas e 18 entrevistas utilizando a metodologia da História Oral. A verificação destes elementos possibilitou identificar fatores sociais determinantes relacionados aos grupos, tais como idade, escolaridade, ocupação profissional e local de moradia. O fator social relativo à escolaridade se destacou em relação à concepção de patrimônio cultural e chama a atenção para a importância da educação na sensibilização dos indivíduos frente ao seu patrimônio. Contudo, percebemos que as representações sobre o patrimônio cultural em São Francisco do Sul estão fortemente ancoradas em uma identificação comunitária, não sendo possível verificar distinções entre grupos. Por meio do boca a boca são repassadas as informações dentro da cidade e percebemos consenso em várias respostas. Essa identificação comunitária é fruto da força dos elementos que orientam a gênese das representações sociais. O conteúdo do núcleo central identificado em torno do patrimônio cultural da Ilha da Rita refere-se à importância da história representada nele e à possibilidade de sua utilização como recurso turístico. Além disso, essa pesquisa evidenciou que a população tem necessidade e vontade de participar mais das decisões em torno do que é seu. Sugerem-se atividades voltadas à educação patrimonial e à participação democrática destas pessoas nas decisões da gestão pública, o que irá potencializar sua relação com sua cultura e sua utilização como recurso turístico.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Interdisciplinaridade, Representações Sociais, Ilha da Rita.

## ABSTRACT

The Ilha da Rita [Rita's Island] belongs to the city of São Francisco do Sul and is located in the baía da Babitonga [Babitonga's bay], in the north coast of Santa Catarina. It was a naval base of strategic importance during Second World War, used as gas supply to ships. The research conducted to the elaboration of this dissertation, has aimed to understand what is the social representation of São Francisco do Sul population about Ilha da Rita [Rita's Island], based on the hypothesis that it is considered a cultural heritage. Attempts were made to understand this heritage, considering its historic, social, economic, environmental aspects, and, primarily, its relation with the individuals, as it is represented, and how it will be adequate proper and re-meaningful. For this, it was used the theory of Social Representations, developed by Serge Moscovici and understanding that these are important aspects in order to discuss the cultural heritage in the contemporary times. Besides the works related to the theory of social representations, the bibliographic research looked forward to deepen the concepts of cultural heritage, memory, identity, identification and interdisciplinarity. To better achieve the objectives, it was decided to carry out a qualitative and quantitative research, with the application of 300 forms, with 28 questions and 18 interviews using the methodology of oral history. The verification of these elements allowed to identify relevant social characteristics related to the groups, such as age, education, occupation and place of living. The social factor concerning the education distinguished itself in relation to the conception of cultural heritage and points out to the importance of education in sensitizing of individuals ahead of their heritage. However, it is perceived that the representations of cultural heritage in São Francisco do Sul are strongly rooted in a community identification, not being able to identify distinctions between the groups. Through small talk, information is passed on within the city and it is noticed consensus on several answers. This community identification is the result of the force of factors that guides the genesis of social representations. The content of the central core identified around the cultural heritage of Ilha da Rita [Rita's Island] refers to the importance of history represented in it, and the possibility of its use as a touristic resource. Furthermore, this research evidenced that the population needs and desires to take part of decisions taken on what they are owners. Suggested activities related to heritage education and democratic participation of these people in the decisions of public administration, which will enhance their relationship with their culture, and the use of it as a tourist resource.

Key-words: Cultural Heritage, Social Representations, interdisciplinarity, Rita's Island.

## LISTA DE FIGURAS

1 – Localização do território do município de São Francisco do Sul e da baía Babitonga, em destaque a Ilha da Rita	18
2 – Localidades do Distrito do Saí	53
3 – Travessias públicas entre o Distrito do Saí e a Ilha de São Francisco do Sul	52
4 – Foto aérea da Ilha da Rita	57
5 – Residência principal do posto de comando da base naval, hoje habitada pela família de um caseiro	58
6 – Tanque de óleo combustível	58
7 – Depósito de Carvão	59
8 – Alojamento dos marinheiros	59
9 – Parte do trapiche reformado	60
10 – Pórtico da base durante o seu funcionamento	60
11 – Pórtico da base, início da escadaria e, ao lado, tubos de água	61
12 – Homens trabalhando no terreno íngreme da Ilha da Rita	63
13 – Vista das obras em estágio mais avançado	63
14 – Estrutura do alojamento e do depósito de carvão	63
15 – Estrutura do tanque de óleo, casa do comandante ao fundo	64
16 – Mulheres visitando as obras	64
17 – Visitas oficiais às obras	64
18 – Inauguração da Base de Abastecimento Naval de São Francisco do Sul, na Ilha da Rita	65
19 – Perfil dos entrevistados por meio do formulário	75
20 – Localização do Patrimônio Cultural no Distrito do Saí	91
21 – Incidência de palavras positivas e negativas sobre a Ilha da Rita	95

## LISTA DE GRÁFICOS

1 – Tempo de residência em São Francisco do Sul após a migração	76
2 – Frequência com que se dirigem à Ilha de São Francisco do Sul e a Joinville	77
3 – O que é Patrimônio Cultural	79
4 – O que é Patrimônio Cultural X Local de moradia	79
5 – O que é Patrimônio Cultural X Gênero	80
6 – O que é Patrimônio Cultural X Escolaridade	81
7 – O que é Patrimônio Cultural X Faixa etária	82
8 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural	84
9 – Motivos para preservação do Patrimônio Cultural	87
10 – Atenção dispensada ao Patrimônio Cultural considerada pelos moradores do Distrito	89
11 – Atenção dispensada ao Patrimônio Cultural considerada pelos moradores da Ilha de São Francisco do Sul	89
12 – Como ouviu falar sobre a Ilha da Rita	93
13 – Como conheceu pessoalmente a Ilha da Rita	94
14 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural	98
15 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita	100
16 – O que deve ser feito na Ilha da Rita	103

## LISTA DE TABELAS

1 – O que é Patrimônio Cultural X Ocupação	83
2 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Faixas etárias	85
3 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Escolaridade	85
4 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Gênero	86
5 – Por que a Ilha da Rita é um Patrimônio Cultural X Gênero	98
6 – Por que a Ilha da Rita é um Patrimônio Cultural X Faixa Etária	99
7 – Por que a Ilha da Rita é um Patrimônio Cultural X Faixa Etária	99
8 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X Idade	101
9 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X Escolaridade	102
10 – Envolvimento prático com a Ilha da Rita	104

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1 – O ESTUDO INTERDISCIPLINAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	<b>22</b>
1.1 – O Estudo do Patrimônio Cultural	22
1.2 – A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas e Sociais	25
1.3 – As Representações a partir da História	34
1.4 – A Teoria das Representações Sociais e o Patrimônio Cultural	36
<b>2– O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA</b>	<b>51</b>
2.1 – São Francisco do Sul	51
2.2 – A Ilha da Rita	56
2.3 – O Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul	68
<b>3 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ILHA DA RITA</b>	<b>72</b>
3.1 – Investigando Representações Sociais	72
3.2 – Perfil dos entrevistados	74
3.3 – Representações Sociais sobre o que é o Patrimônio Cultural	78
3.4 – O Patrimônio Cultural da Ilha da Rita	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>121</b>
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA	121
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS ORAIS	125
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTAS ORAIS	125



## INTRODUÇÃO

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem enquanto patrimônio cultural.

O interesse pelo estudo do patrimônio cultural já era algo presente em minha vida desde a graduação em História, disciplina que é extremamente ligada a este assunto. Compreender como ela é representada no patrimônio cultural e sua significação na contemporaneidade, fruto de processos históricos e sociais, é algo que me instiga muito. A decisão pelo ingresso no programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille se pautou nesse desejo, e a caminhada percorrida nos dois anos de curso me fez afirmar essa paixão e desenvolver outra: a interdisciplinaridade. A integração do conhecimento de diferentes disciplinas se complementando para fornecer os subsídios necessários para uma análise global do patrimônio é uma forma muito prazerosa de pensar e fazer ciência. Perceber os aspectos biológicos e geográficos, por exemplo, que influenciaram os acontecimentos históricos relacionados ao patrimônio cultural, ou que estejam ligados à sua constituição enquanto tal, nos auxilia a compreender como a cultura está relacionada com todas as esferas da vida em sociedade, incluindo a relação dos indivíduos com a natureza.

A definição do tema e do objeto de pesquisa foram etapas interessantes durante todo o processo e, como costume dizer, não escolhi a Ilha da Rita, ela sim que me escolheu. Isso ocorreu com o ingresso no Projeto Rita<sup>1</sup> e o recebimento da bolsa integral da Capes. Várias possibilidades foram se desenhando dentro dos

---

<sup>1</sup>Projeto de Pesquisa “Rita”, com financiamento da CAPES, do CNPq e da Univille. É ligado ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” e é coordenado pela Profa. Dra. Sandra P. L. de Camargo Guedes.

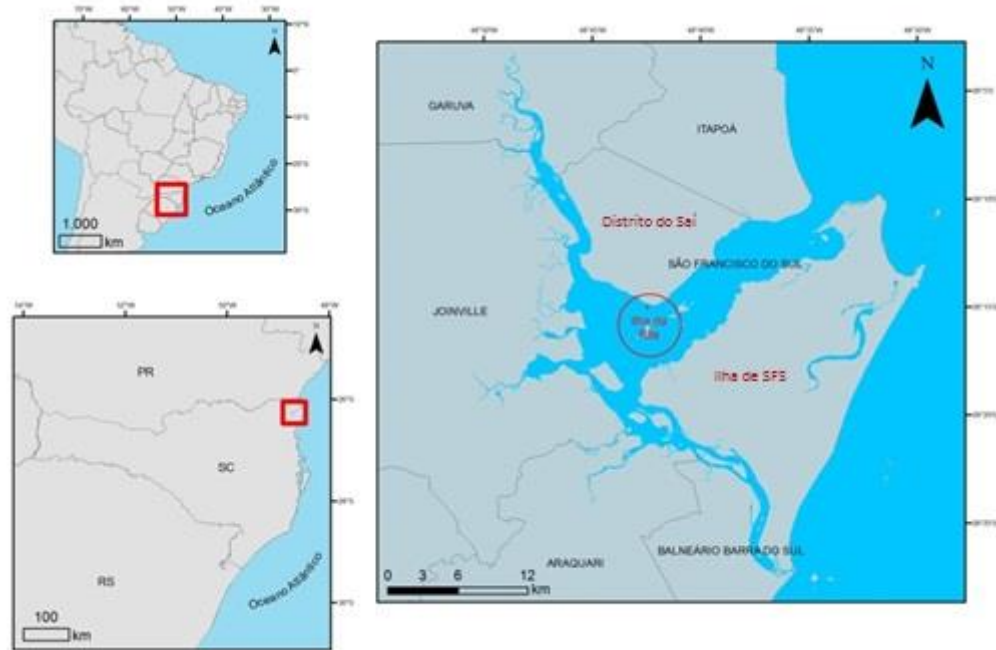
objetivos da pesquisa até decidirmos por estudar essa ilha na contemporaneidade por meio do conhecimento das representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre ela. A realização que sinto em escrever essa dissertação é fruto, sem dúvida alguma, da escolha teórica que fizemos e do que a bolsa Capes me proporcionou com a possibilidade de me dedicar integralmente à pesquisa. O financiamento e a interação com outros profissionais em eventos científicos, em especial a 11ª Conferência Internacional de Representações Sociais, em Portugal, contribuíram muito para a minha formação pessoal e profissional.

A escolha por desenvolver nosso estudo do patrimônio cultural por meio da Teoria das Representações Sociais se baseia numa possibilidade de compreensão ampla do objeto, tendo em vista que “as representações permitem acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais” (ALMEIDA; JODELET, 2009, p. 105). A produção historiográfica sobre o tempo presente encontra nessa teoria uma forma de compreender como os aspectos históricos influenciaram a organização das sociedades na contemporaneidade.

De acordo com Serge Moscovici, que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais na Psicologia Social, na década de 1960, “todas as interações humanas pressupõem representações e é isso que as caracteriza” (MOSCOVICI, 2009, p. 40). Maria Cecília de Souza Minayo afirma que nas Ciências Sociais as representações são definidas como “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” e que estão inseridas no jogo de interesses e disputas sociais. (MINAYO, 2009, p. 89).

A pesquisa realizada para a elaboração dessa dissertação objetivou, portanto, identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul, um dos seis municípios que compõem a baía Babitonga, no nordeste de Santa Catarina, a respeito da Ilha da Rita. O município de São Francisco do Sul é formado pela ilha de mesmo nome e pelo Distrito do Saí, separados pela baía Babitonga e mais 24 ilhas, dentre elas a Ilha da Rita, que fica a apenas 400 metros do continente, como pode ser observado na Figura 1. Essa ilha serviu como base naval durante a Segunda Guerra Mundial, sendo que ainda existem remanescentes da sua utilização enquanto tal.

Figura 1 – Localização do território do município de São Francisco do Sul e da baía Babitonga, em destaque a Ilha da Rita.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

Desde 1999 a Ilha da Rita está cedida pela Marinha para a Universidade da Região de Joinville – Univille, que vem realizando diversos estudos no local e, nos últimos dois anos, está desenvolvendo projetos interdisciplinares que visam sua requalificação. Reunindo pesquisadores de história, ciências sociais, geografia, arquitetura, arqueologia e biologia, os projetos desenvolvidos têm por objetivo comum reunir informações e gerar conhecimento, de forma interdisciplinar, sobre o patrimônio cultural da região. Esse estudo realizado em grupo proporciona a troca de informações e um conhecimento aprofundado do bem em questão. A presente dissertação é integrante do projeto financiado pelo edital Capes/Prosup 2205/2010, que contemplou duas mestrandas com bolsas integrais para a realização da pesquisa no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Com ênfase na formação histórico-social da Ilha da Rita e do Distrito do Saí, o projeto financiado pelo referido edital abrangeu aspectos relacionados à arqueologia da escravidão negra no Distrito do Saí, pela historiadora Fernanda Mara Borba (2013), e às representações sociais sobre a Ilha da Rita, que são apresentados nessa dissertação.

Tendo em vista a importância histórica da Ilha da Rita e o patrimônio natural inserido no rico ecossistema da baía Babitonga que a envolve, buscamos investigar

por meio das representações sociais de que forma a população do município de São Francisco do Sul se apropria dela enquanto patrimônio cultural, como dá sentido a ela, como se relaciona com a sua história e como entende a conservação deste legado com vistas a iniciativas culturais no local. Os dados resultantes da pesquisa poderão servir como subsídios para projetos de intervenção cultural na Ilha da Rita e no cotidiano da população, buscando não apenas a preservação, mas o desenvolvimento de atividades que considerem os interesses locais, tendo como objetivo final a sustentabilidade desse patrimônio.

Iniciamos este trabalho com ampla revisão bibliográfica, contemplando leituras e análises de obras que tematizam a Teoria das Representações Sociais; a historiografia de São Francisco do Sul e região; os conceitos de patrimônio cultural, memória, identidade e, também, sobre a metodologia da História Oral.

As metodologias que empregamos estão apoiadas em uma abordagem quali-quantitativa, que contribuiu para uma compreensão ampla e profunda do problema de pesquisa. A pesquisa quantitativa foi realizada com a formulação e a aplicação de formulários<sup>2</sup>, instrumentos importantes para respondermos ao problema apresentado. Foram aplicados trezentos formulários<sup>3</sup> com 28 perguntas (Apêndice 1), sendo 270 na sede do município e o restante no Distrito do Saí, dada a distribuição da população entre esses dois espaços de São Francisco do Sul. A amostra foi dividida entre os dois gêneros e três faixas etárias: 1) 18 a 29 anos; 2) 30 a 55 anos; 3) acima de 56 anos. Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados, em programa Excel, permitindo o cruzamento para a análise das informações.

Além da coleta de documentos, utilizou-se a metodologia da História Oral, que possibilitou perceber, na fala dos entrevistados, as representações sociais sobre a Ilha da Rita, o patrimônio cultural local e as ideias para reutilização do espaço, bem como as memórias desse lugar.

Inicialmente foi consultado o acervo do Laboratório de História Oral da Univille – LHO, buscando as entrevistas referentes à Ilha da Rita realizadas por outros pesquisadores. Além da consulta ao acervo do LHO, foram feitas 18 novas

---

<sup>2</sup> A presente investigação foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

<sup>3</sup> A definição do número de questionários foi determinada a partir do número de habitantes de São Francisco do Sul e das características do questionário, estabelecendo uma amostragem representativa da população. No último censo, o IBGE estimou a população em 42.569 habitantes, sendo que a divisão entre os gêneros é consideravelmente paritária (IBGE, 2011).

entrevistas orais com gestores municipais, lideranças locais, fuzileiros navais que serviram à Marinha na Ilha da Rita e também com 11 representantes dos gêneros e faixas etárias selecionados para a abordagem quantitativa, tanto na sede do município quanto no Distrito do Saí. As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada e seguiram um roteiro prévio e comum (Apêndice 2), sendo iniciadas com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3). Os entrevistados, divididos entre os dois gêneros e as três faixas etárias, foram escolhidos a partir da relação com o objeto de pesquisa, com a educação ou a cultura no município, e por meio do importante auxílio de uma rede de informantes entre a população local. Os gestores municipais foram entrevistados conforme disponibilidade e relação com a pesquisa.

As entrevistas orais constituem-se como importantes fontes para o estudo do patrimônio cultural, pois além de exprimirem representações sobre o objeto de pesquisa, as memórias “carregam marcas, trajetórias de vida, revelam singularidades e subjetividades, refazem, reconstróem e repensam com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 2001, p. 55). A História Oral proporciona a compreensão do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está finalizado (MEIHY, 1996). Isto por meio da sua utilização enquanto metodologia, uma vez que ela por si só não responde às hipóteses, mas fornece os caminhos possíveis para a interpretação dos fatos a partir dos depoimentos orais (FERREIRA; AMADO, 1998).

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, discute a relevância da prática interdisciplinar, já que não existe uma fonte de conhecimento completa e que se baste, mas sim a necessidade da interação entre as diversas áreas na busca de uma ampla compreensão dos objetos estudados. Partindo do nosso campo de formação e atuação profissional que é a História, realizamos o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural da Ilha da Rita por meio da Teoria das Representações Sociais, com auxílio de outras disciplinas, como a Estatística, a Biologia, a Arqueologia e a Geografia. Para tanto, discutimos ainda neste capítulo a teoria criada por Serge Moscovici na Psicologia Social, apresentando os aspectos teóricos que orientaram nossa análise.

No segundo capítulo, apresentamos a Ilha da Rita, inserindo-a em uma discussão sobre o patrimônio cultural de São Francisco do Sul. Para isso, buscamos na historiografia a respeito do município, em fotografias do acervo do Museu

Histórico, em depoimentos orais, em informações geográficas, em dissertações produzidas referentes ao assunto e em informações sobre os aspectos biológicos da região os recursos para compreender o contexto que estamos estudando.

No terceiro e último capítulo, “Representações Sociais sobre a Ilha da Rita”, expomos e discutimos os dados obtidos na pesquisa de campo, buscando compreender as representações sociais que a população de São Francisco do Sul tem sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita.

## 1. O ESTUDO INTERDISCIPLINAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Acredita-se que para uma melhor compreensão do patrimônio cultural, considerando suas dimensões histórica e social e também as relações estabelecidas pelos indivíduos, a prática interdisciplinar seja a forma de estudo que possibilite uma visão mais completa. O conhecimento histórico, integrado a outras formas de saber, tais como a Sociologia, a Psicologia Social, a Arqueologia, a Biologia e a Geografia, entre outras, pode fornecer os subsídios necessários para compreender o patrimônio cultural na contemporaneidade em seus múltiplos aspectos e implicações. Estudar o patrimônio cultural por meio da investigação das representações sociais é uma das possibilidades interdisciplinares que promovem uma compreensão ampla do objeto de estudo.

O estudo das representações sociais pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e como ele é construído, pois as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos. Essas percepções, enquanto material de estudo, são matéria-prima muito importante e também se transformam em ferramenta para ações pedagógicas e políticas de transformação, porque retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

Para tanto, é importante iniciar essa dissertação discutindo a respeito da ciência e da interdisciplinaridade na contemporaneidade, buscando fazer uma reflexão sobre a contribuição da investigação das representações para o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural.

### 1.1 O estudo do Patrimônio Cultural

Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009). Sua identificação é necessária para que ele seja incluído nas atividades da gestão

municipal, tanto àquelas relacionadas ao fomento da cultura do município quanto à sua inclusão na agenda turística.

Abreu e Chagas afirmam que a cultura serve para a integração das pessoas, inclusive de diferentes países, trazendo benefícios não apenas políticos, mas também econômicos (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 72). A salvaguarda do patrimônio não é somente uma obrigação estatal relacionada à preservação da história local, mas algo ligado à vida dos indivíduos em sociedade e que influencia a construção cultural de cada grupo. Para George Yúdice (2006), a cultura configura-se como um recurso inesgotável que atrai e gera investimentos relacionados ao desenvolvimento econômico e turístico, por exemplo.

A cultura na contemporaneidade é então um capital a ser negociado, consumido, vendido, experimentado. Yúdice (2006) afirma que o capitalismo neoliberal tem muito a ver com a redefinição do que é cidadania e da forma de exercê-la, pois a cultura passa a ser reconhecida como um aspecto que deve ser performatizado na ação cotidiana dos indivíduos enquanto cidadãos, e a cultura local é a referência para sua atuação global. O fato da produção de determinados bens estar ligada a aspectos culturais faz com que eles sejam mais desejados. A dinamização das identidades e das representações, também reguladas a partir desse processo, segundo Yúdice (2006), estão intimamente ligadas à constituição do patrimônio cultural, com o contexto em que cada indivíduo está inserido e à forma como ele se relaciona com isso.

Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar, que fundamentam os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade de memórias e identidades é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea.

Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço. Sandra Pellegrini concorda com a importância que o patrimônio e as memórias que carrega têm para a formação da identidade, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e



transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão” (PELEGRINI, 2009, p. 23).

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, sendo que os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008). O patrimônio é um campo onde conflitam interesses, o patrimônio edificado, as práticas culturais, entre outros, e são aspectos que demandam interesses de valoração e preservação, influenciando diretamente no cotidiano dos indivíduos, conforme Sandra Pellegrini (2009, p. 23):

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade.

Para Françoise Choay, o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo (CHOAY, 2006). Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas, de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é, de fato, complexo, e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam. Esse conceito é dinâmico, está em constante processo de elaboração e, segundo o historiador francês Le Goff (1990), o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolveram as escolhas.

Diante disto, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas e difundidas, sendo que essas escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudá-lo, deve se levar em conta o que significa dentro do contexto em que está sendo analisado e como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinado momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural.

Os conceitos de memória, identidade e representação são extremamente importantes no estudo do patrimônio cultural por estarem articulados aos processos de construção social, contudo, não é possível delimitar exatamente qual é primeiramente desencadeado no indivíduo. Memória e identidade não podem ser confundidas, pois a memória é um elemento constitutivo da identidade. Da mesma forma, os conceitos de memória social e representação não devem ser embaralhados: embora ambos os processos se construam nas relações sociais e atuem sobre a identidade, existem diferenciações quanto às formas com que circulam no tecido social. Assim, é a partir da compreensão desses conceitos e da influência do patrimônio cultural na formação do indivíduo enquanto cidadão que se pode analisar a constituição de um bem em patrimônio cultural dentro de determinado contexto.

Para a compreensão desses processos, tendo em vista os fatores sociais, históricos, biológicos e geográficos, dentre outros, determinantes na constituição do patrimônio cultural em determinado contexto, a interdisciplinaridade é, de fato, a melhor forma de analisar esses fenômenos. No entanto, isso não é algo dado, uma receita a ser seguida. É fruto de processos internos e externos à ciência, que moldaram essa prática da forma como está sendo discutida atualmente.

## 1.2 A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas e Sociais

Para refletir sobre a interdisciplinaridade nas ciências humanas e sociais, acredita-se ser preciso, inicialmente, refletir sobre a situação em que se encontram. A proposta é dialogar com os autores que discutem esses assuntos, não se pretendendo definir prescritivamente o conceito de interdisciplinaridade. Para tanto, são relevantes as discussões feitas pelo professor português Boaventura de Souza Santos. Suas proposições no livro “Introdução a uma ciência pós-moderna” (2003) buscam a compreensão da prática científica e o aprofundamento do diálogo com as demais práticas de conhecimento.

Para Santos, a ciência moderna encontra-se mergulhada em uma profunda crise, vivendo uma época de transição para um novo paradigma, que ele afirma que, na falta de melhor denominação, pode-se usar o já criado termo de pós-moderno

(SANTOS, 2003, p. 11). O autor acredita ser imprescindível para a análise desse paradigma pós-moderno entender como as várias correntes trabalham e desenvolvem sua forma de compreensão do mundo e como transformam o distante em próximo, ou seja, propõe que os cientistas interpretem e reflitam sobre a ciência e o objeto de estudo. Esta reflexão, segundo o autor, deve ser orientada pelo desejo de diálogo com tal objeto, enriquecendo e contribuindo para o aprofundamento da “autocompreensão do nosso papel na construção da sociedade” (SANTOS, 2003, p. 12). Santos destaca a necessidade da discussão acerca das condições sociais da produção do conhecimento científico, bem como de sua distribuição, o que denomina consequências sociais.

A ciência tem, para o autor, uma questão prática da qual o cientista precisa ter consciência de que deve desenvolver seu trabalho de forma reflexiva e crítica, sabendo do papel que possui na construção da sociedade. Ela é uma prática social do conhecimento e uma tarefa realizada em diálogo com o mundo. Para Santos, é necessário transformar a ciência de um objeto estranho em um “parceiro de contemplação e transformação do mundo” (SANTOS, 2003, p. 13). A compreensão do momento pelo qual a ciência está passando apresenta-se como necessária para que o cientista repense o seu papel.

A proposta de concepção de uma ciência pós-moderna de Santos (2003) está inserida no que ele denomina de movimento de desdogmatização da ciência, que ocorre no pós-guerra. Este período é apontado por alguns autores como momento de crise das ciências em geral. A hegemonia adquirida é questionada, os dogmas são criticados e, por isso, Santos defende a necessidade da interpretação da ciência, principalmente das ciências sociais. Palmonari e Cerrato (2011) definem esse período como o momento de crise na Psicologia Social, quando ela se destaca como ciência social, consciente da necessidade da interdisciplinaridade e de sua atuação sobre a realidade.

O senso comum é outro fator destacado por Santos como importante no momento de crise da ciência: ele é considerado como forma de conhecimento necessária a uma ciência prudente. Para o estudo das representações sociais, o senso comum pode ser considerado o local em que as informações são formadas e comunicadas. De acordo com Serge Moscovici (2009), ele é outra ordem de conhecimento da realidade, diferente do conhecimento científico tanto em sua elaboração quanto na sua função. O conhecimento científico é produzido a partir de

metodologias delimitadas, com a função de compreender a realidade e dominá-la. Contudo, senso comum e conhecimento científico alimentam-se um do outro na sua construção.

Ivani Fazenda (1993, 1999) afirma que ao senso comum deve ser dada uma atenção dentro da construção do conhecimento e, principalmente, em relação à prática interdisciplinar, pois com o diálogo ampliado do científico com o senso comum é que a ciência consegue ter uma dimensão enriquecedora na prática social e nas relações entre os indivíduos. Ela não deve ser uma prática para si — e é a partir dessa concepção que este trabalho é construído: refletindo criticamente sobre a ciência, sua produção e sua relação com o todo do tecido social.

Ao tratar da distinção de várias disciplinas dentro das próprias ciências sociais, Santos diz que, apesar de ser construída a partir de uma totalidade, que é a realidade social ou o fenômeno social total, essa distinção disciplinar dentro do campo é proveniente do fato de que cada uma das disciplinas aborda, encara e analisa, de forma diferenciada, a mesma “realidade social” (SANTOS, 2003, p. 14). O autor credita a fragmentação disciplinar da ciência moderna a processos internos do conhecimento científico-social, nos quais as disciplinas transformam a sociedade em múltiplos objetos. O estudo interpretativo da ciência proporciona, então, a compreensão do papel das ciências sociais no mundo técnico-científico-contemporâneo e na necessidade de articulação dos saberes que produzem o conhecimento, bem como nas demais práticas de conhecimento que tecem a sociedade e o mundo. Santos defende que o cientista social tenha conhecimento teórico e que articule isto com as demais formas de conhecimento da sociedade que estuda, tendo consciência de que dela faz parte. É possível afirmar, portanto, que a produção articulada do conhecimento seja realizada de forma mais global por meio da prática interdisciplinar.

Outro pensador que questiona e discute o paradigma da ciência moderna é Edgar Morin (2005), que sustenta a necessidade imperativa de uma reforma do conhecimento a partir da teoria do “pensamento complexo”. Para o autor, a sociedade está enredada nos paradigmas da ciência clássica, impossibilitando o desenvolvimento de um conhecimento mais flexível e aberto, assim como a adaptação da consciência ao nível de complexidade que o século XXI apresenta à existência humana. Esta situação requer, aliás, uma reorganização do conhecimento, e Morin credita à educação a missão de possibilitar o nascimento do

novo homem.

Para Morin, a ciência clássica dissolveu a complexidade aparente dos fenômenos adotando procedimentos fragmentários e reducionistas, o que considera insustentável. A reforma no pensamento científico é tão indispensável para Morin quanto “a renovação do espírito das culturas da humanidade”, pois é esta que favorece a habilidade para abertura aos grandes problemas, para que se reflita sobre o saber, integrando-o à vida para explicar a própria conduta e auxiliar no conhecimento de si (MORIN, 2000, p. 32). Segundo o autor, a configuração do saber no século XXI não comporta mais a forma de construção do saber da ciência moderna, pois exige outras categorias de compreensão e de ação sobre os fenômenos analisados. E é a partir do pensamento complexo por ele proposto que isso será possível. Não é uma nova visão de mundo e nem uma nova teoria, e sim a consciência de que a fragmentação é uma forma mutilante de conhecimento, que desconsidera a complexidade dos objetos e sujeitos de estudo. A interdisciplinaridade apresenta-se, portanto, como uma prática possível de ser implementada e que possibilita o diálogo entre os saberes, integrando os conhecimentos disciplinarizados pela ciência moderna. É a reconciliação que integra os diversos saberes com o objetivo de preparar os indivíduos para a compreensão e a ação na realidade em que estão inseridos.

A psicóloga Angela Almeida, na apresentação do livro “Representações Sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas”, organizado por ela e Denise Jodelet, afirma que Moscovici demonstrou a possibilidade de diálogo entre as disciplinas das ciências humanas e sociais com a criação da Teoria das Representações Sociais, quando “contestou a tendência majoritária daquela época, de tratar os fenômenos da realidade social e cultural ancorados em dinâmicas individuais” (ALMEIDA; JODELET, 2009, p. 9). Para ela, “a perspectiva psicossocial, sustentada por Moscovici, e os desdobramentos que ela tem gerado, constitui um terreno fértil, e aberto desde seu início para a interdisciplinaridade” (ALMEIDA; JODELET, 2009, p. 9).

É por isso que essa pesquisa foi desenvolvida de forma interdisciplinar, objetivando a compreensão dos fatores que envolvem a produção das representações sociais sobre a Ilha da Rita e a forma como elas influenciam a sociedade local, bem como se relacionam com as possibilidades de requalificação desse patrimônio cultural. A ciência pós-moderna pode ser considerada, a partir de

Santos, como uma ciência que necessita se autocompreender, buscando assim não apenas a compreensão do objeto de estudo, mas do local social em que está inserido e do papel que o cientista ocupa.

De acordo com Philippi Jr e Silva Neto, a interdisciplinaridade surge no século XX como a possibilidade de suplantação da fragmentação do conhecimento e da compartimentalização da ciência. É no momento do pós-guerra que a sociedade encontra-se em crise e é neste momento que a interdisciplinaridade apresenta-se como uma forma crítica de busca de respostas que já não era mais alcançada com a disciplinaridade, caracterizada como “fragmentadora e simplificadora do real” (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011, p. 21). É, portanto, na crise do paradigma da ciência moderna que se compreende a emergência e o fortalecimento da proposta interdisciplinar na produção de conhecimento.

A interdisciplinaridade apresenta-se como uma oposição ao tipo de organização tradicional do saber, considerada por Japiassu como “um convite a lutar contra a multiplicação desordenada das especialidades e das linguagens particulares nas ciências” (JAPIASSU, 1976, p. 54). Para Ivani Fazenda, a interdisciplinaridade é troca, é integração, e sua maior premissa é a parceria entre os especialistas, sendo necessariamente um projeto coletivo e que “não se ensina, não se aprende: vive-se e exerce-se” (FAZENDA, 1993, p. 109).

Japiassu propõe-se a oferecer elementos e instrumentos conceituais básicos para a tomada de consciência sobre a necessidade da prática interdisciplinar nas ciências humanas e sociais, considerando a interdisciplinaridade como uma exigência interna dessas ciências, favorecendo uma melhor compreensão da realidade que ajudam a conhecer, assim como reflete sobre as condições que se produzem, elaboram e articulam os conhecimentos interdisciplinares (JAPIASSU, 1976). Para ele, a interdisciplinaridade emerge como fruto da necessidade de superar a fragmentação disciplinar que é expressão do desmembramento da realidade humana, pois a ciência esmigalhada reflete, segundo o autor, uma consciência também esmigalhada (JAPIASSU, 1976).

Segundo o autor, a interdisciplinaridade é a incorporação dos resultados das diversas disciplinas, ocorrendo o diálogo entre os conceitos e as formas de análise, caracterizada pela intensidade das trocas realizadas nesse diálogo e pelo grau de integração real das disciplinas dentro de um mesmo projeto. Ela impõe a transcendência da especialidade, tendo consciência dos seus próprios limites para o

acolhimento das contribuições de outras especialidades, propondo a epistemologia da complementaridade (JAPIASSU, 1976, p. 26). A interdisciplinaridade proporciona análises especializadas e fragmentadas relacionadas com sínteses totalizadoras e abrangentes, além da integração de conhecimentos disciplinares objetivando avanços qualitativos na compreensão dos objetos de estudo (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011, p. 178).

A interdisciplinaridade se justifica a partir de seis razões principais: 1) promove trocas generalizadas de informações e de críticas; 2) amplia a formação geral; 3) questiona a possível acomodação dos cientistas; 4) prepara melhor os indivíduos para a formação profissional (referindo-se aqui à prática interdisciplinar no ensino); 5) prepara e engaja os especialistas na pesquisa em equipe; 6) assegura e desenvolve a educação permanente, pois a interdisciplinaridade pressupõe questionamento constante (JAPIASSU, 1976). É, portanto, o diálogo entre as estruturas, os métodos e os conceitos das disciplinas que entra no processo de integração e colaboração da prática interdisciplinar.

Ivani Fazenda propõe que a interdisciplinaridade seja uma atitude prática diante do conhecimento que consiste na “busca de alternativas para conhecer mais e melhor” (FAZENDA, 1993, p. 13). Contudo, esta atitude que se caracteriza por uma postura frente aos fatos não é uma imposição que despreze as particularidades das especialidades, mas uma atitude que impeça a supremacia de uma determinada ciência em detrimento de outras formas de conhecimento (FAZENDA, 1979). Para a autora, deve-se partir da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, completa e exaustiva, sendo necessário o diálogo com outras fontes do saber, inclusive com a validação do conhecimento do senso comum.

A interdisciplinaridade também é apontada por Philippi Jr e Silva Neto (2011) como uma prática, sendo uma forma de produzir conhecimento indispensável para a ciência contemporânea. Porém, consideram que não há, ainda, uma reflexão satisfatória que elucide a vastidão de problemas epistemológicos e metodológicos que enfrentam, cotidianamente, pesquisadores e docentes da área (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011). Tanto na educação quanto na pesquisa científica, ainda é polêmica a sua prática e a sua conceituação, bem como a diferenciação entre os níveis caracterizados por multi, pluri e interdisciplinaridade. Fica claro que há necessidade de que ela seja uma prática sempre reflexiva sobre si e sobre a forma como atua no contexto em que está inserida. A interdisciplinaridade não é doutrina,

nem ideologia, e se caracteriza por gerar constante dúvida e estar sempre num processo de reconstrução.

Fazenda afirma que a teoria interdisciplinar é construída pelo pesquisador a partir de sua história acadêmica, não sendo possível a construção de uma “única, absoluta e geral teoria do interdisciplinar” (FAZENDA, 1993, p. 25). A autora discute as ideias de vários especialistas (FAZENDA, 1979, 1993) e afirma que mesmo após o diálogo com tais autores não é possível construir um conceito único para a interdisciplinaridade, pois cada enfoque depende da linha teórica de quem pretende defini-la, além de que “interdisciplinaridade jamais se define e jamais se dá a definir” (FAZENDA, 1993, p. 109). Em termos práticos, a autora afirma que a interdisciplinaridade “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa” (FAZENDA, 1993, p. 30). Defende também que para a realização da prática interdisciplinar é necessário que se esteja aberto para as inovações e disponível para novas possibilidades de investigação, já que é um ponto de vista que permite uma reflexão aprofundada e crítica do conhecimento.

Segundo Japiassu (1976), a prática interdisciplinar incorre na tentativa de formulação de uma interpretação global da existência do homem, tal qual a reflexão sobre o sentido de sua presença no mundo. É um fenômeno que tem dupla origem: interna ao sistema das ciências, acompanhando seu desenvolvimento e organização; e externa tendo em vista a mobilização cada vez maior dos saberes científicos em prol da ação na realidade onde são produzidos (JAPIASSU, 1976, p. 42). Deve ser buscada para a solução dos problemas complexos aos quais as pessoas são confrontadas na contemporaneidade, almejando o conhecimento da realidade a partir da convergência dos conhecimentos parcelares.

Novas práticas de pesquisa têm se desenvolvido a partir da interdisciplinaridade, e disciplinas que até então não tinham comunicação, passam a interagir. O saber interdisciplinar, para além da reciprocidade teórica, metodológica e/ou tecnológica, favorece a criação de novos conceitos, teorias, modelos, metodologias e tecnologias de pesquisa. Philippi Jr e Silva Neto acreditam que com isso podem ser dadas respostas a novos problemas e questões de forma abrangente, o que seria impossível fazer com os conhecimentos de uma só disciplina. Não deve ser vista como uma escolha entre vários modos opostos de produção de conhecimento, mas sim como a utilização de alternativas que se



complementam (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011).

É trazida à tona pelos autores analisados a discussão de que, para além da emergência e da importante contribuição que a prática interdisciplinar forneça para o desenvolvimento da ciência, existe a crítica de que ela seja um tema da moda, por trás do qual existiria um processo ideológico maquiado pelas exigências acadêmicas e pelas leis de mercado que exigem profissionais cada vez mais eficientes dentro de um contexto globalizado. Contrapondo-se a essas críticas, Philippi Jr e Silva Neto (2011) afirmam que a interdisciplinaridade deixou de ser um luxo ou produto de ocasião, mas condição para o progresso das ciências. Para Japiassu (1976), a exigência interdisciplinar não é modismo nem esnobismo intelectual, e sim sintoma da patologia do saber<sup>4</sup>, sendo uma reivindicação crescente.

Uma questão fundamental para o trabalho interdisciplinar apontado pelos autores é a necessidade de uma sólida formação disciplinar, pois a construção interdisciplinar somente acontece na relação com ela mesma e numa visão severa a respeito do conhecimento produzido pela própria área. Conscientes disso, os pesquisadores em conjunto poderão ultrapassar fronteiras disciplinares e promover encontros férteis entre as disciplinas (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011). O objetivo da investigação interdisciplinar de fenômenos, objetos e fatos, é o enriquecimento do referencial teórico do qual se partiu e a compreensão do objeto estudado de forma global. Outro fator de extrema importância para essa prática é a admissão, por parte de cada especialista, de que o conhecimento de sua especialidade é parcial e relativo e, portanto, o ponto de vista será sempre particular e restritivo.

A prática interdisciplinar aproxima a ciência da existência social, vinculando o indivíduo ao mundo em que está inserido e auxiliando-o a se relacionar e atuar sobre a realidade social (JAPIASSU, 1976). Pode-se afirmar, então, que a interdisciplinaridade favoreça a hermenêutica da ciência proposta por Boaventura de Souza Santos (2003), uma vez que aproxima o cientista da realidade que está estudando. A interdisciplinaridade promove reciprocidade, interação, cooperação, intercâmbio, tendo como principal desafio a busca de uma linguagem comum e do desenraizamento dos especialistas. A etapa superior e ideal seria a da

---

<sup>4</sup> O autor defende que a super especialização do saber é a doença do mundo moderno, pois “a ciência é a consciência do mundo” (JAPIASSU, 1976, p. 14). A patologia do saber é a fragmentação das disciplinas, que é consequente da fragmentação dos objetos, dos indivíduos e da experiência. A intervenção interdisciplinar é a saída para esta situação, é “o remédio mais adequado à cancerização ou à patologia do saber” (JAPIASSU, 1976, p. 31).

transdisciplinaridade, que Philippi & Silva Neto (2011) consideram outra proposta emergente<sup>5</sup> e cujo objetivo é a inexistência de fronteiras estáveis entre as disciplinas. A produção do conhecimento é naturalmente interdisciplinar.

De acordo com Japiassu (1976), a metodologia das ciências caminhava, já na década de 1970, para a ultrapassagem do método disciplinar. Pode-se afirmar, quatro décadas depois, que a prática interdisciplinar tem se desenvolvido e alcançado lugares mais expressivos nas ciências humanas e sociais. Essa prática apresentou-se, portanto, como uma via para facilitar o enfrentamento do colapso do conhecimento e das ciências, sendo que a urgência de um campo interdisciplinar fez-se para reintegrar o conhecimento que auxiliasse na compreensão dessa nova realidade ainda mais complexa.

Pode-se considerar, a partir do exposto, que a interdisciplinaridade é para a ciência, na contemporaneidade, a forma encontrada para a busca de soluções e melhor compreensão desta nova realidade que se apresenta e seus desdobramentos. A realidade é complexa: tudo é fluído, nada é fixo e, para compreender isso, é necessária uma ciência que realize uma análise global, que utilize o conhecimento e os métodos de várias disciplinas. Japiassu considera que existam algumas disciplinas cujo caráter interdisciplinar salta aos olhos, como a Psicologia Social, que ele situa no cruzamento da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia. A História é outra disciplina apresentada por Japiassu como interdisciplinar por essência, não sendo apenas uma reconstituição dos acontecimentos.

Acredita-se que a pesquisa do patrimônio cultural também seja interdisciplinar por essência, pois está relacionada a aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, e também à relação que os indivíduos constroem com ele, seja material ou imaterial. Defende-se, portanto, que seu estudo seja realizado dessa forma, buscando compreender os diversos aspectos relacionados à constituição e a seu reconhecimento pela sociedade. Investigar como um patrimônio cultural é composto, os conflitos de interesse que existem nessa formação e as implicações disso na vida cotidiana dessas pessoas é uma forma de compreender como ela se organiza, como desenvolve a sua história e como constrói seu futuro.

O estudo das representações sociais é uma possibilidade interdisciplinar dentro das ciências sociais para o estudo das configurações da sociedade que,

---

<sup>5</sup> Estes autores creditam à Piaget a criação do termo “transdisciplinaridade”.

juntamente com a história, ajuda a compreender as motivações envolvidas nos processos de decisão que interferem nas ações dos indivíduos acerca do patrimônio cultural. A produção historiográfica sobre o tempo presente encontra, no estudo das representações sociais, uma forma de compreender a organização social na contemporaneidade.

### 1.3 As representações a partir da História

A história, longe de estudar sobre algo distante, é o estudo de “um passado acionado e produzido pelo e no presente, e que possui, por isso, uma dimensão política que muito pode ajudar a imaginarmos o nosso futuro” (COELHO; SOSSAI, 2011, p. 24). Esta pesquisa foi realizada partindo do campo da História e apropriando-se de conhecimentos e métodos da Psicologia Social para uma melhor e mais complexa compreensão da realidade social que está sendo examinada, com vistas a produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural no tempo presente.

As representações surgem para os historiadores a partir da segunda metade do século XX com a História Nova, que propõe, dentre outras coisas, a compreensão do que foi chamado por Fernand Braudel de história do Terceiro Nível, das permanências históricas ou história das mentalidades. Buscando estudar os modos de sentir e pensar dos indivíduos em determinado período, a história das mentalidades irá privilegiar as mediações sociais e a dialética entre as condições objetivas da vida e a maneira como são narradas, o que seria possível relacionar com o conceito da representação (VOVELLE, 1987). As mentalidades procuravam entender aquilo que se encontrava nas entrelinhas dos documentos, aquilo que de mais permanente existia nas sociedades, que estava implícito no subconsciente das pessoas e que só era possível ser compreendido na longa duração. Pretendia-se compreender como era conferido o sentido à vida em sociedade, à existência dos indivíduos em um dado espaço e em determinadas condições materiais. Esse conceito, considerado vago por muitos historiadores, foi retomado e aprofundado mais tarde, na década de 1980, com a chamada Nova História Cultural, por Roger Chartier, que preferiu o termo representações a mentalidades. Para ele, as representações são “o modo como em diferentes lugares e momentos uma

determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Assim, as representações são compreendidas como um sistema de relações, de significações e operações para a expressão e o recebimento de mensagens. É a reconstrução sempre parcial daquilo que se acredita ser a realidade. Ou seja, a ideia é então concebida como um signo, que tem a possibilidade de desempenhar várias funções, inclusive interpretar o mundo em que se vive. O estudo das representações colabora com a busca da compreensão dos fatos históricos por meio do estudo das relações sociais e da construção dos signos sociais que atuam diretamente sobre esse processo.

As representações possuem determinações fundamentais que são sociais, institucionais e culturais. Representar é algo que se estabelece nas relações sociais, são variáveis produzidas pelas disposições dos grupos, estáveis e partilhadas, sendo relativas aos mesmos (CHARTIER, 1990). Refletindo sobre o espaço de tensão entre o grupo e o indivíduo, Chartier definiu as representações como coletivas, relacionadas com a identidade social, e sua partilha por um grupo define uma visão comum (CHARTIER, 1990).

Dessa forma, são apresentadas como operações de sentido dentro das práticas sociais, e não existem práticas ou estruturas sociais que não sejam produzidas pelas representações, pelas quais os indivíduos conferem sentido ao seu mundo (CHARTIER, 1991). Elas não se opõem ao que é real para um grupo/indivíduo, são matrizes de classificação, ordenação e regulação dessa realidade, determinadas e construídas coletivamente.

Sandra Pesavento afirma que o conceito de representação foi uma redescoberta dos historiadores em sua maneira de enxergar o mundo e produzir a historiografia, desencadeando uma renovação nesses domínios, com novos temas e objetos (PESAVENTO, 2006). Coloca-se em cheque a crença da realidade histórica, uma vez que as representações expressam o real pensado, imaginado, e não a realidade. Uma realidade relativa aos indivíduos, aos grupos e aos momentos históricos em que é representada.

A Nova História Cultural valoriza as representações como importantes formas de análise das configurações sociais, das lutas e dos jogos de poder, percebendo-as ao mesmo tempo como geradoras e como consequência das práticas de construção coletiva, sendo possível pensar o social por meio das representações (PESAVENTO, 1995b).

Acredita-se que o conceito de representações utilizado pela História Cultural não é conflitante com o de representações sociais da Psicologia Social: o que os diferencia é, principalmente, a abordagem e os recursos teórico-metodológicos. Ambas as disciplinas inspiraram-se em Durkheim e sua concepção de representações coletivas para elaborar uma interpretação sobre esses fenômenos sociais que envolvem a construção de símbolos relacionados com o real. A Teoria das Representações Sociais irá privilegiar a gênese das representações, a forma como esse conhecimento é socialmente produzido, difundido, como influencia e é influenciado pelo meio. E a partir da compreensão dinâmica dessa como uma construção social, pode-se alcançar um melhor entendimento do patrimônio cultural dentro da realidade social. Para tanto, é necessário conhecer como surgiu a Teoria das Representações Sociais e seu desenvolvimento teórico, a fim de compor o referencial para a análise dos dados.

#### 1.4 A Teoria das Representações Sociais e o Patrimônio Cultural

Serge Moscovici é o psicólogo social que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais na década de 1960, quando já havia se radicado na França. Nasceu em 1928, na Romênia, e sua família era judia, o que fez com que se mudasse diversas vezes no período da Segunda Guerra Mundial. Ele chegou a ser preso num campo de trabalho, de onde saiu em 1944. Em 1961, terminou a sua tese sobre a construção do sentido comum da psicanálise, lançando a teoria das representações sociais dentro da Psicologia Social. Para Moscovici, a Psicologia Social é uma manifestação do pensamento científico que busca compreender dentro de um contexto social como os indivíduos reagem a fenômenos, a pessoas e a acontecimentos, uma vez que o processamento de informações é socialmente influenciado (MOSCOVICI, 2009, p. 30). Silvia Lane, pesquisadora da Psicologia Social no Brasil, em seu livro “O que é Psicologia Social”, define-a como a ciência que estuda o comportamento humano, tais quais os processos mentais (emoções e formas de pensar, por exemplo), e afirma que a Psicologia Social é a disciplina específica que estuda o comportamento humano enquanto socialmente influenciado, suas concepções de mundo, a relação com a linguagem e os valores assimilados

(LANE, 1989). Para ela, esta influência social é percebida, principalmente, a partir da aquisição da linguagem, que possibilita ao indivíduo se expressar e compreender o seu mundo pelos sistemas complexos de comunicação, pois “as palavras, através dos significados atribuídos por um grupo social, por uma cultura, determinam sua visão de mundo, um sistema de valores, e, conseqüentemente, ações, sentimentos e emoções decorrentes” (LANE, 1989, p. 9).

Os comportamentos humanos envolvem, invariavelmente, aspectos sociais, e são justamente esses, em sociedade, que interessam à Psicologia Social. A relação entre o indivíduo e a sociedade, assim como a forma com que se insere no processo histórico corrente, determina os papéis e as identidades por eles assumidos, que é o que irá influenciar seu comportamento. A família e a escola possuem, nesse sentido, importante função, pois são os espaços de socialização primária e secundária que definem aspectos fundamentais na transmissão da cultura e na institucionalização de valores, princípios e especificidades dos grupos. A Psicologia Social se ocupa, principalmente, das representações produzidas a partir das transformações pelas quais passam as sociedades e que motivam as ações dos indivíduos, dando também sentido às relações humanas.

Segundo Silvia Lane (1989), a Psicologia Social só se desenvolveu como estudo científico após a Primeira Guerra Mundial, com a intenção de compreender as crises e as convulsões pelas quais o mundo estava sendo abalado, o que é confirmado por Augusto Palmonari e Javier Cerrato (2011). Naquele momento, os estudos giravam em torno “dos fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações sociais, conflitos de valores, relações grupais etc.” (LANE, 1989, p. 76).

Será somente após a Segunda Guerra Mundial que a Psicologia Social atingirá seu auge nos Estados Unidos — período em que se destaca Gordon Allport (LANE, 1989), com pesquisas e experimentos que visavam formas de intervenção nas relações, buscando melhorias nas condições de vida dos indivíduos. Silva Lane aponta que esse momento de auge nos Estados Unidos se deve muito à migração de psicólogos europeus que, fugindo da guerra e inspirados nos problemas decorrentes, irão influenciar a Psicologia Social estadunidense que, por sua vez, será considerada um fenômeno tipicamente norte-americano (LANE, 1989). Assim, marcará a década de 1950 com a proposta de ser grande fonte de respostas para os problemas sociais. Naquela época, toda a concepção da racionalidade científica em

geral estava em choque e várias disciplinas passaram por momentos de crise e reconstrução, dentre elas a história e a Psicologia Social.

Apesar de todo otimismo, não foi possível operar as transformações da sociedade conforme a proposta norte-americana e, durante a década de 1960, aquele entusiasmo acabou. Silvia Lane afirma que na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, os psicólogos sociais criticaram o desenvolvimento da Psicologia Social estadunidense e seu caráter ideológico, que mantinha as relações sociais e não transformava a realidade, como proposto inicialmente. Assim, novas possibilidades estavam sendo pensadas (LANE, 1989).

Na América Latina, a princípio, a psicologia seguia o modelo norte-americano de intervenção mais ativa, mas a partir da década de 1970 e de um posicionamento próprio sobre a crise na Psicologia Social, ocorreu uma redefinição, desenvolvendo-se de forma mais crítica e independente. Palmonari e Cerrato afirmam que a Psicologia Social na América Latina passa então a ser considerada como uma ciência social cujo objeto é o estudo das relações cotidianas que se produzem na realidade social, os fenômenos relacionados ao conhecimento — as representações sociais (PALMONARI; CERRATO, 2011).

Para Moscovici, é evidente que “o desenvolvimento da Psicologia Social foi diretamente influenciado por eventos sociais concretos”, e é o que ocorrerá nessa ciência com a ocorrência da segunda grande guerra (MOSCOVICI, 2009, p. 119). Moscovici critica, no livro que lançou em 1961, o lento desenvolvimento da Psicologia Social europeia e sua falta de fundamentação, e orienta sobre a urgência em definir o objeto de pesquisa e discutir conjuntamente os paradigmas da Psicologia Social. Apresenta as contribuições da psicologia norte-americana, alertando os europeus a se preocuparem com os reais problemas da sociedade em que vivem e da contribuição que podem e devem oferecer para que ocorra a mudança social, e a necessidade de estruturação do campo na Europa.

Moscovici caracteriza o desenvolvimento da Psicologia Social como lento e credita essa lentidão ao peso do positivismo e às tensões entre os métodos observacionais e experimentais, bem como ao medo da especulação (MOSCOVICI, 2009). A consequência foi um excessivo respeito ao senso comum relacionado à uma ausência teórica e ao isolamento das disciplinas. Criada para ser uma ciência que fortalecesse a crítica social e política, a Psicologia Social acabou se tornando, nas palavras de Moscovici, a “ciência do comportamento”, o que influenciou seus

valores e princípios (MOSCOVICI, 2009, p. 147). O autor defende a Psicologia Social como a ciência dos fenômenos sociais, sendo esta sua base.

A Psicologia Social é uma ciência que se desenvolve necessariamente com o aporte de outras ciências, tais quais antropologia, sociologia, história e filosofia. Ela é, como anteriormente citado, em sua essência, interdisciplinar. O campo e as perspectivas da Psicologia Social são amplos e estão em permanente transformação. É o estudo da sociedade com vistas à atuação sobre ela o principal interesse da Psicologia Social e também da História, considerando a proposição de conhecer o passado para compreender o presente, reconstruindo-o, e atuar sobre o futuro. Denise Jodelet afirma que a Teoria das Representações Sociais consegue uma interação com todas as Ciências Humanas, pois articula múltiplas perspectivas de diferentes espaços de pesquisa (JODELET, 2002).

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica, e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Possibilita também a análise de seu comportamento frente ao objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009), as representações são produtos, mas também são processos dentro do contexto das interações sociais. São produtos, pois possuem conteúdos, organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos, pois se trata também de um movimento de apropriação dessa realidade. As práticas culturais geram as representações que, por sua vez, geram tais práticas.

Palmonari e Cerrato (2011) afirmam que é com o lançamento do livro ***La psicanalisis, son image et son public***, de Serge Moscovici, em 1960, que fica marcado o rompimento com o que chamam de Psicologia Social tradicional, dura e cheia de fórmulas, que esqueceu que os sujeitos pensam e se transformam cotidianamente, assim como seu entorno. A Psicologia Social que surge nesse momento não quer impor apenas uma maneira de explicação dos fenômenos psicossociais, nem uma única metodologia. De acordo com Eulogio Romero Rodríguez, o livro pioneiro de Moscovici é fruto do esforço de se afastar de um pensamento dogmático, ou seja, imposto e indiscutível, e explorar novas direções dentro da Psicologia Social (RODRÍGUEZ, 2004, p. 15). Gerard Duveen, na introdução da edição de 2009 do livro **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**, de Moscovici, afirma que a contribuição inovadora desta teoria



foi o fato de não ser apenas uma crítica negativa à situação constituída na Psicologia Social de então, mas sim de “elaborar uma alternativa positiva” (MOSCOVICI, 2009, p. 26).

É grande a diversidade de estudos e formas de aplicação da Teoria das Representações Sociais, sendo esta uma possibilidade para a pesquisa dos fenômenos sociais e psicossociais em conjunto com outras disciplinas. Ela rompeu com o pragmatismo comportamental e o reducionismo psicológico que imperavam. Palmonari e Cerrato (2011) afirmam que o excessivo individualismo com que se tratava o problema social pelas diversas teorias tinha levado a Psicologia Social a um reducionismo de laboratório e à criação de várias pequenas teorias para cada resultado alcançado. Para Eulogio Rodríguez, assim se perdeu toda a complexidade do quadro sociológico, além da perspectiva social e comunitária da Psicologia Social (RODRÍGUEZ, 2004).

Desde sua criação, a Teoria das Representações Sociais tem alcançado grande importância na Psicologia Social e seu campo de estudos tem crescido consideravelmente. Rodríguez destaca que novas perspectivas teóricas e metodológicas enriqueceram o estudo dos processos de construção social da realidade, sendo este um marco explicativo dos fenômenos psicossociais complexos e variados em contextos culturais heterogêneos (RODRÍGUEZ, 2004). É uma teoria que propõe uma visão global das relações e comportamentos humanos, possibilitando maior compreensão e ação sobre a realidade. Ao explicar o processo em que convergem conceitos básicos como sentido comum, vida cotidiana e linguagens, mostra de maneira clara como se organiza o pensamento que culmina em uma determinada representação compartilhada por um determinado grupo social. A Teoria das Representações Sociais propõe uma abordagem metodológica plural na pesquisa do pensamento do senso comum, privilegiando o social e o objeto do estudo (RODRÍGUEZ, 2004). Dessa forma, é uma teoria que, associada a outras ciências, contribui sobremaneira para o estudo do patrimônio cultural, pois é no senso comum que se formam as representações que o constituem enquanto um bem. Partir dessas construções para a compreensão do legado na contemporaneidade possibilita a orientação das atividades relacionadas com estes bens a partir de como os grupos sociais o representa.

Moscovici retoma o conceito de representação coletiva da sociologia e da antropologia com Durkheim e Lévi-Bruhl para estudar os modos de pensamento das

sociedades contemporâneas e propõe sua teoria, na qual analisa a maneira com a qual a psicanálise as envolve e participa da construção do sentido comum. Dessa forma, confere ao conceito geral de Durkheim uma especificidade no campo da Psicologia Social ao propor uma concepção das representações sociais como fenômenos particulares, como uma forma específica de conhecimento (RODRÍGUEZ, 2004). Moscovici vai além de Durkheim, definindo o que são as representações sociais, como se constroem cognitivamente e socialmente, sendo dinâmicas, e aponta uma metodologia de análise, associando-a com novas formas de pensamento (tais como o científico e as ideologias), tornando-se um marco da contemporaneidade.

Moscovici desenvolveu uma psicologia do conhecimento, centrando sua atenção na construção do pensamento, na maneira que os indivíduos formam teorias com o objetivo de interpretar o mundo e interagir nele (MOSCOVICI, 2009). Para ele, o campo da Psicologia Social é constituído pelos objetos sociais, que são os grupos e os indivíduos agindo coletivamente e recriando sua realidade, sendo eles também um produto social e a sociedade um sistema de relações entre estes indivíduos. Durkheim estava centrado em estudar as representações enquanto produtos coletivos, já Moscovici se interessava não apenas pelos conteúdos das representações enquanto produtos sociais, mas também pelos processos de construção e pelo seu contexto de elaboração. A teoria de Moscovici se apresenta como um marco conceitual mais flexível, pois permite analisar as representações sociais em vários níveis: individual, nos grupos, nas grandes estruturas sociais e também institucionais, considerando que a realidade é uma construção social.

Existem diferenças entre Moscovici e Durkheim, principalmente em relação à gênese das representações, como citado anteriormente. Entretanto, ambos as consideram como entidades quase tangíveis que se manifestam nas grandes produções sociais (mitos, crenças, lendas, religiões etc.) e também nos gestos cotidianos, nas palavras, nas relações, na forma de ver o mundo e nas comunicações (ALBA, 2004). O individual e o coletivo são níveis de análise que se complementam, contribuindo para a investigação da construção social da realidade.

Buscando enfatizar o caráter social de sua teoria, Moscovici afirma que as representações coletivas

constituem um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças, para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um

modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (MOSCOVICI, 2009, p. 49).

Moscovici defende a Psicologia Social como uma abordagem, afirmando que não pode ser definida apenas por uma teoria, uma corrente e um método, mas como uma ciência interessada pelos fenômenos de ideologia e comunicação, centrando no estudo da realidade social seu foco de investigações, pois a comunicação é o meio que possibilita o desenvolvimento da representação (MOSCOVICI, 2009). Moscovici definiu o campo específico da Psicologia Social como

o estudo de processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento de relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupal, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social. (MOSCOVICI, 2009, p. 154)

O autor define que a cultura é criada “pela e através da comunicação; e os princípios organizacionais da comunicação refletem as relações sociais que estão implícitas neles” (MOSCOVICI, 2009, p. 155). Neste mesmo sentido, Rodríguez afirma que esses processos culturais são estudados por meio de representações, que são processos mediadores entre duas instâncias: intelectual e sensorial, e são, então, uma terceira instância psíquica, com propriedades mistas que possibilitam a passagem da esfera sensorial para a esfera cognitiva (RODRÍGUEZ, 2004). Para Sandra Jovchelovitch, são as mediações sociais que geram as representações sociais — e estas influenciam nos processos de mediação em um processo mútuo e expressam o espaço do sujeito na sua relação com o diferente, buscando interpretar, entender e construir o mundo (JOVCHELOVITCH, 2009).

Diante disso, pode-se considerar que o estudo das representações, a partir da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, configura-se como uma importante forma de estudar o pensamento social e seus mecanismos de forma ampla. Além de refletir o comportamento e a estrutura social, uma representação também condiciona ou responde a isso (MOSCOVICI, 2009). Tal situação se deve não apenas a uma origem coletiva, mas a um objeto coletivo e, por este motivo, compartilhado por todos e reforçado pelas tradições (MOSCOVICI, 2009). O autor localiza a Psicologia Social como responsável por estudar as representações sociais, considerando suas origens, impacto e propriedade, pois acredita que

“nenhuma outra disciplina dedica-se a essa tarefa e nenhuma está melhor equipada para isso”, pois vê o indivíduo tentando resolver os enigmas centrais de sua existência influenciados pelo ambiente (MOSCOVICI, 2009, p. 42).

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos, orientando as atividades sociais transformando-se em posturas frente a essa realidade. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. Rodríguez concorda com Moscovici quando afirma que as representações são primeiro sociais e depois individuais, pois se elaboram com base em um processo cognitivo individual, mas que toma como referência o meio (RODRÍGUEZ, 2004). Moscovici insiste em sua especificidade, porque se diferencia de outros tipos de conhecimento socialmente elaborados como as modas, as correntes políticas ou religiosas, entre outros, porque nem todo pensamento social é uma representação (MOSCOVICI, 2009).

Ele afirma ainda que as representações sociais têm como função convencionalizar os objetos descrever, classificar e explicar a realidade (MOSCOVICI, 2009). Dessas funções se desdobram outras relacionadas à comunicação e à orientação dos comportamentos; são justificadoras desses e também normatizam as relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou na criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

As representações são sociais, pois se baseiam no cotidiano, nas pessoas que criam suas próprias realidades, servindo-se delas para se comunicar e se identificar. Diante disso, devem ser estudadas coletivamente, levando em consideração os aspectos atitudinais, as emoções, as formas de comunicação, as explicações causais e o comportamento frente ao objeto e ao cotidiano. A Psicologia Social tem como objeto o acontecimento social no seu contexto e não tem como identificá-lo e conhecê-lo fora daquele lugar (ALMEIDA; TRINDADE; SANTOS, 2011). As representações permitem que se criem redes de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam.

O contexto é um importante aspecto na compreensão das representações

sociais, pois é onde elas são criadas, é o meio que as influencia e que também será influenciado por elas. É com o estudo desse contexto que se pode procurar identificar o processo e os fatores que influenciam o desenvolvimento e o arraigamento das representações sociais nesse espaço. O indivíduo materializa uma ideia abstrata em função tanto de sua experiência e criatividade pessoal quanto das normas e valores do espaço em que está inserido, por exemplo. Assim, conhecer a formação histórica e social do município de São Francisco do Sul foi imprescindível para perceber o que influencia no desenvolvimento das representações sociais sobre a Ilha da Rita.

Rodríguez (2004) ratifica o caráter dinâmico das representações já descrito por Moscovici e afirma que tanto a sua elaboração quanto a reelaboração se constituem em si mesmas um processo criativo e cognitivo que busca entender as circunstâncias que rodeiam a pessoa e o grupo. As representações permitem elaborar novas representações por dois processos: um que opera sobre as que já existem e outro por meio da apropriação de novas informações e contradições que acontecem na interpretação do meio. Os indivíduos tomam como referência o conhecido para tentar ordenar, explicar e atuar perante o que é inédito e, a partir disto, elaboram as representações com vistas a interpretar a realidade. Estas são construídas dentro do tecido social, configurando então uma visão da realidade que colabora na formação de identidades sociais.

As representações sociais são desenvolvidas por meio da comunicação e a partir da combinação de conhecimentos científicos socializados, crenças, saberes tradicionais, ideologias e outros sistemas de pensamento, e são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização de conhecimento e de ideias, bem como de formas de interpretar a realidade. São meio de difusão dos conhecimentos que podem ser científicos ou não — enquanto princípio organizador dos indivíduos em sua dimensão cultural e social — e se tornam instrumentos de comunicação e centros de conflitos e identificações. O estudo das representações sociais possibilita o questionamento da natureza do conhecimento e a relação entre o ser e a sociedade.

As representações sociais podem ser adquiridas e consideradas como marcos de referência pré-existentes impostos aos indivíduos. De acordo com Moscovici, elas são prescritivas e ninguém está livre deste condicionamento, pois

nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que

lhes são impostos por suas representações, linguagens ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2009, p. 35)

Os indivíduos não reproduzem exatamente o que o grupo nos transmite, mas pode-se afirmar que a maior parte do que fazem e a maneira como constroem seu pensamento e suas representações são condicionadas pelos grupos em que estão inseridos. Muitas das ações consideradas naturais ou casuais são frutos da memória e, a partir disto, acredita-se que nenhum comportamento pode ser compreendido ou alguma representação identificada se não forem observados os aspectos relativos à construção social desse conhecimento, dessa postura e o local em que ocorrem esses processos.

É impossível encontrar neutralidade nas representações, pois elas sempre envolvem um sistema de classificação e denotação de valores, inserção em categorias, denominações e julgamentos. É dada uma identidade social ao que não estava identificado, tornando o conhecimento parte da linguagem comum (MOSCOVICI, 2009). Além das funções cognitivas, o autor destaca as funções sociais por meio da manutenção ou da criação de identidades e equilíbrios coletivos, que é a objetivação de uma representação.

Segundo Moscovici, a representação é formada pela ancoragem e pela objetivação. A ancoragem refere-se à incorporação ou apropriação do novo ao sistema de categorias funcionais e familiares com as quais os indivíduos organizam seu pensamento. Por meio desse mecanismo, pretende-se “ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (MOSCOVICI, 2009, p.60). A ancoragem constitui ao objeto importância de referência para o indivíduo e para o grupo, possibilitando a integração da representação do objeto em um sistema de valores, classificando-o — valor pelo qual os indivíduos desse grupo, uns em relação aos outros, encontram material de diferenciação ou de identificação dentro e fora dessa coletividade. A ancoragem institui o objeto na dimensão cultural e social do grupo (RODRÍGUEZ, 2004). Esta reconstrução está determinada formalmente no nível das operações do discurso, do pensamento e da atividade cognitiva. A ancoragem é extremamente relevante para a compreensão das representações sociais, pois possibilita a percepção dos fatores históricos, sociais e culturais envolvidos nesse processo (ALMEIDA; SANTOS;

TRINDADE, 2011).

Moscovici afirma que as representações sociais estão sempre inseridas dentro de um referencial preexistente no qual o novo é ancorado. Por meio de um permanente trabalho social realizado no e pelo discurso, o novo pode sempre ser incorporado “dentro de modelos explicativos e justificativos familiares, e consequentemente, aceitáveis” (MOSCOVICI, 2009, p. 216).

O autor explica que dentro do processo de ancoragem, “categorizar algo ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele”, pois sempre que algo novo ou diferente é conhecido, ele é alocado em alguma categoria na qual possa ser reconhecido de alguma maneira (MOSCOVICI, 2009, p. 63). E não é em todos os casos que os esquemas de referência precisam ser os mesmos: Moscovici sugere que os rótulos sociais e preconceitos sejam representações fundamentadas em preconceitos já existentes no contexto em que o indivíduo ancora tal representação, mas que podem ser mudadas pela cultura. Destaca-se aí o caráter dinâmico das representações sociais: não são estáveis nem estáticas, e sim sujeitas à cultura e ao contexto aos quais os indivíduos estão inseridos.

Assim, as representações sociais são importantes ferramentas no estudo e na preservação de bens patrimoniais à medida em que se conhece a relação que a sociedade mantém com estes bens. É a partir disso que podem ser desenvolvidas ações voltadas à educação para o patrimônio que busquem agir positivamente sobre essas representações, no sentido de modificá-las.

Moscovici acredita que é na ancoragem que o conhecimento científico torna-se parte do senso comum, sendo este o ponto de chegada e não o de partida de uma representação. Ele redefine a já conhecida ideia da relação entre ciência e senso comum, afirmando que tanto as representações sociais se tornam senso comum, quanto “as representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas” (MOSCOVICI, 2009, p. 200).

É destacado em sua teoria o papel que a memória tem no processo de ancoragem das representações, pois o processo de familiarização é dela dependente. Moscovici define-a como “uma riqueza acumulada que nos protege de uma situação de penúria” (MOSCOVICI, 2009, p. 78). É da soma de experiências que se extraem as imagens, linguagens e gestos para superar esse não familiar. Ela é, para o autor, dinâmica e imortal, sendo ancoragem e objetivação formas de lidar

com a memória para a construção das representações sociais. A ancoragem a mantém em movimento em um processo interno, e a objetivação tira desse processo interno conceitos e imagens para reproduzi-los exteriormente, fazendo “coisas conhecidas a partir do que já é conhecido” (MOSCOVICI, 2009, p. 78). E essa memória, além de construída individualmente, é apreendida socialmente, e a importância que Moscovici aponta disto para a teoria é confirmar que “conhecimento e crenças significativas têm sua origem de uma interação mútua e não são formadas de outro modo” (MOSCOVICI, 2009, p. 176). As formas de pensamento coletivo são fortemente incorporadas às motivações e expectativas dos indivíduos.

O autor destaca duas consequências do processo social de ancoragem. A primeira é relativa ao consenso: todo sistema de classificações e relações que alimentam esses processos dos indivíduos pressupõem uma posição específica, um ponto de vista harmonioso, pois existe um sentido primeiro para qualquer objeto que é consensual e superior aos vieses do pensamento social. A segunda é de que esses sistemas de classificação e nomeação vão além da familiarização, da rotulação, sendo seu principal objetivo facilitar a interpretação das características, intenções e motivos dos outros indivíduos, dos acontecimentos, dos objetos, tendo como principal função a formação de opinião (MOSCOVICI, 2009).

Já a objetivação, para Moscovici, une a ideia do não familiar com o real, e é a essência da realidade, porque transforma algo abstrato (a ancoragem) em algo quase concreto: “transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Ela confere a possibilidade de tornar real o conceito ancorado, reproduzi-lo em uma ação, em uma imagem, além de que “cada cultura possui seus próprios instrumentos para tornar suas representações em realidades” (MOSCOVICI, 2009, p. 76). Contudo, esses instrumentos não são únicos, nem exclusivos. Para Moscovici, “a materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala” (MOSCOVICI, 2009, p. 71).

Pela filtragem e pela formação de um esquema figurativo que constrói uma imagem que confira sentido e coerência ao indivíduo, as novas informações são naturalizadas e transformadas como parte da realidade, e dessa forma a ancoragem completa o mecanismo da objetivação, possibilitando, assim, que uma representação seja enraizada na realidade social do ser e passe a fazer parte do seu cotidiano. Segundo Guareschi e Jovchelovitch (2009), é por meio desse



processo que as representações sociais se materializam na vida social, passando a constituir a produção simbólica de uma comunidade.

A ancoragem é a familiarização do novo, “transferindo-o para a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo”, incluindo-o entre as coisas que podem ser vistas, tocadas e controladas (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Quer dizer, um processo psíquico de interpretação e representação do conhecimento social que leva à construção do quadro de pensamento do indivíduo. Construção que pode ser compreendida como um sistema que possui elementos centrais e periféricos e, segundo os autores que defendem este ponto de vista, o princípio da organização de uma representação é o núcleo central, pois “apresenta maior durabilidade e resistência” (ARRUDA, 2002, p. 140).

De acordo com Celso Pereira de Sá (1996), a teoria do núcleo central considera que as representações sociais apresentam características constatadas, mas que são contraditórias. Isto porque são “ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis; e são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais” (SÁ, 1996, p. 22). O núcleo central é marcado pela memória coletiva, e por esse motivo reflete a configuração social dos indivíduos, é estável e resistente às mudanças imediatas do contexto, bem como é a base comum, o consenso coletivamente partilhado nas representações sociais (SÁ, 1996). Os elementos periféricos são aqueles que fazem a conexão com o contexto e com as particularidades de cada indivíduo na elaboração das suas representações, e por isso são mais variáveis e menos resistentes. É no sistema periférico que se faz a conexão entre a vida social concreta e o sistema central, sendo ele responsável pela adaptação individual e pela diferenciação do conteúdo das representações.

O estudo das representações, a partir dessa perspectiva, possibilita compreender que aquilo que se apresenta como contradição é passível de ser explicado e compreendido como intrínseco ao fenômeno da construção da representação social. Sá (1996) defende que esta perspectiva contribui para o estudo comparativo das representações e também das transformações que ocorrem a partir das mudanças das práticas sociais (sistemas periféricos).

A compreensão do patrimônio cultural por meio das representações sociais, tendo em vista o exposto acima, contribui na percepção tanto das influências externas que transformam as práticas sociais e que irão, em algum momento, influenciar o núcleo central, quanto na identificação da constituição desse núcleo

central. Para entender como um patrimônio cultural é percebido por determinada população, o caminho indicado é identificar o núcleo central das representações, para assim ser possível atuar sobre ele de forma positiva.

Celso Pereira de Sá divide o desenvolvimento das pesquisas e dos estudos em representações sociais em duas principais orientações: uma voltada para aspectos culturais e históricos, visando compreender os processos que geram e mantêm as representações; e outra voltada para os elementos estruturais, que envolvam fatores cognitivos e linguísticos (SÁ, 1998). As duas abordagens procuram dar conta tanto das questões processuais quanto fundamentais das representações e os processos envolvidos em sua gênese, por meio de metodologias que descrevam como se desenvolvem num determinado contexto. Este que tem, como já mencionado, um papel fundamental no estudo das representações sociais: a influência do meio e do cotidiano e a transformação sofrida após a objetivação de novas representações.

Para o autor (1998), a pesquisa de representações deve produzir outro tipo de conhecimento sobre os fenômenos de saber social, não sendo apenas um levantamento de dados sobre tais fenômenos, mas sim sua análise. Deve-se levar em conta “as práticas de uma dada população ou conjunto social quando da pesquisa de suas representações”, pois é a partir delas que se pode compreender como as representações são formadas, o que determina seu conteúdo e como são objetivadas na concretude da vida social (SÁ, 1998, p. 43).

O estudo das representações sociais possibilita a problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social do saber. A história está sendo feita, representada, recriada e ressignificada, assim como as relações do homem com a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural ocorrem simultaneamente. As possibilidades de uma abordagem interdisciplinar do Patrimônio Cultural a partir da História e do estudo das representações sociais possibilitam justamente essa compreensão ampla dos múltiplos processos históricos e sociais que ocorrem com o patrimônio cultural na contemporaneidade. Os processos de identificação, ressignificação, apropriação, valorização, defesa e difusão do patrimônio estão intimamente ligados aos processos do conhecimento social da realidade, bem como a partir de uma compreensão histórica da realidade representada. Isso faz com que os indivíduos se identifiquem, reconhecendo-se ou não com o patrimônio, incluindo-o ou não na sua vida cotidiana.

Daí se dá a importância do estudo das representações sociais, pois permite explicar o que une os indivíduos, um grupo, uma sociedade e os faz agir conjuntamente. Com “o objetivo de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117).

Identificar e perceber quais são os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que o poder público desenvolva atividades relacionadas com o patrimônio cultural e voltadas aos interesses da sociedade. Isso porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e de seu jogo representacional não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também para que ele possa transformá-las.

O pesquisador deve analisar com cuidado as fontes e as divergentes opiniões que podem se relacionar com o objeto em estudo. Descobrir como e por que pensam e como agem os indivíduos em sociedade é uma das contribuições da Teoria das Representações Sociais. Um estudo detalhado sobre ela e sua importância nos processos históricos e sociais pode servir como uma fonte confiável das motivações que influenciaram nos procedimentos decisórios e de ação dos indivíduos e do coletivo, incluindo aqueles relacionados ao patrimônio cultural.

No estudo das representações sociais, o contexto é um importante fator a ser analisado, afinal elas são desenvolvidas dentro das relações estabelecidas em determinado contexto e em função deste. O estudo do contexto possibilita a compreensão de como as representações são desenvolvidas, de que forma são influenciadas por ele e como o influenciam, alterando as relações e representações já existentes. Refletir sobre as configurações econômicas, históricas, sociais e geográficas de São Francisco do Sul foi fundamental para perceber como seu patrimônio cultural foi constituído e qual o contexto de criação das representações sociais sobre ele — conteúdo apresentado no capítulo a seguir.

## 2. PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA

Neste capítulo será apresentado um relato historiográfico sobre a Ilha da Rita enquanto patrimônio cultural de São Francisco do Sul. Para isso, foi utilizada a produção historiográfica a respeito do município, fotografias do acervo do Museu Histórico, depoimentos orais, informações geográficas e sobre os aspectos biológicos da região.

### 2.1 São Francisco do Sul

São Francisco do Sul é um dos seis municípios que compõem a baía Babitonga, que está situada no litoral norte de Santa Catarina, em torno da qual se localizam também os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e Joinville. A baía Babitonga é considerada a mais importante formação de águas marinhas interiores do litoral norte do Estado (BANDEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2009). Esse complexo estuário abrange uma área de 1.400 quilômetros quadrados, sendo que seu espelho de água soma 160 quilômetros quadrados e o mangue que circunda essa área é o maior do Hemisfério Sul, com um colar de vegetação de aproximadamente 60 quilômetros quadrados<sup>6</sup>. A cobertura vegetal da região é a floresta ombrófila densa, na qual se encontram manguezais e restingas, além da mata associada aos rios, que formam um patrimônio biológico riquíssimo (KNIE, 2002). Na baía também há ilhas e lajes expostas, uma extensa rede hidrográfica e inúmeras gamboas.

O arquipélago da baía Babitonga é formado por 24 ilhas, que povoam a memória e o imaginário local com muitas recordações e lendas. Cada uma tem no nome um indicativo significativo de sua história ou principal característica: a Ilha Grande é a maior; a Ilha dos Herdeiros foi dividida por um pai entre seus filhos; a Ilha das Flores fica toda florida pelo jacatirão; entre outras. Todas as ilhas tinham seus ocupantes ou seus foreiros, que eram aqueles indivíduos aos quais o Serviço do Patrimônio da União repassava os direitos dos chamados terrenos de Marinha.

---

<sup>6</sup> Informações obtidas no portal de São Francisco do Sul: [www.sfs.com.br](http://www.sfs.com.br).

Além do arquipélago, a baía Babitonga caracteriza-se pela rica fauna, tendo em vista que nela vivem mais de 60 espécies de aves, 70 de peixes, bem como crustáceos e moluscos. Raquel S.Thiago destaca que “a baía Babitonga vem promovendo encontros entre homens e culturas através dos séculos”, e era denominada pelos antigos como mãe dos pobres, tendo em vista a abundância natural e a produtividade das terras que fizeram dali o principal meio de vida de São Francisco do Sul (THIAGO, 2004, p. 86). As atividades extrativistas têm ainda grande expressão na região e incluem a pesca e a coleta de crustáceos, sendo que a maricultura, com o cultivo de mexilhões e ostras, é algo representativo no estado. A grande extensão da baía abriga também uma intensa atividade náutica, voltada tanto para o turismo quanto para o desporto.

No local, a Univille desenvolve há mais de dez anos o Projeto Toninhas<sup>7</sup>, que realiza pesquisas voltadas à ecologia e ao comportamento das toninhas e dos botos-cinza da baía, espécies consideradas ameaçadas. São feitas também atividades educativas com as escolas da região e a população em geral. Os conflitos no uso dos recursos naturais da baía Babitonga são latentes e essa é uma das iniciativas que buscam promover o equilíbrio entre o desenvolvimento da região e a preservação do rico ecossistema. Além do despejo de esgotos domésticos e industriais, a presença de áreas portuárias também é uma ameaça a esse equilíbrio. Contudo, a que mais atinge o ecossistema da baía é a ocupação desordenada e irregular das suas margens. Isso pode ser verificado durante a pesquisa de campo e por meio do perfil dos entrevistados, que mostra uma intensa migração para o Distrito do Saí nos últimos 10 anos, motivada, principalmente, pela atratividade dos empregos em função do Porto e das empresas da região, sem esquecer da beleza natural do local.

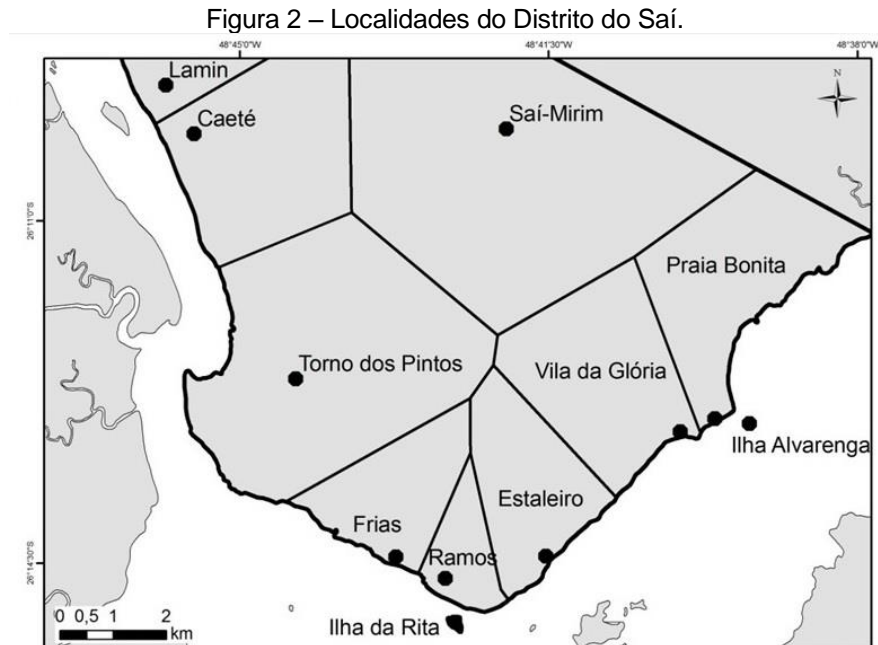
São Francisco do Sul é constituído pela Ilha de São Francisco do Sul, sede do município, por outras 24 ilhas e pelo Distrito do Saí, que está localizado na porção continental, separados da sede pela baía Babitonga. O Distrito do Saí é composto pelas localidades de Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí (Figura 2)<sup>8</sup>. O Distrito do Saí é

---

<sup>7</sup> Mais informações: [www.projetotoninhas.org.br](http://www.projetotoninhas.org.br).

<sup>8</sup> A construção desse mapa, por André Lima, bolsista de iniciação científica do GEIPAC, foi feita por meio da espacialização das coordenadas obtidas em campo utilizando o software de SIG ArcGIS 10, com as quais foi elaborada essa proposta de setorização do Distrito do Saí. Esta setorização foi feita com base nas distâncias entre as localidades utilizando a ferramenta polígonos de Thiessen, onde

chamado de o “outro lado” pelos francisquenses que residem na sede do município, fato que chamou a atenção durante a pesquisa. É do Distrito que vai a água potável para todo o município, por meio de canos submersos através da baía.



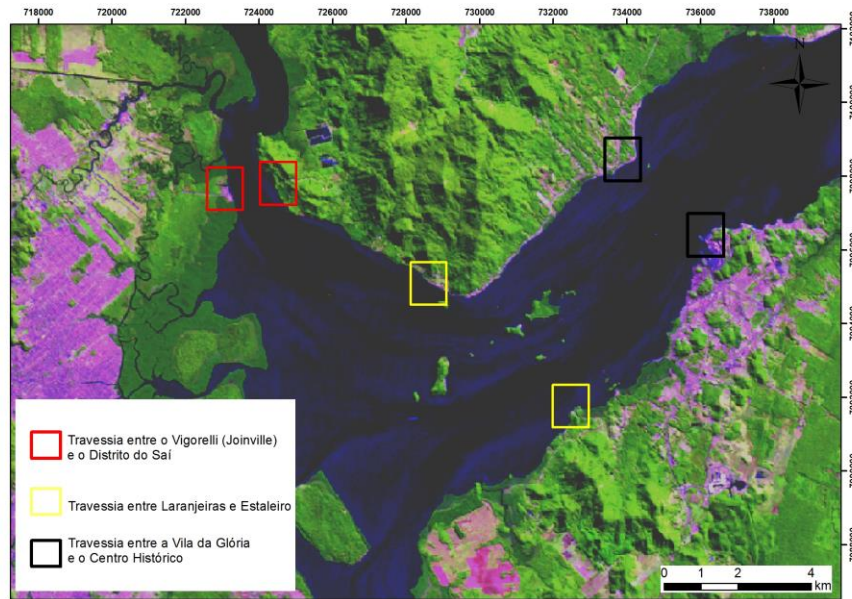
Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

O acesso por terra entre a sede do município de São Francisco do Sul e as cidades vizinhas localizadas no continente — e mesmo para a outra parte do município onde se encontra o Distrito do Saí — só foi feito em meados do século XX. Até então, o acesso só era possível por barcos, pela baía. As travessias de balsa entre o Distrito e a sede do município são feitas pela balsa para pedestres entre a Vila da Glória e o Centro Histórico; de balsa para carros e demais veículos entre a Praia de Laranjeiras e a localidade de Estaleiro (Figura 3); e em embarcações particulares. O acesso entre Joinville e o Distrito é feito pela balsa entre o Vigorelli, em Joinville, e o Distrito.

---

qualquer lugar dentro de um dos setores está mais perto do ponto associado à localidade do que a qualquer outra (ESRI, 2010).

Figura 3 – Travessias públicas entre o Distrito do Saí e a Ilha de São Francisco do Sul.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

O Porto é a principal fonte econômica do município, que conta ainda com a atividade turística em segundo lugar e, em terceiro, a industrial. Muitas indústrias foram atraídas para a região em função do Porto. Segundo dados do IBGE (2011), a população é de cerca de 42.500 habitantes, dos quais 93% residem na Ilha de São Francisco do Sul. A data de chegada dos primeiros europeus é um assunto polêmico, pois é atribuída de forma pioneira à Binot Palmier de Goneville, que comandava uma expedição a bordo do veleiro L'Espoir que, supostamente, esteve ali em 1504, pois as descrições de viagem não levam à certeza de que a região descoberta se tratava de São Francisco do Sul (GUEDES, 2005). A historiografia local não ignora essa hipótese, mas atribui a fundação de São Francisco do Sul a Lourenço de Andrade e Luis Rodrigues Cavalinho, que constituíram no local a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, em 1658 (GUEDES, 2005). Apesar da polêmica, é algo incorporado à representação histórica da cidade, sendo essa comemoração um chamariz turístico: considerando a chegada de Goneville, ela é a terceira cidade mais antiga do país. Em 2004, quando São Francisco do Sul supostamente completou 500 anos, foram feitos muitos festejos e atividades culturais que deram grande visibilidade à cidade e às questões referentes à história e ao patrimônio (GUEDES, 2005).

Certo é, no entanto, que há mais de cinco mil anos já viviam na região os povos sambaquianos, pescadores-coletores-caçadores, que construíam com conchas e areia estruturas de uso múltiplo, posteriormente utilizadas por indígenas carijós e guaranis (GUEDES *et. al.*, 2007). Existem registros de mais de 150 desses sítios pré-coloniais no entorno da baía Babitonga — sendo que existem ainda extensas áreas em que não foram desenvolvidas pesquisas — e é possível que sejam encontrados outros. (BANDEIRA, 2010). Há uma grande variedade entre os sambaquis, referente a sua constituição — diferenças de altura e comprimento, por exemplo —, que se relacionam com o tempo de permanência dos sambaquianos no local ou atividades diferentes desenvolvidas pelos grupos (BANDEIRA, 2005). Apesar dessas diferenças, em todos os sambaquis que foram pesquisados, a constituição é de camadas de conchas e de areia sobrepostas, e entre elas encontram-se vestígios da cultura material que indicam que esses eram locais de moradia onde se vivia como em uma aldeia (BANDEIRA, 2005). Não se sabe qual é o destino desses grupos e são poucos os sambaquis pesquisados, por que a destruição por agentes naturais e antrópicos é algo que atinge a muitos (BANDEIRA, 2005).

A enorme presença de sítios arqueológicos na região possibilitou que o francisquense tivesse uma convivência muito próxima com esse patrimônio arqueológico nacional, seja por meio do imaginário popular, em inúmeras lendas e mitos que envolvem os sambaquis (SILVA, 2004), ou na utilização indevida das conchas para pavimentação de ruas e canteiros e para a produção da cal, ou mesmo por intervenções do Iphan ou de outros pesquisadores em diferentes ocasiões (GUEDES, *et. al.* 2007; GUEDES, FINDLAY, HEINZELMANN, 2004).

Percebe-se porque a região é destacada como “um nicho ecológico muito favorável para a ocupação humana”, já que foi, desde milhares de anos, povoada por diversos grupos (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 13). Desde o século XVII, os povos nativos tiveram que dar espaço a navegantes estrangeiros que descobriram as condições excepcionais da baía Babitonga quando buscavam por abrigo para descanso, reparos e reabastecimento. Isso porque São Francisco do Sul passou a ser referência nas cartas náuticas a navios portugueses, espanhóis e também de outras nacionalidades, o que fez com que o povoamento se desenvolvesse no local por meio de seu porto natural, à custa da aniquilação dos nativos (SANTOS; NACKE; REIS, 2004).



A primeira iniciativa colonizadora registrada foi espanhola, mas a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, fundada em 1658, “se consolidou como uma extensão da conquista portuguesa, que tinha como epicentro a cidadela de São Vicente, no litoral de São Paulo” (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 13). Além destes, ainda incluem-se na formação étnica de São Francisco do Sul os açorianos vindos de Florianópolis, escravos negros, os franceses que implantaram o Falanstério do Saí, no Distrito do Saí, e os imigrantes europeus que vieram para as colônias agrícolas da região (SANTOS; NACKE; REIS, 2004). Também fazem parte desse contexto as consequências da ocupação da Ilha da Rita como base naval na ocasião da Segunda Guerra Mundial, assunto abordado no item a seguir.

## 2.1 A Ilha da Rita

Dentre todas as ilhas do arquipélago da baía Babitonga, suas memórias e lendas, destaca-se a Ilha da Rita (Figura 3), que fica localizada a cerca de 400 metros do Distrito do Saí, porção continental do município de São Francisco do Sul. O primeiro nome dessa ilha que se tem conhecimento é Ilha Vicente Pinto, que, segundo relatos (S. THIAGO, 2012; OZÓRIO, 2012), se referia a um antigo proprietário. De acordo com os depoimentos orais, o nome Ilha da Rita também se deve à propriedade da ilha, contudo não se sabe exatamente quando ela foi habitada pela Rita. Este também é o nome dado à personagem de uma das lendas que envolvem o local: a de que uma moça desce as escadarias de vestido branco esvoaçante<sup>9</sup>, sumindo enquanto passava pelo trapiche, assustando os guardas em sentinela (THIAGO, COELHO, 2001).

Quando a ilha foi comprada pela Marinha, em 1918, ela ainda era chamada de Ilha Vicente Pinto, mas em 1937, quando o projeto da base naval foi retomado, já era chamada de Ilha da Rita. Na carta hidrográfica sobre o Rio São Francisco do Sul, de 1924 (BRASIL, 1924), constam os dois nomes para a ilha: “Ilha Vicente Pinto ou da Rita”, o que demonstra que, na época, ambos eram utilizados. Nos mapas

---

<sup>9</sup> Existem várias lendas, na região, que envolvem o fantasma de uma mulher de branco que, em cada situação, recebe um nome ou um motivo diferente. Ver sobre isso SILVA, Angela Cristina. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul: Letradágua, 2004.

anteriores que foram acessados, nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Arquivo do Itamaraty e no Arquivo Histórico de Joinville, quando aparece, o nome é Ilha Vicente Pinto e, nos posteriores, é o de Ilha da Rita.

Figura 4 – Foto aérea da Ilha da Rita.



Fonte: Acervo do Laboratório de História Oral da Univille, 2000.

Na Ilha da Rita encontra-se atualmente um conjunto de bens arquitetônicos que, embora em mau estado de conservação, representa sua utilização como base naval. Além da residência principal em alvenaria com dois pavimentos, que servia ao oficial que detinha o posto de comando na Ilha (Figura 5), existem, ainda na parte superior do local, os tanques para abastecimento de água (cujas tubulações em partes ainda estão na Ilha) e de óleo (Figura 6).

Figura 5 – Residência principal do posto de comando da base naval, hoje habitada pela família de um caseiro.



Fonte: Da Autora, 2011.

Figura 6 – Tanque de óleo combustível.



Fonte: Da Autora, 2011.

Na parte inferior estão o depósito de carvão mineral (Figura 7), com capacidade para cerca de 3.000 toneladas, e a residência coletiva dos marinheiros que poderia abrigar aproximadamente 30 pessoas (Figura 8).

Figura 7 – Depósito de Carvão.



Fonte: Da Autora, 2011.

Figura 8 – Alojamento dos marinheiros.



Fonte: Da Autora, 2011.

Na parte baixa está o trapiche da base em forma de T, com cerca de 50 metros lineares. O trapiche original havia caído e no ano de 2011 passou por uma reforma<sup>10</sup> (Figura 9).

---

<sup>10</sup> A iniciativa da reforma foi da Univille, e foi realizada com recursos do governo estadual.

Figura 9 – Parte do trapiche reformado.



Fonte: Roberta Nabuco de Oliveira, 2012.

Junto ao trapiche existe um pórtico construído em estilo art-dec (Figura 9), com o nome da base e os anos relativos à sua construção — 1937 a 1939. O trapiche dá acesso à escadaria que liga as partes superior e inferior da base naval (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Pórtico da base durante o seu funcionamento.



Fonte: SDM – Serviço de documentação da Marinha – acervo iconográfico.

Figura 11 – Pórtico da base, início da Escadaria, e ao lado tubos de água.



Fonte: Roberta Silva, 2011.

Prospecções arqueológicas recentemente realizadas<sup>11</sup> evidenciaram remanescentes do fundamento das seis casas de madeira destinadas aos oficiais casados mencionadas nos depoimentos orais, e do apoio de alvenaria para o encanamento de água potável que vinha do continente, assim como boa parte dos canos de cobre.

A relação dessa ilha com a história naval do Brasil inicia em 1918, quando a Marinha Brasileira adquiriu os direitos sobre a Ilha de Francisco José Dias de Almeida, e também uma fazenda no Distrito do Saí, em frente à ilha (THIAGO; COELHO, 2001). Na fazenda havia uma nascente, da qual posteriormente a água era conduzida através de tubos submersos até a Ilha e depositada em reservatórios especialmente construídos para o abastecimento de navios. Antes da construção da base naval, esses eram abastecidos com água coletada na propriedade e transportada em barcas. A causa apontada para a compra da Ilha era a proteção da costa brasileira, tendo em vista que o fim da Primeira Guerra Mundial deixou a sensação de que os problemas estavam longe de serem resolvidos (THIAGO; COELHO, 2001).

---

<sup>11</sup> O Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural realizou prospecções arqueológicas na Ilha da Rita e no Distrito do Saí, pela arqueóloga Dione da Rocha Bandeira e pela bolsista CAPES Fernanda Mara Borba.

Com a iminência de outro conflito mundial, na década de 1930 outros locais em Santa Catarina estavam sendo estudados para a construção de uma base naval para abastecimento e proteção da costa, como a Ponta dos Ganchos, em Governador Celso Ramos<sup>12</sup> (OLIVEIRA, 2013). Esses dois locais são apontados por relatos orais como sendo os únicos possíveis para a implantação de uma base protegida por uma baía no estado, sendo que muitos creditam a escolha da baía Babitonga em função da profundidade do canal (THIAGO, COELHO, 2001). No entanto, faz-se necessário frisar também que, conforme destacado por Roberta Nabuco de Oliveira (2013), a construção da base naval no local também ia ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro com a região que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando grande apreensão ao governo de Vargas (OLIVEIRA, 2013).

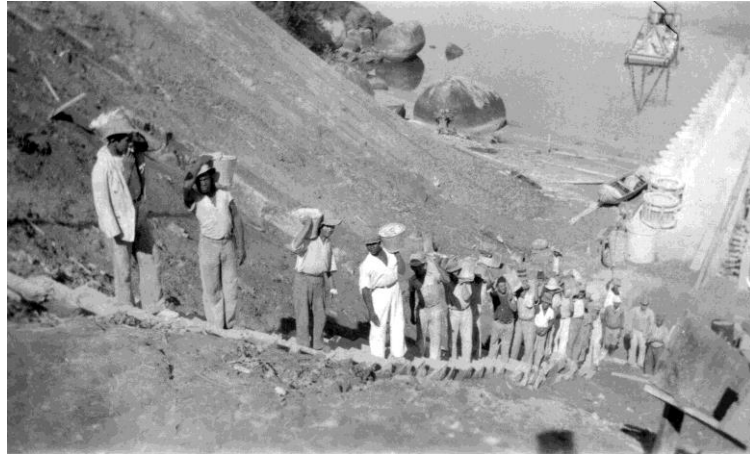
Em 1937, foi iniciada a construção da Base de Abastecimento de São Francisco na Ilha da Rita, para abastecer tanto navios da Marinha como todos os mercantes que aportassem no Porto de São Francisco do Sul. As ações voltadas para a proteção da costa brasileira estavam relacionadas aos objetivos do governo federal em aparelhar as forças armadas frente a um novo projeto de nação (OLIVEIRA, 2013).

A população local foi contratada para a construção da Ilha, e as obras foram extremamente dificultosas “em virtude da vegetação alta e da existência de muitas árvores” (THIAGO, COELHO, 2001, p. 51). A técnica, os bons materiais e o cuidado aplicados nas obras chamam a atenção quando pensadas as dificuldades de sua execução. Bohn (2010) destaca que os trabalhadores foram muito exigidos, tendo em vista as condições de trabalho e o prazo muito curto para o término da construção. As figuras (12 a 15) são registros da edificação da base e demonstram o esforço realizado e a grande quantidade de homens necessários.

---

<sup>12</sup> A dissertação produzida por Roberta Nabuco de Oliveira (2013) analisa, a partir da historiografia e da documentação escrita, os aspectos políticos e sociais da implantação da base naval na Ilha da Rita e sua constituição como Patrimônio Cultural. Também está ligada ao Projeto RITA.

Figura 12 – Homens trabalhando no terreno íngreme da Ilha da Rita.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

Figura 13 – Vista das obras em estágio mais avançado.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

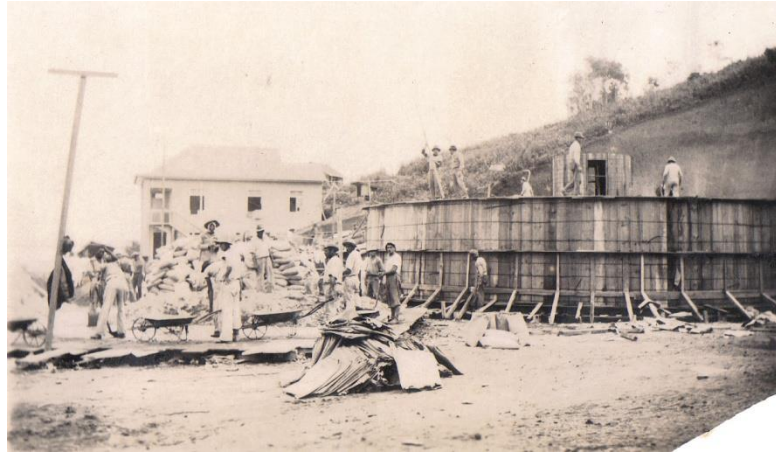
Figura 14 – Estrutura do alojamento e do depósito de carvão.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.



Figura 15 – Estrutura do tanque de óleo, casa do comandante ao fundo.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

As fotografias revelam também detalhes do cotidiano da obra: a curiosidade de mulheres visitando e os engenheiros responsáveis da Marinha apresentando a obras a outros senhores, conforme pode ser visto nas figuras 16 e 17.

Figura 16 – Mulheres visitando as obras.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

Figura 17 – Visitas oficiais às obras.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

A construção da casa do oficial comandante com água encanada — um luxo para a época —, as dependências da guarnição com uma pequena oficina e alojamento para 30 praças com cozinha e o tamanho dos tanques e do depósito de carvão são destacados por Coelho e S.Thiago como “indícios para a disposição da Marinha em montar um aparato militar na Ilha da Rita em decorrência das circunstâncias da Segunda Guerra Mundial” (S.THIAGO; COELHO, 2001, p. 52). Apesar da profundidade da baía Babitonga, ainda foi necessário aprofundar o canal natural ao redor da Ilha da Rita, o que reforça a hipótese levantada por Nabuco (2013), de que a escolha do local para abrigar a base naval não se deu apenas por suas condições geográficas, já que existiam locais mais favoráveis, neste ponto de vista, no Estado.

A inauguração, ocorrida em 9 de março de 1940, com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, que cortou a faixa no pórtico (como é possível verificar na figura 18), mexeu com a cidade e também com a região. Denominado popularmente como “pai dos pobres” e “protetor dos trabalhadores”, Getúlio Vargas tinha a simpatia de grande parte da população, e a exaltação que os jornais conferiram a essa visita ainda ecoam nas memórias e nas representações sobre a Ilha da Rita e sobre o município. Ainda existem as ruínas do hotel onde o presidente ficou hospedado e essas informações são referenciadas aos turistas que passeiam pelo centro da cidade com um trem turístico.

Figura 18 – Inauguração da Base de Abastecimento Naval de São Francisco do Sul, na Ilha da Rita.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

A Ilha da Rita atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial e funcionou entre as décadas de 1940 e 1960. Fuzileiros de diversas partes do Brasil serviram ali neste período, contribuindo com intercâmbio cultural na região entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001). Alguns deles se casaram com moças da cidade, fixando residência, e as festas de casamento eram realizadas na própria Ilha da Rita. O convívio era estreito tanto com o Distrito do Saí, que era mais próximo, como com a sede do município. Os solteiros passavam seus dias de folga entre a cidade e o Distrito, participavam de bailes, de conversas nas ruas, se integravam à ordem local. Dona Nilce de Almeida, esposa do fuzileiro Vicente Nunes de Almeida (2012), que serviu na base da Ilha da Rita, conta que apesar das moças se sentirem atraídas pelas fardas, eles tinham má fama, e ela teve que enfrentar a família para casar. Conforme a proximidade com os fuzileiros, os moradores podiam frequentar a Ilha, fazer piqueniques e tomar banho na piscina construída ao redor dos tanques de óleo, para proteção em caso de incêndio (THIAGO, COELHO, 2001).

Sr. Elias B. Correia (2000)<sup>13</sup> relata que os fuzileiros tinham um conjunto de músicos para animar os casamentos — e também participar dos bailes do Distrito e da Ilha de São Francisco do Sul. O fuzileiro que serviu na base da Ilha da Rita, Sr. Odir Leite (2012), conta que como não havia televisão, passavam o tempo jogando dominó, bingo, batalha naval e cantando. Diz, ainda, que eram realizadas festas juninas na Ilha da Rita. Tanto o Sr. Odir Leite como o Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) lembram, com orgulho, de como deixavam o lugar bem roçado, organizado, bonito, e que as mulheres dos fuzileiros cultivavam plantas, hortaliças, frutas e verduras na Ilha. A relação destes dois fuzileiros com a cidade a que foram destinados se aprofundou. Alguns de seus colegas deixaram apenas frutos de amores descompromissados, mas outros, como estes dois, estabeleceram raízes e família, integrando-se a esse espaço e até trocando de profissão para não precisar mais mudar de cidade. Este é o caso do Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) que, para permanecer na cidade onde havia casado e constituído família, prestou concurso e ainda trabalha como conferente no Porto de São Francisco do Sul. As

---

<sup>13</sup> As entrevistas consultadas no acervo do Laboratório de História Oral da Univille foram realizadas pelas professoras Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago, que fizeram diversas entrevistas abordando os mais variados aspectos da ocupação história do Distrito do Saí e da Ilha da Rita, bem como lendas, aspectos culturais e econômicos. Essa pesquisa foi feita para a construção de um relato histórico sobre a Ilha da Rita quando ela foi cedida para a Univille.

memórias dos fuzileiros levantadas por meio das entrevistas orais realizadas sobre a Ilha da Rita para esta pesquisa demonstraram como os acontecimentos do passado são ressignificados aos olhos do presente. As dificuldades passadas na manutenção do local, a solidão e o medo das assombrações, por exemplo, passaram a ser pequenos detalhes recordados com carinho.

Como a Ilha foi perdendo sua função como base naval com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1968 a Marinha resolveu desativá-la e devolvê-la à União. Sr. Odir Leite (2012), o último fuzileiro a servir na Ilha, lembra com pesar de quando recebeu a notícia vinda do Rio de Janeiro de que a base seria desativada, pois gostava muito de trabalhar ali. Nessa ocasião, contam os relatos orais, quase todo o combustível foi retirado, arrebatando a piscina que havia ao redor. As seis casas de madeira dos oficiais casados foram desmontadas, bem como o telhado da residência coletiva foi retirado pela Marinha. O Sr. Paulo César Rocha (2000), filho do funcionário do Porto que cuidava da Ilha da Rita e que assumiu essa função após seu pai, afirmou que a Marinha levou o máximo possível quando abandonou o local, inclusive o suporte para bandeiras feito de bronze.

A Ilha da Rita passou então à responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul, que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios. O Porto deveria responsabilizar-se pela administração e pela realização de benfeitorias no local. Também foi utilizada como ponto de lazer, sendo a casa principal alterada para melhor atender aos grupos de funcionários do Porto que ali gostavam de pescar. Contudo, todo o conjunto construído sofria com a ação direta da natureza, principalmente com a maresia, e a população “que tinha aquele espaço como uma referência majestosa da localidade, via seu patrimônio ser perdido pelo tempo” (BOHN, 2010, p. 42).

A modernização do Porto e dos navios fez com que sua função principal, o abastecimento, fosse perdida. Com a intenção do Porto em devolver a Ilha da Rita à União e a manifestação de interesse por parte da Univille, em 1996, é que uma nova função foi se desenhando (THIAGO; COELHO, 2001). A então reitora da universidade, Mariléia Gastaldi Machado Lopes (2000), conta, em entrevista concedida às professoras Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago, que a ideia de um abrigo para estudantes fazerem pesquisas ambientais e trabalhos de educação ambiental com alunos da educação básica surgiu de um contato com a Alemanha, onde havia um projeto similar. A escolha pela Vila da Glória, no Distrito do Saí, ocorreu após

conhecer o biólogo e professor Cláudio Tureck, que ali residia e tinha um terreno disponível. O prefeito de São Francisco do Sul nessa época, Rogério Zattar Junior, foi procurado e se propôs a comprar o terreno para a construção do CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais.

Em visita ao terreno, retornando para a Ilha de São Francisco do Sul com o ferry-boat, o prefeito mostrou a Ilha da Rita, contou um pouco de sua história e perguntou por que a Univille não solicitava à Capitania dos Portos sua concessão para fazer um trabalho integrado com o CEPA, cujo terreno ficava a quatro quilômetros do local. A reitora gostou muito da possibilidade e deu prosseguimento à ideia. O responsável pelo Porto na época, Sr. Arnaldo S. Thiago, entrevistado durante esta pesquisa, afirmou que a reitora apresentou a ele sua ideia e este prontamente se colocou à disposição, por considerar que nas mãos da Univille a Ilha da Rita teria um proveito mais racional, coisa que com o Porto não teria (THIAGO, 2012). Com uma proposta interdisciplinar elaborada por diversos professores da universidade, cujo objetivo principal era a função pedagógica da Ilha, prevendo a criação de trilhas e sensibilização ambiental com alunos do então Colégio de Aplicação da Univille e também de outras escolas da região, a Univille recebeu em 1999 a cessão da Ilha da Rita por 99 anos (THIAGO; COELHO, 2001).

A riqueza e diversidade do patrimônio natural da baía Babitonga são exemplificadas na Ilha da Rita, que é, de fato, local propício para abordar as questões ambientais, dada as possibilidades de sua estrutura e sua história. O biólogo Cláudio Tureck, integrante do Projeto Rita, considera que as modificações pelas quais o local passou podem ter gerado grandes mudanças na composição da fauna original, e tendo em vista seu histórico de ocupação, realizou a pesquisa sobre a fauna da Ilha da Rita. Por meio de métodos específicos, o biólogo e sua equipe registraram cinco espécies de anfíbios, cinco de répteis, seis de mamíferos e 91 de aves.

## 2.2 O Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul

Na pesquisa de campo realizada em São Francisco do Sul para esta dissertação, percebeu-se que a cultura é vista como um bem a ser consumido. As

praias são um atrativo turístico e a história da cidade também é um recurso utilizado para esse fim. Além do impacto gerado pelo tombamento do Centro Histórico pelo Iphan em 1987, notou-se, nas comemorações que foram feitas e repercutiram em rede nacional sobre os 500 anos de fundação, em 2004, a utilização da cultura como recurso para marketing turístico.

Como salientado anteriormente, o patrimônio cultural de São Francisco do Sul é composto por sambaquis, ilhas, praias, mangues, dunas, florestas, lagoas, casarios remanescentes da ocupação luso brasileira dos séculos XVIII e XIX e também por uma rica cultura imaterial (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2010). Contudo, ainda existe muito a ser conhecido e identificado, principalmente no Distrito do Saí, incluindo a Ilha da Rita, já apresentada, que precisa ser incluída nas ações voltadas para o patrimônio cultural desse município.

O principal destaque no patrimônio cultural do município é, sem dúvida, o Centro Histórico, tombado desde 1987 em âmbito federal, que é uma área classificada como sítio histórico urbano nacional (SHUN) de média abrangência (PAULI, 2010). Os cerca de 400 imóveis remontam aos períodos entre 1650 e 1720, 1820 e 1860 e até 1930, sendo que nessa área e no entorno imediato também está localizado o centro cívico e religioso, assim como o principal pólo de comércio e prestação de serviços do município (PAULI, 2010).

Testemunha de diversos momentos importantes, os casarios do Centro Histórico possibilitam que a história seja visualizada no dia a dia dessa população. Muitos dos imóveis já foram alterados, mas a conservação de grande parte é algo que chama a atenção não apenas dos turistas, mas dos pesquisadores que procuram compreender os processos históricos ali desenvolvidos e perceber as relações que a população tem com esse patrimônio, seus usos e significados na contemporaneidade.

A área de proteção delimitada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1987, com o objetivo de garantir a integridade dessa paisagem urbana e, de 2002 a 2012, foi revitalizada por meio do Programa

Monumenta<sup>14</sup>, uma ação de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal na qual os recursos para que os proprietários restaurassem seus imóveis são originários de um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal (PAULI, 2010). Neste projeto, obras de conservação e restauro, bem como medidas econômicas, institucionais e educativas, foram desenvolvidas buscando o retorno econômico e social dos investimentos, tendo como objetivo final a sustentabilidade desses bens.

Por meio das obras, da formação de mão de obra, de projetos educativos e da promoção turística, o Programa Monumenta visava também a mudança de atitude da população para com o patrimônio tombado. Roberta Silva Pauli (2010) destacou em sua dissertação de mestrado que, apesar do esforço do programa em fazer com que a população abraçasse a causa e compreendesse a preservação da memória local, muitos indivíduos não conseguem se visualizar como parte desses espaços, apesar de se interessarem pela preservação. Ela destaca também que, com a revitalização dos imóveis, muitos proprietários transformaram suas casas em comércio visando maior lucro, o que é considerado preocupante, pois além da descaracterização dos imóveis, faz com que alguns setores fiquem desertos fora do horário comercial.

Durante a pesquisa de campo foi perceptível essa relação com o patrimônio cultural que inclui conhecimento e respeito, mas não a apropriação de que é algo à disposição do seu usufruto. Isto foi destacado pelo presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Aldair Nascimento Carvalho (2012), em entrevista oral concedida para esta pesquisa. Ele afirmou que a comunidade abraça as ações desenvolvidas pela prefeitura e cuida do patrimônio cultural, mas que “o problema é que eu não sei se ela vai usufruir disso, mas com certeza a região vai usufruir” (CARVALHO, 2012).

É no Centro Histórico que são realizadas algumas manifestações culturais e as principais festas da cidade, entre as quais destacam-se a Festilha, que ocorre todo ano, e a Festa Açoriana, realizada em 2012, além da recente recepção de navios de cruzeiros. No Distrito do Saí é feito o Festival de Camarão e existe ainda o

---

<sup>14</sup> O Programa Monumenta ainda atua na cidade. Completou 10 anos em 2012 e comemorou as mudanças ocorridas nestes dez anos de atuação, considerando que o maior impacto pode ser percebido nas ruas da cidade. MAZZARO, Rafaela. **Programa Monumenta completa dez anos em São Francisco do Sul**. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=5949>>. Acesso em 15/01/2013.

Projeto Cultura Verdes Mares, que é um ônibus itinerante, e a Casa da Cultura, entre outros eventos voltados para o patrimônio cultural do município. Nesses eventos e ações culturais, as diversas etnias que formaram São Francisco do Sul são evidenciadas, sendo que há o envolvimento da população e isso atrai turistas.

A questão da preservação é algo presente na vida dos moradores de São Francisco do Sul, principalmente naqueles que estão diretamente relacionados com o Centro Histórico. O que pode ser considerado como mais delicado nessa relação é o sentimento de pertencimento e reconhecimento desse patrimônio que está à disposição da população, o que foi apontado por Roberta Silva Pauli (2010) e verificado também nesta pesquisa por meio do estudo da Ilha da Rita. O patrimônio cultural, seja ele natural, material ou imaterial, faz parte da vida dessa população, que tem consciência disso. A relação, no entanto, ocorre por conta das leis de proteção e pelas atividades econômicas por ele geradas, não pela identificação dos indivíduos com o patrimônio.



### 3. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ILHA DA RITA

Estudar o patrimônio cultural por meio das representações sociais que são construídas sobre ele implica em escolhas metodológicas. Existem várias metodologias possíveis de serem empregadas no estudo das representações sociais, que podem ser quantitativas ou qualitativas: etnográfica, análise de material de comunicação em massa, entrevistas, associação de palavras e mapas mentais, estatística, entre outras. Essa diversidade aponta para a necessidade de adequar a metodologia específica e apropriada para o objeto de pesquisa.

Tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa são possíveis; contudo, é imprescindível a qualificação dos dados frente à quantidade e é desta forma que esta pesquisa foi realizada. Segundo Sá (1998), a prática articulada de pesquisa é a mais comum, combinando coleta de dados por meio de formulários com a realização de entrevistas. Assim, com o objetivo de identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita, após observações de campo, optou-se por combinar a aplicação de um formulário (Apêndice A) junto à população envolvida com a realização de entrevistas orais e a análise de outros tipos de documentos relativos à história da região, como fotografias e entrevistas já realizadas por outros pesquisadores. Será apresentado a seguir como foi feita a pesquisa e os frutos dessa escolha, a partir das quais acredita-se ter sido possível atingir os objetivos iniciais.

#### 3.1 Investigando Representações Sociais

Foram aplicados 300 formulários correspondentes a uma amostragem da população<sup>15</sup>, que para além da obtenção de dados estatísticos, possibilitaram que as respostas fossem cruzadas, considerando os fatores sociais que as influenciam, buscando identificar as representações sociais sobre a Ilha da Rita. A divisão entre

---

<sup>15</sup> Para a definição do número de questionários a serem aplicados, foi consultado o estatístico Professor Dr. Enori Carelli, que estabeleceu a quantidade a partir do número de habitantes de São Francisco do Sul e das características do questionário, estabelecendo uma amostragem representativa da população.

gêneros para aplicação dos formulários foi paritária, seguindo a proporção do município de acordo com os dados do IBGE (2011), bem como a partir destas referências os sujeitos foram divididos em três faixas etárias: 1) 18 a 29 anos; 2) 30 a 55 anos; 3) acima de 56 anos. A divisão do número de formulários entre o Distrito do Saí e a Ilha de São Francisco do Sul também seguiu as indicações de proporção de habitantes do IBGE, confirmadas pelas unidades de saúde básica e administração municipal no Distrito, sendo respectivamente 30 e 270 formulários. O formulário (Apêndice A) foi pré-testado e aprimorado diante das necessidades que se apresentaram à pesquisa.

A coleta dos dados ocorreu na região central da Ilha de São Francisco e nos principais pontos de concentração da população do Distrito do Saí. O enunciado das perguntas era apresentado aos entrevistados e as respostas registradas com suas próprias palavras, sendo encaixadas pela mestrandia conforme os níveis pré-definidos na confecção do formulário a partir da revisão bibliográfica. Após a coleta, os dados foram tabulados com auxílio da ferramenta de *survey*, do *Google Docs*<sup>16</sup>, que possibilitou que fossem exportados para o programa Excel. Posteriormente os dados foram tratados e distribuídos em tabelas para proceder à análise e identificação dos fatores sociais determinantes sobre as representações.

O formulário utilizado (Apêndice A) foi pensado em três partes. A primeira contempla as questões que possibilitaram a construção do perfil dos entrevistados e a relação dos moradores do Distrito do Saí com a sede do município e com Joinville (questões 1 a 9). Em seguida, as questões 10 a 16 possibilitaram coletar informações sobre as representações referentes ao patrimônio cultural em geral e ao patrimônio do Distrito do Saí. E, por fim, as questões mais diretamente ligadas à Ilha da Rita (questões 17 a 28).

O roteiro prévio para as entrevistas orais seguiu o mesmo caminho, procurando compreender não apenas a relação dos entrevistados com a Ilha da Rita, mas com o Patrimônio Cultural do município. Foram realizadas 18 entrevistas com representantes de cada gênero e de cada faixa etária na Ilha de São Francisco

---

<sup>16</sup> A palavra refere-se ao método de pesquisa quantitativo e é uma das ferramentas das quais dispõem os usuários do Google. Possibilita que o formulário seja alimentado virtualmente e posteriormente estes dados sejam exportados ao Excel para tratamento e análise. Nesta pesquisa, o acesso aos dados esteve disponível apenas para a mestrandia.

do Sul e no Distrito do Saí<sup>17</sup>, procurando dentro dessa divisão encontrar indivíduos relacionados à cultura, à liderança local e professores, tendo em vista a influência que essas pessoas têm na formação das representações. Foram entrevistados também os secretários municipais de Cultura e Turismo, objetivando perceber suas representações, pois estas influenciam diretamente as decisões da administração municipal. Além desses, foram localizados, por meio da rede de informantes, dois fuzileiros que serviram na base naval da Ilha da Rita na década de 1950, que contribuíram sobremaneira para conhecer o cotidiano da base. Com estas entrevistas buscou-se qualificar os dados obtidos nos formulários.

### 3.2 Perfil dos entrevistados

Após a confecção de uma tabela com os dados obtidos por meio dos formulários, foi iniciada a identificação do perfil dos entrevistados, para a análise das configurações sociais que influenciam a gênese das representações. Os entrevistados foram divididos por gênero, faixa etária, escolaridade e ocupação (Figura 19). Em relação à escolaridade, 38% são indivíduos que concluíram o segundo grau, seguidos de 16% que possuem ensino superior incompleto ou em andamento, enquanto apenas 2% são pós-graduados. Todos os entrevistados que possuem o 1º grau incompleto (15%) ou nenhuma escolaridade (3%) residem no Distrito do Saí.

---

<sup>17</sup> No Distrito do Saí, entretanto, não foi possível realizar entrevista com alguma mulher na faixa etária de 18 a 29 anos, pois nenhuma das que foram abordadas se dispuseram a fornecer entrevista gravada.

Figura 19 – Perfil dos entrevistados por meio do formulário.

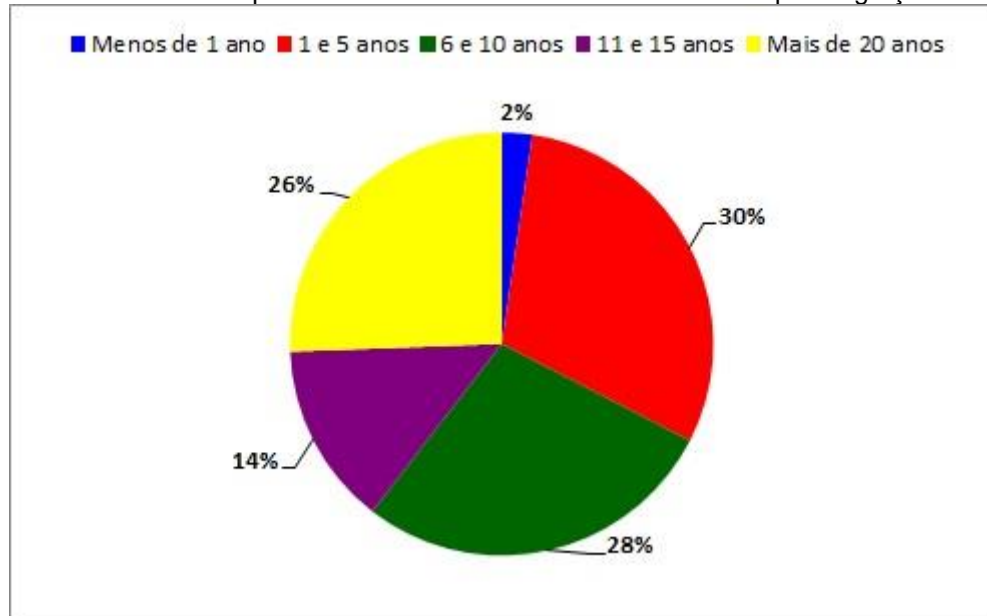
<p>➤ Gênero:</p> <p>Mulheres: 49%</p> <p>Homens: 51%</p>	<p>➤ Escolaridade</p> <p>Nenhuma: 3%</p> <p>1º Grau Incompl.: 15%</p> <p>1º Grau Compl.: 10%</p> <p>2º Grau Incompl.: 3%</p> <p>2º Grau Compl.: 38%</p> <p>Superior Incompl.: 16%</p> <p>Superior Compl.: 13%</p> <p>Pós-graduação: 2%</p>	<p>➤ Ocupação</p> <p>Assalariado: 45%</p> <p>Aposentado: 15%</p> <p>Autônomo: 9%</p> <p>Desempregado: 3%</p> <p>Dona de casa: 4%</p> <p>Empresário: 15%</p> <p>Estudante: 5%</p> <p>Pescador: 4%</p>
--	--	--

Fonte: Da Autora, 2012.

Em relação à ocupação, as atividades econômicas desenvolvidas pelos entrevistados variam, destacando-se os assalariados, que compõem 45% da amostra, dentre os quais 21% são funcionários públicos. Entre autônomos, empresários e pescadores, existem considerações a serem feitas: respeitou-se a resposta dada pelos entrevistados, contudo, alguns que se consideraram “autônomos”, entre outras funções, são pescadores; o mesmo acontece com alguns empresários. As respostas foram consideradas tais quais foram dadas, tendo em vista as características regionais: além de ocupações profissionais diversas, muitos habitantes também são pescadores, seja como complementação da renda ou consumo próprio.

Outro ponto analisado para a construção do perfil foi a naturalidade e o tempo de residência em São Francisco do Sul, levando em consideração que as atividades econômicas voltadas para o Porto e as indústrias que se instalaram em função deste atraíram um número considerável de migrantes, o que a observação de campo já apontava. Entre os entrevistados, 63% são naturais de São Francisco do Sul; entre aqueles que não nasceram na cidade, a maioria (58%) está ali entre um e dez anos; e os que estão há mais de 20 anos na cidade somam 26% dos entrevistados, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de residência em São Francisco do Sul após migração.



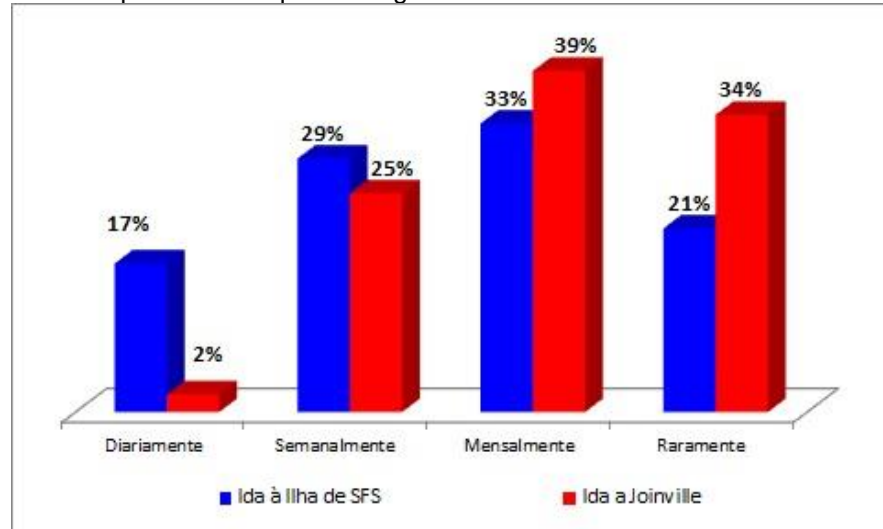
Fonte: Da Autora, 2012.

Destaca-se que entre os 37% de moradores de São Francisco do Sul que são migrantes, 70% residem no Distrito do Saí. Os principais motivos apontados para a mudança foram o trabalho, a família, as belezas naturais e a tranquilidade local. Alguns contaram que foram apenas passear em São Francisco do Sul e, apaixonando-se pela abundância da natureza e o modo de vida das pessoas nesse município, resolveram se mudar.

Quando se iniciou a observação de campo, chamou a atenção a relação dos moradores do Distrito do Saí com a sede do município e vice-versa: para os que vivem na sede do município, o Distrito é chamado de “o outro lado”; os do Distrito igualmente aparentavam ter uma relação de distância com a sede do município, referindo-se a “São Francisco”, como se fosse outra cidade. Por este motivo foram incluídas no questionário duas perguntas com o objetivo de identificar se os entrevistados do Distrito se dirigem com maior frequência a Joinville ou a São Francisco do Sul e com que frequência isso ocorre. A observação de campo levantou a hipótese de que possuíam maior relação com Joinville do que com a Ilha de São Francisco do Sul, no entanto, os dados resultantes dessa questão indicam que a hipótese estava incorreta: os moradores do Distrito do Saí se dirigem com maior frequência à sede do município, a Ilha de São Francisco do Sul, sendo que a distância física é facilmente transposta, pois possuem uma estreita relação com o mar. A travessia diária é feita por 17% dos entrevistados, enquanto que para

Joinville apenas 2% vão diariamente, e um percentual maior sai esporadicamente do Distrito em direção à sede de São Francisco do Sul ou a Joinville. Dos entrevistados, 34% vão raramente a Joinville e, 21%, à Ilha de São Francisco do Sul.

Gráfico 2 – Frequência com que se dirigem à Ilha de São Francisco do Sul e a Joinville.



Fonte: Da Autora, 2012.

Por meio da amostragem da população observada, foi possível perceber um grande número de indivíduos que têm seu trabalho relacionado ao patrimônio cultural da cidade. Sejam funcionários públicos, do Porto, profissionais ligados à educação ou ao turismo, lidam diariamente com esse patrimônio por meio do seu trabalho ou mesmo da convivência no Centro Histórico. E aqueles que não mantêm essa estreita relação vivenciam no Centro Histórico tombado a materialidade de uma história preservada. Outro fator considerável nessa análise é a relação que existe entre o mar e os moradores, de muita proximidade, servindo como fonte de alimento, local de trabalho, como um caminho para se locomover e também como fonte de inspiração e lazer. Tanto o patrimônio histórico quanto o natural são fontes de identificação e orgulho dessa sociedade.

Como discutido anteriormente, um aspecto imprescindível para a análise das representações sociais é sua gênese: como são criadas e o que as influencia. Dentre os fatores que podem influenciar as representações têm-se a mídia televisiva, os jornais, as igrejas, o boca a boca, dentre outros. Ao investigar as representações sociais sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul, Roberta Cristina Silva Pauli (2010) verificou que o meio de comunicação mais eficiente no município é o boca a boca. Isso foi confirmado nesta pesquisa: essa forma de

comunicação é a principal fonte de divulgação das informações, das memórias e dos acontecimentos locais repassados entre familiares, vizinhos e amigos. Aquilo que é ensinado nas escolas sobre o assunto também integra o repertório de informações que são passadas entre as pessoas. Os jornais e as rádios locais não exercem tão fortemente essa influência por serem considerados não confiáveis por conta de seu caráter político-partidário (PAULI, 2010). Assim, mais do que as informações oficiais ou meios de comunicação de massa, o boca a boca, as conversas informais, o bate-papo nos locais de sociabilidade, são os meios mais importantes para a formação e a propagação das representações sociais em São Francisco do Sul, o que fortalece o elo de identificação comunitária e a coesão no pensamento social dessa cidade a respeito do patrimônio cultural.

### 3.3 Representações Sociais sobre o que é o Patrimônio Cultural

Compreender as representações da população de São Francisco do Sul sobre o que é Patrimônio Cultural é fundamental para entender como representam a Ilha da Rita enquanto tal e também para nortear as ações que porventura serão desenvolvidas naquele local. Pode-se perceber, com isso, a importância que é dada pelos entrevistados a um patrimônio e qual é a sua referência para a cultura e a identidade da população. Para isso, após a definição do perfil da amostra, foi feita uma pergunta em relação ao significado de patrimônio cultural. Essa questão foi dividida em quatro níveis de respostas definidos a partir do referencial bibliográfico, conforme pode ser visto no gráfico 3: 1) bens que possuem valor e significado, 2) o que é guardado/acumulado ao longo dos anos, 3) museus e 4) a propriedade de uma pessoa. Percebe-se que a grande maioria dos entrevistados (69%) reconhece o patrimônio cultural como sendo bens que possuem valor e significado para um grupo, uma cidade, um país. Esse conhecimento da população sobre o que é patrimônio cultural pode ser creditado à relação que a cidade tem com sua história, representada nos casarios e nas atividades que são desenvolvidas desde o tombamento do Centro Histórico, em 1987 (PAULI, 2010), bem como a forte ligação do uso do patrimônio cultural como recurso econômico voltado ao turismo, como discutido no capítulo anterior.

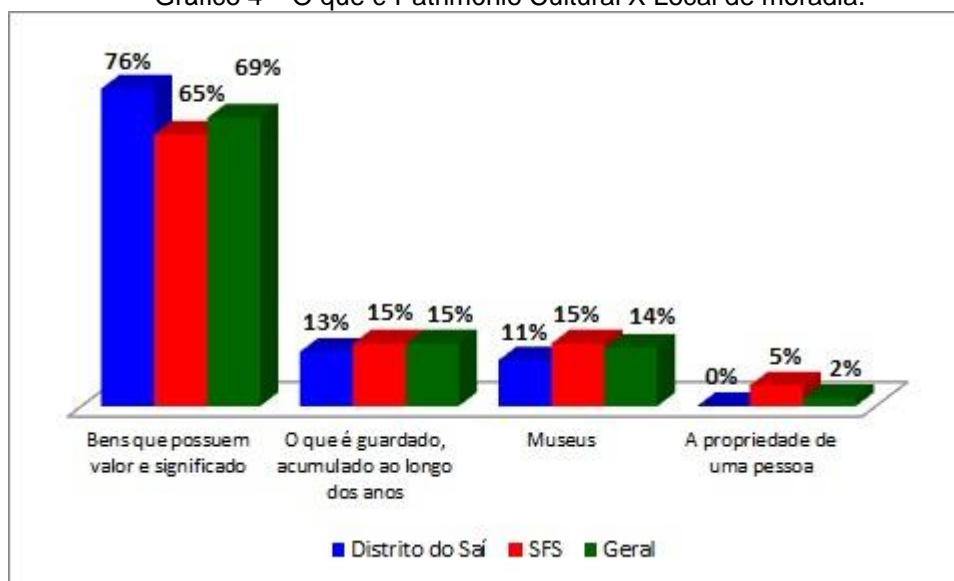
Gráfico 3 – O que é Patrimônio Cultural.



Fonte: Da Autora, 2012.

Entre os moradores do Distrito do Saí e da Ilha de São Francisco do Sul, não houve diferenças expressivas nas respostas (gráfico 4). Na Ilha de São Francisco do Sul, a questão foi respondida por 65% dos entrevistados e, levando em consideração as respostas dadas pela totalidade dos 300 entrevistados — sem a divisão por local de moradia, aqui identificados como “geral” —, essa resposta foi dada por 69%.

Gráfico 4 – O que é Patrimônio Cultural X Local de moradia.

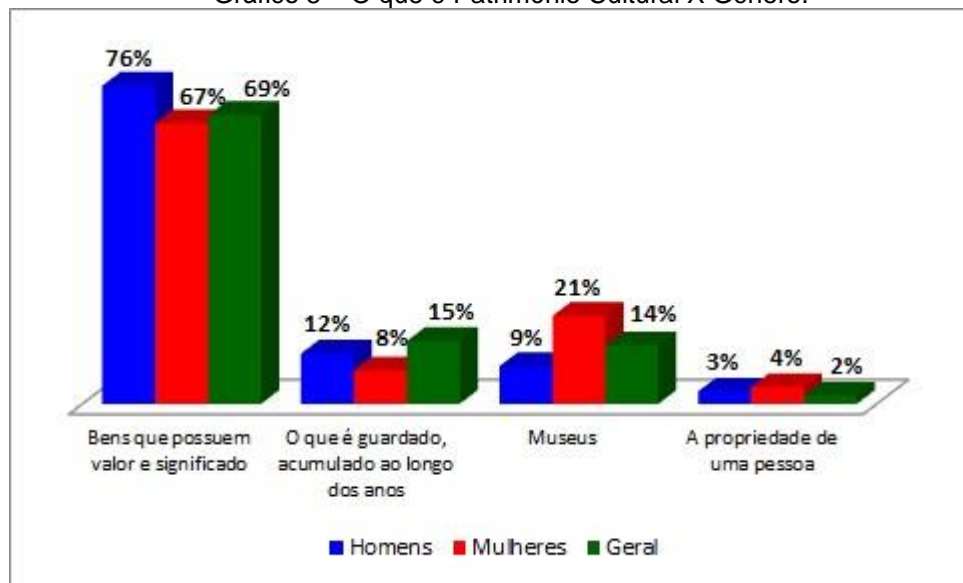


Fonte: Da Autora, 2012.



A semelhança entre os percentuais das respostas relativas ao entendimento sobre patrimônio também ocorreu em relação ao gênero dos entrevistados (Gráfico 5). Esses dados indicam que a configuração geográfica da cidade e o gênero não são fatores determinantes sobre a representação social a respeito do que seja o patrimônio cultural, e também que o pensamento social transmitido pelo boca a boca transita entre esses dois espaços, tendo em vista a comunicação entre os dois espaços do município.

Gráfico 5 – O que é Patrimônio Cultural X Gênero.

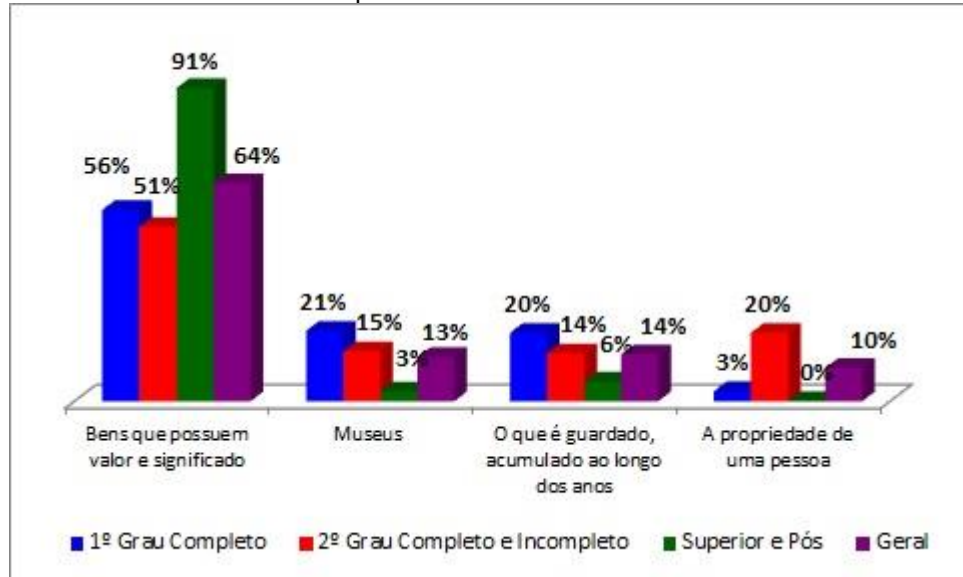


Fonte: Da Autora, 2012.

No cruzamento dos dados, o fator que chamou a atenção como determinante sobre as representações nesta questão foi a escolaridade, e por este motivo considera-se necessário destacar que é uma variável determinante na formação das opiniões no gráfico 6. Entre os entrevistados que possuem até o primeiro grau completo e os que chegaram ao segundo grau, as respostas seguem próximas aos dados das respostas dos entrevistados como um todo. Porém, em relação às respostas dadas por aqueles que estão cursando ou já cursaram o ensino superior e até a pós-graduação, a situação se altera consideravelmente. Isto demonstra que o nível de instrução e o boca a boca são fatores determinantes na formação das representações sociais sobre o patrimônio cultural. Dentre os entrevistados com ensino superior, 91% responderam no primeiro nível, ou seja, que patrimônio são bens que possuem valor e significado. O quarto nível, cujo item se refere à

propriedade de uma pessoa, não foi mencionado por aqueles com esse grau de instrução.

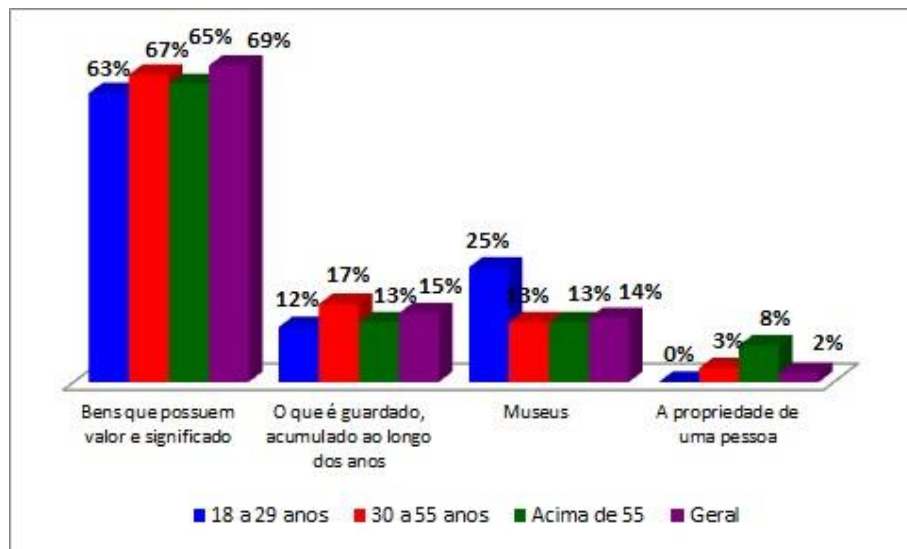
Gráfico 6 – O que é Patrimônio Cultural X Escolaridade.



Fonte: Da Autora, 2012.

Fazendo a análise em relação às faixas etárias dos entrevistados, é possível perceber que a idade não é um fator determinante para a avaliação do que se entende por patrimônio, pois há pessoas em todas as faixas etárias que acreditam que o patrimônio é um bem que possui valor e significado. No entanto, vê-se que em relação ao entendimento de que esse seja a propriedade de uma pessoa, o maior número de indivíduos com esse entendimento está na faixa superior aos 30 anos de idade, principalmente aqueles com mais de 55 anos. Por outro lado, estão entre os mais jovens aqueles que identificam museu como patrimônio, conforme pode ser verificado no gráfico 7.

Gráfico 7 – O que é Patrimônio Cultural X Faixa etária.



Fonte: Da Autora, 2012.

Um fato que chama a atenção é que na faixa etária que abrange os entrevistados entre 18 e 29 anos todos concluíram o segundo grau — e suas representações podem ser reflexo de políticas educacionais relacionadas com a educação patrimonial, que é prevista nos parâmetros curriculares e nas propostas curriculares estaduais.

Outro aspecto levantado por meio do perfil é relativo à ocupação profissional dos entrevistados. O meio em que os indivíduos vivem influencia sobremaneira a sua constituição enquanto pessoa, suas atitudes e também a formação das suas representações sociais. Em relação às representações sobre o que é o patrimônio cultural, considerando as ocupações profissionais, é possível verificar na tabela 1 que para os assalariados, os desempregados e os empresários, o patrimônio cultural se refere a bens que possuem valor e significado. Os dados variam conforme o grupo profissional em que se encontram atualmente os entrevistados.

Tabela 1 – O que é Patrimônio Cultural X Ocupação.

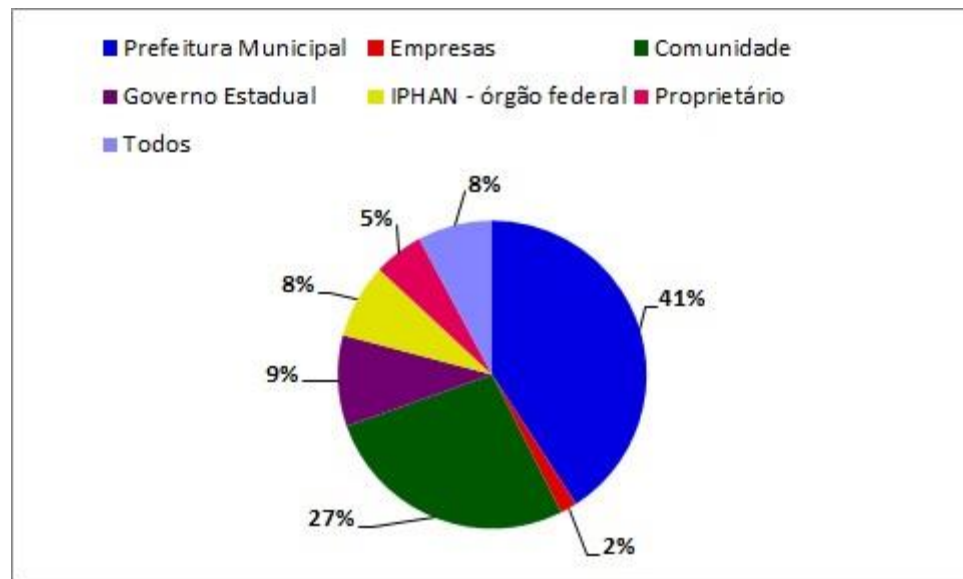
	1	2	3	4
<b>Aposentados</b>	12%	23%	19%	50%
<b>Assalariados</b>	47%	29%	63%	25%
<b>Autônomos</b>	6%	12%	6%	25%
<b>Donas de casa</b>	3%	6%	6%	0%
<b>Desempregados</b>	4%	0%	0%	0%
<b>Empresários</b>	18%	12%	6%	0%
<b>Estudantes</b>	5%	6%	0%	0%
<b>Pescadores</b>	5%	12%	0%	0%
<b>Geral</b>	69%	15%	14%	2%

**1) Bens que possuem valor e significado; 2) O que é guardado, acumulado ao longo dos anos; 3) Museus; 4) A propriedade de uma pessoa**

Fonte: Da Autora, 2012.

Procurou-se identificar também de quem os entrevistados acreditam ser a responsabilidade por sua preservação. As opções de respostas para esta pergunta foram: Prefeitura Municipal, Governo Estadual, Órgão Federal — no caso o Iphan, empresas, comunidade, proprietários dos bens, ninguém ou outro. Além destas possibilidades, foi mencionado que é responsabilidade de todos, de forma integrada, por 8% dos entrevistados, conforme pode ser visto no gráfico 8, que revela também que 41% dos entrevistados acreditam ser um dever da Prefeitura Municipal, seguidos de 27% que afirmaram que é a comunidade que deve fazer sua parte junto com os órgãos oficialmente competentes. O Governo Estadual foi mencionado por 9% dos entrevistados e o órgão federal responsável pelo patrimônio cultural, o Iphan, foi citado por 8%. O Iphan foi adicionado à lista das respostas esperadas nesta questão porque é um órgão que tem estreita relação com o município, tendo em vista o tombamento federal do Centro Histórico e todas as atividades que realiza desde então, inclusive por ter um escritório, há muitos anos, em São Francisco do Sul. Os proprietários foram considerados responsáveis pela preservação de seus imóveis por 5%, e outros 2% acreditam que as empresas poderiam investir no patrimônio cultural recursos que garantissem sua preservação.

Gráfico 8 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural.



Fonte: Da Autora, 2012.

Na busca por fatores determinantes sobre essas representações, as respostas foram analisadas conforme idade, escolaridade e gênero, a partir do que percebemos que havia muita semelhança entre as respostas dadas pelos entrevistados. Isto pode ser um indicativo sobre a configuração social da população que está sendo estudada. Viu-se que a rede de informações entre a população pelo boca a boca é muito eficaz e que São Francisco do Sul possui características de organização social que se relacionam com o que Bauman (2003) denomina comunidade, ou também o desejo de que exista a comunidade. O pensamento comum dos indivíduos em muitas respostas chamou a atenção para isso. Foi empregado, então, o conceito de identificação comunitária ao invés do conceito de comunidade, que, segundo este autor, não é mais possível na contemporaneidade. Bauman define que o desejo de comunidade no contexto atual é uma busca de alternativas e se estrutura a partir de um sentimento de pertencimento, com o estabelecimento de vínculos fortes e o comprometimento de manutenção da mesma (BAUMAN, 2003). Neste contexto, as informações internas são prioritárias às externas, e esta pode ser uma explicação para que em São Francisco do Sul aquilo que um cidadão comunica ao outro seja tão bem aceito e replicado.

Em relação à idade (Tabela 2) percebeu-se que, em todas as faixas etárias, a maior responsabilidade no cuidado para com o patrimônio cultural é atribuída à Prefeitura Municipal e não ao Iphan, como se poderia imaginar levando em

consideração a atuação deste órgão do Governo Federal na cidade. A menção à responsabilidade que a comunidade tem com a preservação do patrimônio cultural foi a segunda mais citada.

Tabela 2 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Faixas etárias.

	<b>18 a 29 anos</b>	<b>30 a 55 anos</b>	<b>Acima de 56 anos</b>	<b>Geral</b>
<b>Prefeitura Municipal</b>	53%	32%	42%	41%
<b>Empresas</b>	5%	0%	0%	2%
<b>Comunidade</b>	21%	27%	29%	27%
<b>Governo Estadual</b>	5%	15%	8%	9%
<b>IPHAN - órgão federal</b>	11%	8%	5%	8%
<b>Proprietário</b>	0%	8%	8%	5%
<b>Todos</b>	5%	10%	8%	8%

Fonte: Da Autora, 2012.

Ainda tratando-se de responsabilidades sobre a preservação, observa-se que os dados não mudam muito quando se separa a sociedade por níveis de escolaridade, permanecendo a preponderância de atribuições à Prefeitura Municipal, como mostra a tabela 3. Destaca-se que o item “todos” refere-se a todas as opções acima, de forma conjunta, e “comunidade” foi selecionada quando as pessoas respondiam essa palavra ou em relação à população civil organizada em prol do patrimônio. Esse item foi apontado pelos entrevistados que possuem até o ensino médio em segundo lugar, e aqueles que já fizeram ou estão fazendo graduação e pós-graduação mencionaram “todos”, seguido de “comunidade”, em terceiro lugar. Isso demonstra que a população tem a percepção de que deveria se envolver nas ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural.

Tabela 3 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Escolaridade.

	<b>1º Grau</b>	<b>2º Grau</b>	<b>Superior e Pós</b>	<b>Geral</b>
<b>Prefeitura Municipal</b>	44%	30%	54%	41%
<b>Empresas</b>	0%	4%	0%	2%
<b>Comunidade</b>	35%	32%	12%	27%
<b>Governo Estadual</b>	9%	9%	11%	9%
<b>IPHAN - órgão federal</b>	0%	17%	3%	8%
<b>Proprietários</b>	9%	6%	0%	5%
<b>Todos</b>	3%	2%	20%	8%

Fonte: Da Autora, 2012.

Percebe-se que o gênero dos entrevistados não influi nas respostas sobre a responsabilidade com o patrimônio, como se pode notar na tabela 4. Da mesma

forma, não foi identificada qualquer influência da profissão nesse quesito, permanecendo a responsabilidade maior à prefeitura. Isso se justifica, pois a prefeitura tem forte atuação em relação ao Centro Histórico por meio das festividades e demais ações culturais ali desenvolvidas. É por este motivo, então, que se acredita que é esta a representação mais forte que aparece quando se questiona de quem é a responsabilidade pelo patrimônio cultural.

Tabela 4 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio Cultural X Gênero.

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Geral</b>
<b>Prefeitura Municipal</b>	37%	45%	41%
<b>Empresas</b>	2%	2%	2%
<b>Comunidade</b>	26%	28%	27%
<b>Governo Estadual</b>	10%	9%	9%
<b>IPHAN - órgão federal</b>	7%	2%	8%
<b>Proprietários</b>	3%	7%	5%
<b>Todos</b>	15%	7%	8%

Fonte: Da Autora, 2012.

Os entrevistados desta pesquisa são indivíduos que vivem em uma cidade em que o valor do patrimônio cultural é difundido e valorizado como referência identitária (PAULI, 2010). Por meio da observação de campo e da pesquisa realizada, foi possível identificar que o sistema central<sup>18</sup> desta representação se refere ao fato do patrimônio cultural ser considerado muito importante e presente na vida destes indivíduos. A partir disso, ocorrem os processos de ancoragem e objetivação que estão pautados nessas informações repassadas pela educação (gráfico 6) e pelo boca a boca (PAULI, 2010).

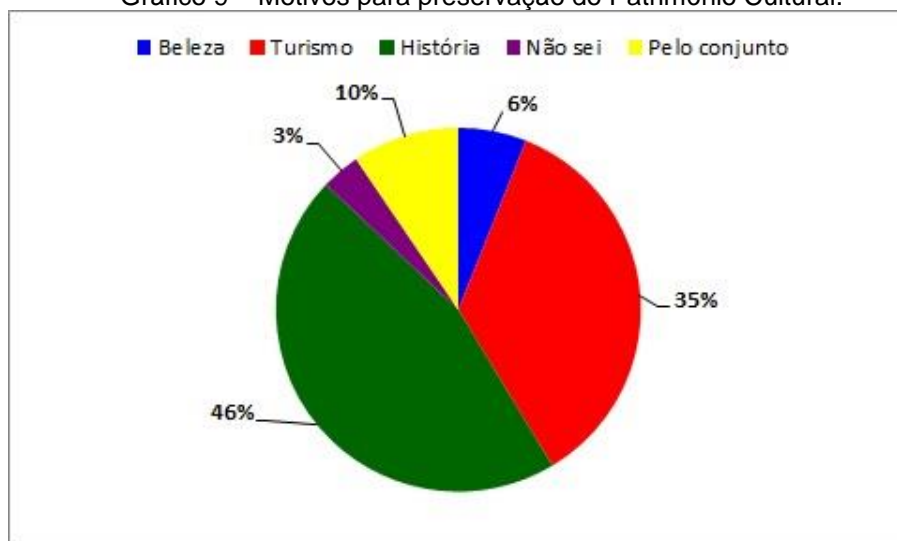
Sublinha-se ainda o importante papel que a educação e os projetos de educação patrimonial exercem sobre as representações dos indivíduos, aumentando seu conhecimento sobre o patrimônio, a importância dele na vida da sociedade e a necessidade de preservação. Também são esses processos que trazem à consciência dos cidadãos que todos são responsáveis pela preservação do legado cultural, uma vez que é uma propriedade coletiva. Por meio de projetos desenvolvidos, não apenas recentemente pelo Programa Monumenta, mas desde o tombamento do Centro Histórico, em 1987, é que a população foi desenvolvendo

<sup>18</sup> Os dados referentes ao núcleo central não aparecem explicitamente, é algo subjetivo que influencia nas representações investigadas. A discussão dessa perspectiva teórica no estudo das representações utilizada neste trabalho está na página 46.

novas representações sobre o patrimônio cultural da cidade, percebendo a importância dele em suas vidas.

Ainda investigando as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre o patrimônio cultural, a questão seguinte indagou os motivos que justifiquem sua preservação. Como opções de resposta havia a “beleza da cidade”, “o turismo”, “a preservação da história local” e também as opções de “não sei” e “outro”. Como pode ser visto no gráfico 9, o valor histórico e o potencial turístico do patrimônio são destacados, tendo respectivamente 46% e 35% das menções. Dez por cento dos entrevistados afirmaram que o que fundamenta a manutenção é o conjunto — o valor histórico e a beleza ligados ao potencial turístico — e todas as características identificadas pelo perfil tiveram respostas no mesmo sentido, não sendo possível destacar algo que faça diferença na forma com que a população pensa a importância histórica do patrimônio, para que possa ser utilizada como recurso econômico.

Gráfico 9 – Motivos para preservação do Patrimônio Cultural.



Fonte: Da Autora, 2012.

Tendo em vista as opiniões expressas nas questões anteriores, este resultado reforça que o núcleo central das representações identificado no município de São Francisco do Sul sobre patrimônio cultural está provavelmente relacionado ao tombamento do Centro Histórico. Todas as ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais em relação à difusão de informações, à preservação e à utilização como recurso turístico, possivelmente influenciaram nos processos de ancoragem e objetivação dos munícipes, trazendo esse patrimônio para seu cotidiano. Era de se



esperar, frente a isso, que as respostas fossem direcionadas para a importância histórica e turística. Contudo, percebe-se que as motivações para a preservação patrimonial remontam principalmente à sua importância histórica, e essa referência está ancorada em tudo que aprenderam a partir do tombamento do Centro Histórico e das representações passadas pelo boca a boca a partir de então. Grande parte do restante do patrimônio cultural da cidade, como já foi mencionado em relação ao Distrito do Saí, é desconhecida, carente de reconhecimento, difusão e preservação.

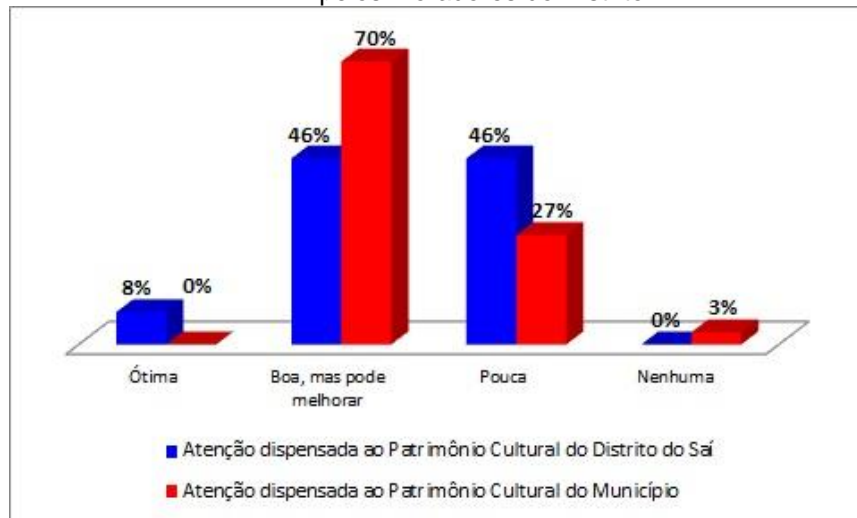
Outras duas questões ainda compõem essa parte do formulário e se referem à atenção que os entrevistados consideram que o governo municipal dá para o patrimônio cultural tanto na cidade como um todo, quanto especificamente no Distrito do Saí. Estas questões foram incluídas no formulário para verificar como a população em análise avalia a atuação da gestão municipal em curso<sup>19</sup>. Para análise desses dados, foram identificadas as respostas dos moradores do Distrito do Saí e da Ilha de São Francisco do Sul, a fim de perceber como a população dos dois espaços dentro do território do município percebe essa questão.

A opinião dos moradores do Distrito do Saí sobre a atenção dispensada pelo governo municipal para o patrimônio cultural dessa localidade e do município em geral pode ser verificada no Gráfico 10 (mantiveram-se os dados que não receberam nenhuma menção (0%) para facilitar a comparação visual). Com o mesmo percentual (46%), uma parte da população considera que a atenção dada pela administração do município ao patrimônio cultural “até que está boa”, mas poderia melhorar sua atuação em relação ao Distrito do Saí, e outra parte considera que é pouca, que o município está deixando a desejar nesse quesito. Dos 8% dos entrevistados que acreditam que está ótima a ação, todos são aposentados, em sua maioria mulheres. Considerando o trabalho da gestão municipal em relação ao patrimônio cultural de São Francisco do Sul, nenhum entrevistado afirmou que esteja ótima, e a grande maioria (70%) acredita que é necessário que seja melhor, seguidos de 27% que consideram que é pouca e de 3% de que não é dada atenção à área.

---

<sup>19</sup> No decorrer da pesquisa ocorreram as eleições municipais no país, e o prefeito de São Francisco do Sul foi reeleito, mas não pela maioria absoluta da população, tendo uma vitória apertada sobre o seu opositor que ficou em segundo lugar. Como o município não comporta eleições em segundo turno, o mesmo foi reconduzido ao mandato.

Gráfico 10 – Atenção dispensada ao Patrimônio Cultural considerada pelos moradores do Distrito.

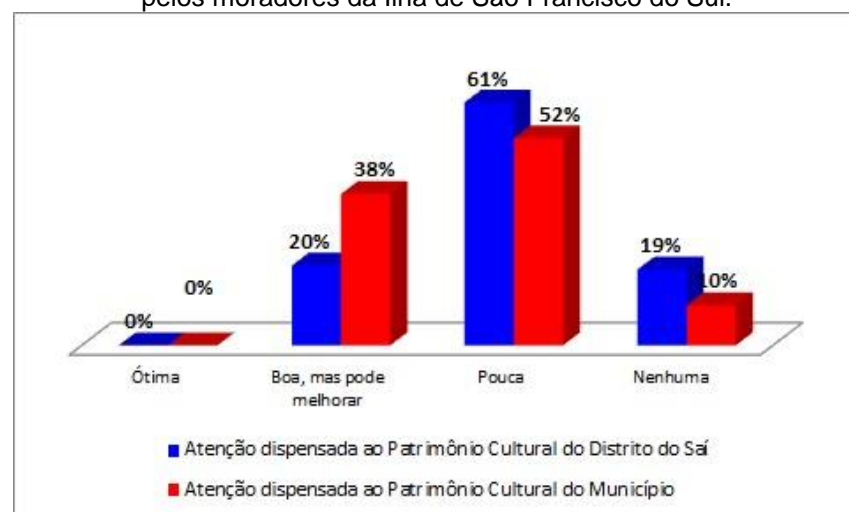


Fonte: Da Autora, 2012.

Cabe ressaltar que esses dados não exprimem a opinião dos entrevistados sobre a administração municipal como um todo, mas especificamente em relação ao patrimônio cultural. Boa parte da população do Distrito do Saí fez questão de mencionar que em relação à educação e à saúde só havia elogios, pois estavam sendo bem atendidos em suas necessidades.

Nos dados obtidos nas entrevistas com moradores da Ilha de São Francisco do Sul, pode-se levantar a hipótese de que a aproximação geográfica com a administração municipal e a convivência mais próxima com os problemas da sede do município fizeram com que as respostas fossem mais críticas, conforme pode ser verificado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Atenção dispensada ao Patrimônio Cultural considerada pelos moradores da Ilha de São Francisco do Sul.



Fonte: Da Autora, 2012.

Os moradores da sede do município consideram, em sua maioria (61%), que o patrimônio cultural do Distrito do Saí está recebendo pouca atenção, seguidos de 20% que afirmam que está bom, mas pode melhorar e de 19% que acreditam que não é dada nenhuma atenção. Estes dados são interessantes, pois promovem uma reflexão sobre a hipótese inicial de que o Distrito do Saí seria algo distante e desconectado da vida na sede do município, e ajudam a provar justamente o contrário. Todos os entrevistados da Ilha de São Francisco do Sul prontamente deram suas opiniões nesta questão, considerando-se aptos para opinar sobre algo que faz, sim, parte da sua vida e do território em que habitam. Revela também que a percepção de que o patrimônio cultural do Distrito do Saí está à margem é um fato verificado também pela população local.

Em relação à atenção dada pelo governo municipal para o patrimônio cultural do município, é possível perceber que apesar dos projetos e iniciativas que foram conhecidos e vivenciados durante a observação e a pesquisa de campo, os dados apontam para uma insatisfação dos entrevistados: 52% acreditam que esteja sendo dispensada pouca atenção à área, 38% consideram que está boa, mas pode melhorar e 10% afirmam que não está se dando atenção. Com base nas respostas anteriores, que indicam que a maior parte da população sabe o que é patrimônio cultural, pode-se concluir que estas respostas fundamentam-se em conhecimento a respeito do assunto.

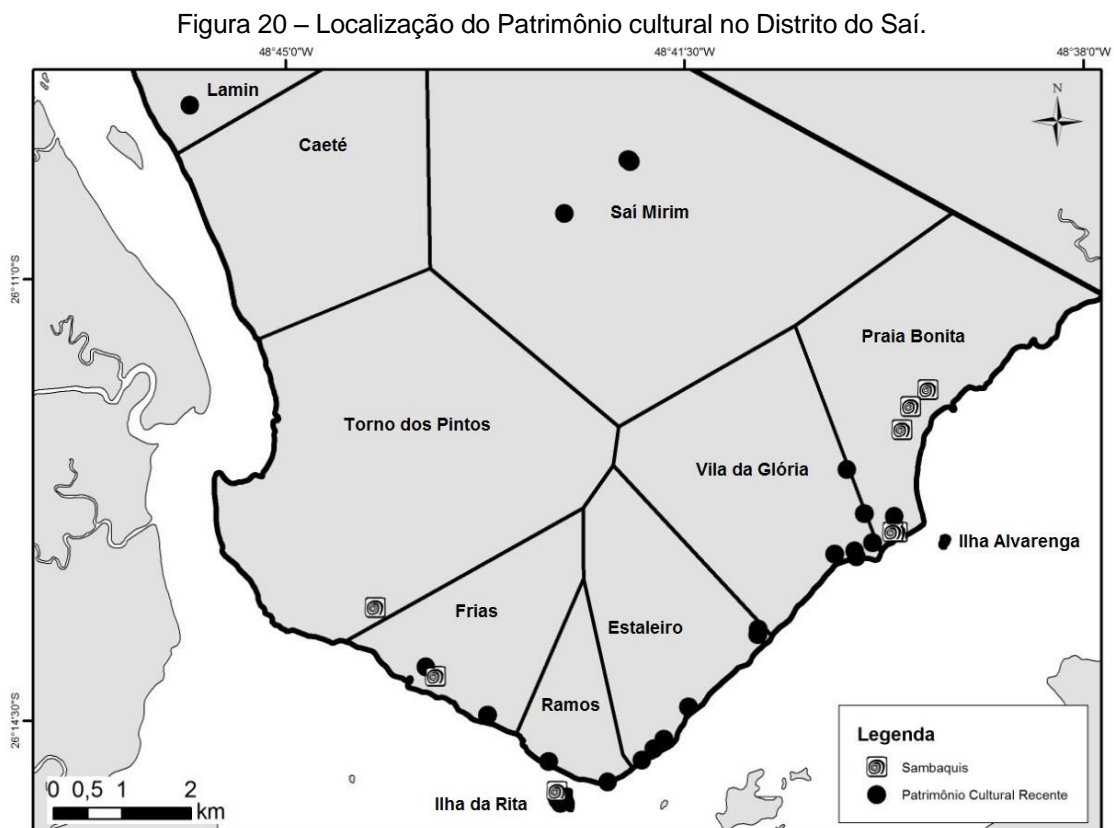
Duas perguntas do formulário foram específicas para investigar com os moradores do Distrito do Saí o que consideram como patrimônio cultural do Distrito e onde esse patrimônio está localizado. Com estas informações e outras coletadas em pesquisas pretéritas (BANDEIRA, 2000, ALVES e MARTINS, 2006) ou dados públicos, foi realizado, em parceria com André de Souza de Lima<sup>20</sup>, o geoprocessamento do patrimônio da região. Como resultado foram identificados 36 pontos constituídos por sambaquis<sup>21</sup>, ruínas relativas à ocupação nos séculos XVII e XVIII, bem como engenhos e igrejas, tanto antigas quanto contemporâneas. O patrimônio imaterial identificado está relacionado às práticas e conhecimentos locais, tais como o modo de fazer a farinha de mandioca, a construção de canoas, a pesca

---

<sup>20</sup> Bolsista de iniciação científica de Geografia do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural.

<sup>21</sup> Os sambaquis foram mencionados pelos entrevistados e a identificação no mapa foi feita a partir de trabalhos publicados com os registros das coordenadas. As ruínas foram identificadas a partir das indicações de localização dadas pelos entrevistados, entre as quais estão as três propriedades analisadas no Projeto Rita.

artesanal, entre outros. A água foi outro patrimônio destacado pelos entrevistados, pois é do Distrito do Saí que sai o abastecimento de todo o município. Com a localização dos 36 pontos, foi possível observar que a Vila da Glória e o Estaleiro possuem um maior número de unidades de patrimônio cultural reconhecidos pela população, assim como a região da Praia Bonita, que concentra um maior número de ocorrências de sambaquis, conforme pode ser visto na Figura 20:



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille, 2012.

No Distrito do Saí existem registros de diversos sítios arqueológicos pré-coloniais da tipologia sambaqui, sendo que alguns já estão mencionados na literatura (BANDEIRA, 2000, ALVES e MARTINS, 2006). Contudo, ainda não foram pesquisados até o momento. Existem também diversos sítios arqueológicos históricos, até então desconhecidos, sendo possível destacar o trabalho realizado pela bolsista Capes Fernanda Borba (2013), que identificou e analisou três estruturas históricas de antigos engenhos nas localidades de Frias e Estaleiro. A pesquisa buscou, por meio da materialidade evidenciada pela arqueologia, investigar a ocupação dessas propriedades, discutindo os vestígios sobre a presença de escravos negros na região e a relação dessa ocupação com a historiografia. Nas

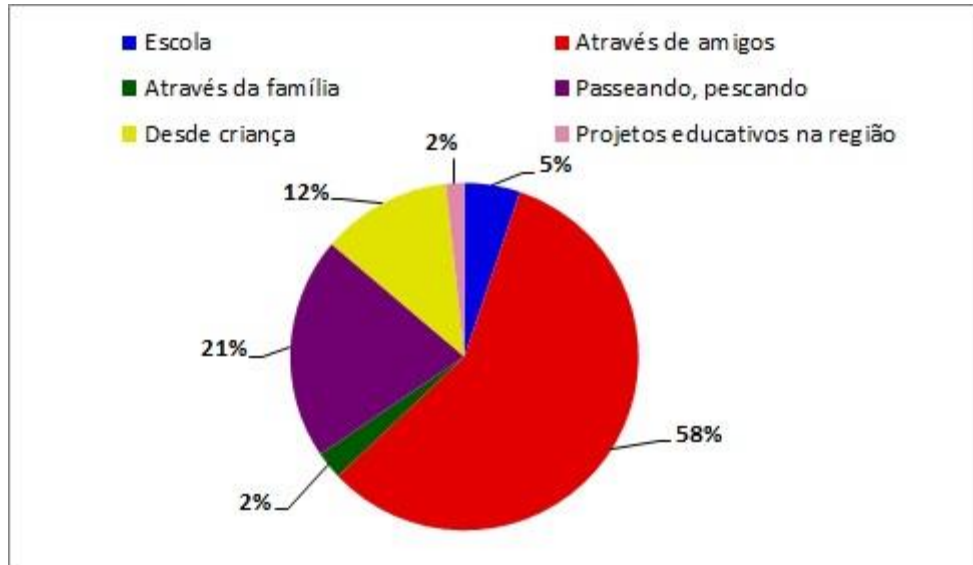
entrevistas realizadas, não houve menção à cultura afro-brasileira no Distrito do Saí, nem mesmo a senzalas, mas as evidências históricas e arqueológicas comprovam a sua existência, assim como a presença de escravos nos engenhos e nas propriedades agrícolas da região.

### 3.4 O Patrimônio Cultural da Ilha da Rita

Após a construção do perfil e a identificação das representações sociais a respeito do patrimônio cultural, foram feitos os questionamentos que permitiram conhecer as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. Iniciou-se questionando se os entrevistados já haviam ouvido falar do local e se já tinham estado na Ilha: todos os 300 entrevistados responderam que já ouviram falar, mas apenas 33% deles já foram até ela. Entre os entrevistados que já foram na Ilha, 69% são moradores do Distrito do Saí, que estão bem mais próximos do local. Um dado que reflete a situação contemporânea da Ilha é que, desses 33% que já a visitaram, 90% têm mais de 30 anos. Como a Ilha está sob custódia da Univille desde 1999, ela está fechada para visitação, acampamento, pesca, entre outras atividades de lazer que ali eram realizadas até então. É natural que os entrevistados mais novos não tenham tido a oportunidade de conhecê-la, apesar de terem ciência sobre sua história, que faz parte do currículo escolar, ou por ouvir falarem os amigos, familiares e a população local.

No Gráfico 12 é possível verificar os dados referentes à resposta de todos os entrevistados sobre como conheceram ou apenas ouviram falar sobre a Ilha: 58% responderam que foi por meio de amigos, seguidos de 21% que foi passeando pela baía Babitonga ou mesmo pescando. Destaca-se que os remanescentes materiais da base são facilmente visualizados pela face sul da Ilha, por onde passam muitas embarcações, inclusive um barco de turismo que na narrativa da viagem chama a atenção para a Ilha da Rita e sua história.

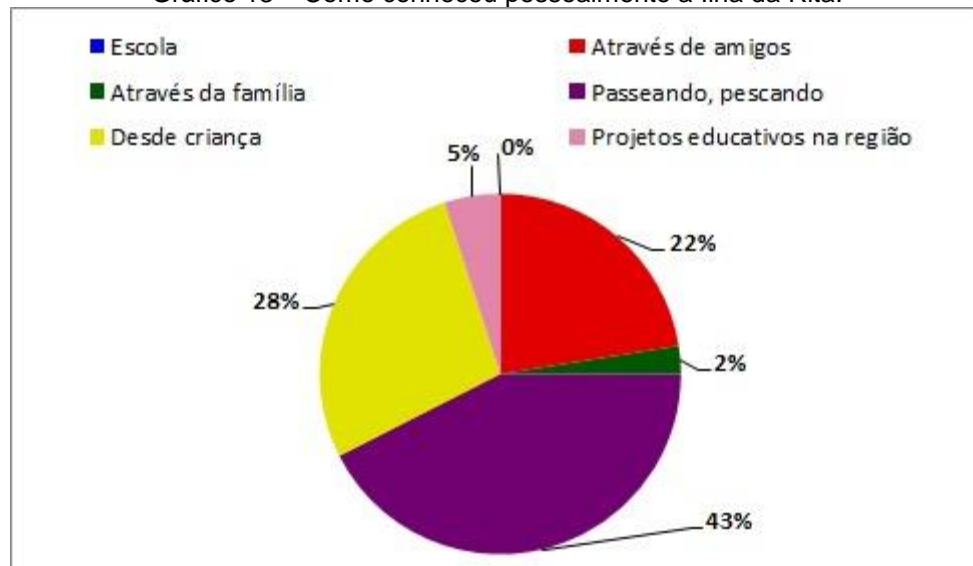
Gráfico 12 – Como ouviu falar sobre a Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

Considerando os dados relativos apenas aos 33% dos entrevistados que já visitaram a Ilha da Rita (Gráfico 13), percebe-se que uma grande parte (43%) chegou até ela quando estava passeando ou pescando na região e resolveu aportar ali. Outros 28% conhecem a Ilha desde crianças, brincaram lá quando mais novos. Ainda referente a essa questão, 22% dos entrevistados conheceram a Ilha pela indicação de amigos. Apenas 5% dos entrevistados conheceu a Ilha por meio da escola, o que possibilita refletir sobre o papel da educação nas representações. Anteriormente foi abordado como a escolaridade influencia na formação das representações sobre o que é patrimônio cultural, no entanto, em relação especificamente à Ilha da Rita, a atuação da escola é mínima. A utilização da Ilha da Rita como instrumento pedagógico possibilitaria que mais indivíduos de São Francisco do Sul conhecessem esse patrimônio, apropriando-se dele enquanto referencial cultural e de memória.

Gráfico 13 – Como conheceu pessoalmente a Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

Quando respondiam a esta pergunta, muitos gostavam de contar suas memórias a respeito. Era muito comum, segundo eles, ir à Ilha da Rita para pescar e acampar; era um local de lazer a que todos tinham acesso. Além de causos de pescadores, alguns homens lembraram suas aventuras de infância com amigos ou de acampamentos em grupos de jovens, em família, entre outras formas de diversão e lazer que a Ilha da Rita foi palco, tanto durante o tempo em que os militares estavam ali (daí dependia da amizade com eles), como após o fechamento da base naval, quando ficou sob responsabilidade do Porto.

Percebeu-se um desejo de preservar o patrimônio para preservar a memória ali representada — tanto a oficial (Marinha) quanto as memórias de cada entrevistado em relação à Ilha da Rita. É a idealização desse patrimônio como um lugar de memória, é a materialização da memória em um lugar, uma história que este espaço representa (NORA, 1993). O anseio de transformação do local em um lugar de memória denuncia a intenção de bloquear o esquecimento, de acordo com o que Nora (1993) afirma ser a intenção da criação desses lugares, servindo como referencial de memória e identidade. Notou-se, nas entrevistas, que os mais velhos que contavam sobre essas memórias estão morrendo, e a requalificação da Ilha seria uma possibilidade de registrá-las e contá-las a partir dos remanescentes materiais, tendo em vista que a história ali representada é motivo de grande orgulho para essa população — motivos como ter feito parte da Segunda Guerra e ter sido visitados pelo presidente da República exemplificam esse sentimento.

Em seguida, foram feitas duas questões abertas solicitando aos entrevistados que dissessem três palavras positivas e três negativas sobre a Ilha. Nem todos quiseram responder, assim como muitos disseram só ter coisas boas para falar sobre o local. No total, foram tabuladas 712 palavras positivas e 556 negativas. Para otimizar a análise, algumas delas foram agrupadas em uma única palavra que se referia ao mesmo conceito (beleza/bela/bonita, natureza/beleza natural, história, abandono/abandonada/largada, falta de estrutura/difícil acesso) e as demais foram deixadas como foram ditas. O percentual de incidência das palavras pode ser conferido na figura 21:

Figura 21 – Incidência de palavras positivas e negativas sobre a Ilha da Rita.

<b>Palavras Positivas</b>		<b>Palavras negativas</b>	
<b>História</b>	<b>24%</b>	<b>Abandono</b>	<b>22%</b>
<b>Beleza</b>	<b>17%</b>	<b>Falta de estrutura</b>	<b>9%</b>
<b>Natureza</b>	<b>16%</b>	<b>Isolamento</b>	<b>8%</b>
<b>Turismo</b>	<b>6%</b>	<b>Poluição</b>	<b>8%</b>
<b>Patrimônio Cultural</b>	<b>4%</b>	<b>Mal cuidada</b>	<b>7%</b>
Cultura	3%	Descaso	4%
Desenvolvimento	3%	Descuido	4%
Interessante	3%	Desvalorização	4%
Ruínas	3%	Esquecida	4%
Abastecimento de Água	2%	Ruínas	4%
Base Naval	2%	Biguás	3%
Biodiversidade	2%	Degradação	3%
Encantadora	2%	Desconhecida	2%
Lazer	2%	Exclusividade	2%
Maravilhosa	2%	Mal divulgada	2%
Meio Ambiente	2%	Mal utilizada	2%
Pesca	2%	Tristeza	2%
Carvão	1%	Baderna	1%
Harmonia	1%	Bagunça	1%
Lugar agradável	1%	Desmantamento	1%
Navios	1%	Excluída	1%
Orgulho	1%	Falta de respeito	1%
Paraíso	1%	Festas	1%
Perfeição	1%	Inatividade	1%
Preservação	1%	Indiferença	1%
Tranquilidade	1%	Univille	1%
Univille	1%		

Fonte: Da Autora, 2012.

Em linhas gerais, as palavras mais citadas positivamente referem-se principalmente à importância histórica (24%), à beleza (17%) e à natureza da Ilha (17%). Turismo e patrimônio cultural se destacam com 6% e 4%, respectivamente. As memórias sobre a utilização da Ilha como base naval é motivo de orgulho para os



entrevistados, que gostam de frisar essa importância histórica de que no local onde vivem ocorreram fatos relacionados à Segunda Guerra, período que mudou todo o mundo. Juntamente a isto, a beleza do conjunto formado pelos remanescentes materiais e pela natureza abundante faz com que os entrevistados reconheçam na Ilha um potencial ponto turístico. É possível reconhecer aí outra característica do sistema central na cidade: o turismo voltado para o patrimônio histórico e para a natureza é um dos principais meios de vida, como já salientado, portanto, as representações dessa população sobre um local que possua valor histórico reconhecido e natureza exuberante possivelmente irão se formar a partir disto. Num espaço como a Ilha da Rita, em que natureza e história convivem, essa ideia é muito forte e influencia as representações identificadas: o patrimônio cultural como recurso turístico.

Negativamente, o que mais se destacou foi o abandono da Ilha (22%), a falta de estrutura (9%), o isolamento (8%), a poluição (8%) e o fato de ela estar mal cuidada (7%). Palavras como descaso (4%), descuido (4%), desvalorização (4%) e esquecimento da Ilha (4%) demonstram o quanto esse patrimônio é lembrado com carinho e pesar pela sua atual situação. As referências ao isolamento e à falta de estrutura remetem justamente a essa representação que os entrevistados têm de que ela deveria estar acessível e aberta ao turismo. As ruínas foram apontadas como negativas, mas percebeu-se que isso é dito justamente no sentido de assim estarem: eram construções volumosas e bonitas — e assim deveriam voltar a ser.

A grande quantidade de biguás é um grande problema para a Ilha: estes pássaros a perceberam como um bom lugar e defecam por toda a parte. O presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Aldair Nascimento Carvalho, em entrevista a este projeto, afirmou que os biguás são um problema ambiental que deve ser analisado e discutido para uma possível reabertura da Ilha da Rita. Já os biólogos que compõem a equipe interdisciplinar que pesquisa a Ilha afirmam que a presença desses pássaros ali é cíclica e que daqui a um tempo eles sairão e passarão a habitar outra ilha, como já fizeram anteriormente.

Algumas palavras ditas pelos moradores do Distrito do Saí que vivem próximos à Ilha chamaram a atenção e servem de alerta: baderna, bagunça e festas também apareceram na lista, ditas com ainda mais pesar. A entrevistada Zuleide Duarte da Silva (2012) lamentou que a Ilha esteja uma bagunça, e que a Univille, por ser tão grande, tenha deixado chegar a esse ponto.

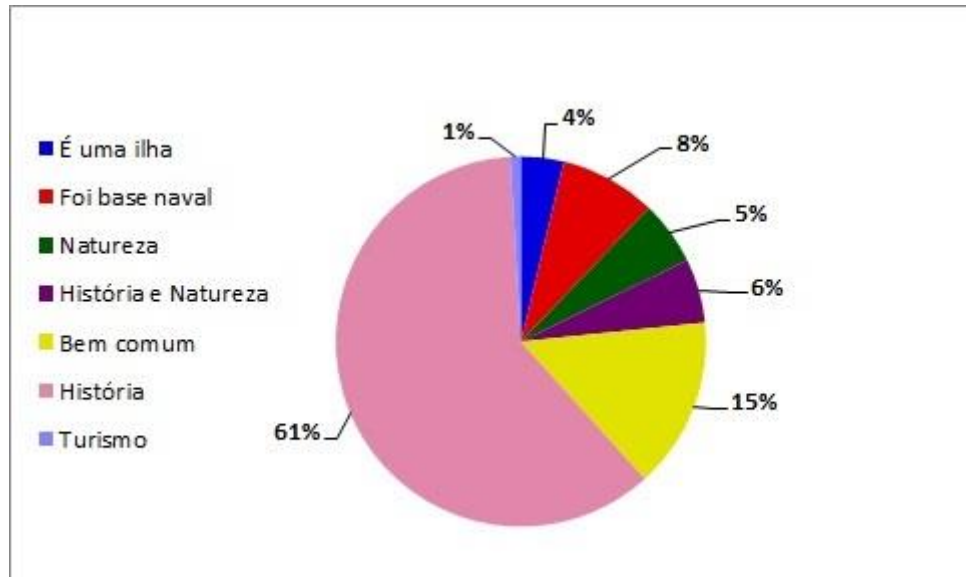
A população não está contente com os trabalhos desenvolvidos pela Univille, pois não consegue visualizar tudo o que tem sido feito, uma vez que esses trabalhos acabam ficando mais restritos à academia, além de que a influência sobre o cotidiano dessa população não é perceptível ou compatível com sua expectativa. Por não terem acesso à produção científica a respeito da Ilha da Rita, importam-se mais com o patrimônio material (as construções) do que com o imaterial (meio ambiente, memórias, representações) que tem sido estudado.

A palavra Univille foi lembrada tanto como positiva quanto como negativa por alguns dos entrevistados. E em alguns momentos, ao ser realizada a apresentação com a utilização do nome “Univille”, pode-se perceber certo desconforto. Ouviu-se de alguns moradores críticas sobre a forma como a Ilha vem sendo, contudo, ao saber da pesquisa e das intenções futuras com o local, alguns demonstraram crédito nessa instituição e esperança de que o espaço volte a ser bem utilizado. O entrevistado Aldair Carvalho (2012) destacou que a Ilha da Rita passou a ser mais conhecida após a Univille ter se tornado responsável por ela. Para ele, a Ilha da Rita é uma grande possibilidade de investimento e de transformação para o turismo e para a preservação da identidade cultural e da memória da cidade. Outro entrevistado, Luiz Augusto Ozório (2012), afirmou que vê com tranquilidade a Ilha após ter sido designada à Univille, e que isso freou o processo de depredação que ela estava sofrendo, bem como a relevância dos estudos que são realizados.

A pergunta seguinte, de forma direta, questionava se o entrevistado considera a Ilha da Rita um patrimônio cultural. Tendo em vista as questões anteriores e a apresentação da pesquisa, considera-se que esta questão ficou prejudicada por ter se tornado indutiva, o que refletiu no resultado: 97% dos entrevistados afirmaram que a Ilha é um patrimônio. Porém, a pergunta seguinte, que questionava o porquê de afirmarem isso, possibilita buscar compreender como se formou esta representação. Em seguida, no Gráfico 14, é possível visualizar as respostas gerais sobre a pergunta, que foram agregadas em sete eixos principais: referência à sua importância histórica (61%), ao fato de ser um bem comum, um bem da população (15%), menções por ter sido base naval e a presença da Marinha no local (8%), o reconhecimento da Ilha como patrimônio por sua natureza e pelo conjunto formado pelo valor histórico e pela riqueza natural mencionada pelo mesmo percentual de entrevistados (6%). Em menor quantidade foi justificado que ela é um patrimônio por ser uma das ilhas que formam o rico arquipélago da baía Babitonga (4%). O valor

turístico à ela agregado como patrimônio cultural foi apontado por apenas 1%, o que é justificável, pois ainda não está aberta para esta atividade: os entrevistados a visualizam, no futuro, como um ponto turístico importante, mas em se tratando de explicações sobre suas representações atuais, ainda não figura desta forma.

Gráfico 14 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural.



Fonte: Da Autora, 2012.

Na busca dos fatores determinantes para estas representações, percebe-se, por meio dos dados, que a idade (Tabela 5) e o gênero (Tabela 6) não originaram alterações significativas nas representações sobre o motivo que justifica considerarem a Ilha da Rita como um patrimônio cultural. Em relação ao gênero, pode-se destacar apenas que um percentual maior de homens mencionou o fato em relação às mulheres, e também o geral – total de homens e mulheres – o fato de ter servido como base naval.

Tabela 5 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X gênero.

	Homens	Mulheres	Geral
É uma ilha	3%	6%	4%
Foi base naval	13%	7%	8%
Natureza	9%	9%	5%
História e Natureza	8%	12%	6%
Bem comum	9%	9%	15%
História	56%	56%	61%
Turismo	2%	1%	1%

Fonte: Da Autora, 2012.

Tabela 6 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X faixa etária.

	<b>18 a 29 anos</b>	<b>30 a 55 anos</b>	<b>Acima de 56 anos</b>	<b>Geral</b>
<b>É uma ilha</b>	3%	0%	6%	4%
<b>Foi base naval</b>	11%	10%	11%	8%
<b>Natureza</b>	3%	5%	7%	5%
<b>História e Natureza</b>	5%	14%	7%	6%
<b>Bem comum</b>	14%	12%	7%	15%
<b>História</b>	61%	57%	62%	61%
<b>Turismo</b>	3%	2%	0%	1%

Fonte: Da Autora, 2012.

Em relação à escolaridade (Tabela 7), percebe-se que os entrevistados de graduandos até pós-graduados relacionaram essa representação principalmente aos aspectos históricos, ao bem comum e à utilização da Ilha da Rita como base naval.

Tabela 7 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X faixa etária.

	<b>Até 1º Grau</b>	<b>Até 2º Grau</b>	<b>Até Pós-grad.</b>	<b>Geral</b>
<b>É uma ilha</b>	8%	2%	0%	4%
<b>Foi base naval</b>	13%	6%	14%	8%
<b>Natureza</b>	3%	4%	0%	5%
<b>História e Natureza</b>	13%	9%	5%	6%
<b>Bem comum</b>	14%	13%	11%	15%
<b>História</b>	46%	66%	70%	61%
<b>Turismo</b>	3%	0%	0%	1%

Fonte: Da Autora, 2012.

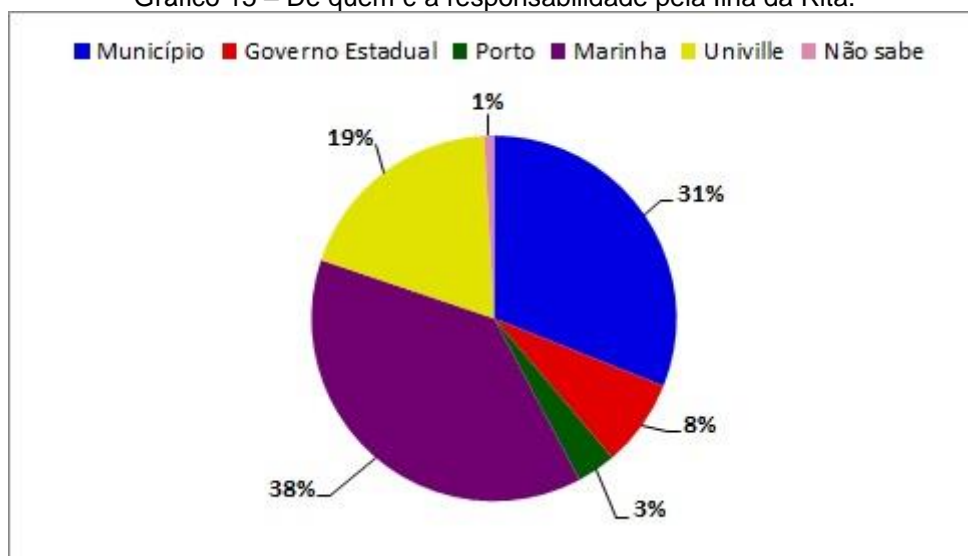
A considerável similaridade em diversos aspectos das representações que foram levantadas aponta que as representações em torno do patrimônio cultural no município, como já levantado, e sobre a Ilha da Rita, em específico, são tão fortes e ao serem repassadas pelo boca a boca se solidificam, independente do grupo social no qual estejam inseridos, demonstrando que a identificação comunitária é mais impactante nessa sociedade do que as diversas possibilidades de identificação dos indivíduos (grupos de idade, de gênero, ocupação profissional e local de moradia, por exemplo).

Os 3% dos entrevistados que consideram que a Ilha da Rita não seja um patrimônio cultural justificam sua afirmativa pelo fato dela ser propriedade da Marinha. Em comum entre estes entrevistados, pode-se destacar o fato de serem todos naturais e residentes da Ilha de São Francisco do Sul e nunca terem ido visitar a Ilha da Rita. Dentre eles, 75% são homens aposentados com mais de 56 anos e 25% são donas de casa entre 30 e 55 anos. Percebeu-se, nas demais respostas

dadas por estes entrevistados a respeito da Ilha da Rita, que não possuem qualquer identificação particular com o local. Para eles, é somente mais uma Ilha entre as demais da baía, que possui seu valor histórico reconhecido e que pode ser utilizada como recurso turístico, mas com a qual eles não possuem laços de afetividade e nem irão se envolver nas atividades que porventura sejam ali realizadas.

A Ilha da Rita é de fato propriedade da Marinha, contudo, está cedida para a Univille desde 1999 (e também já foi responsabilidade do Porto, como apresentado no segundo capítulo). Além disso, o Iphan e a prefeitura têm um trabalho forte e reconhecido pela população com o patrimônio cultural. Os possíveis responsáveis pela Ilha da Rita foi um ponto consideravelmente confuso para os indivíduos com os quais se fez contato durante a observação de campo, o que motivou a investigação das representações sociais sobre quem deveria geri-la. Como pode ser visto no Gráfico 15, as opções eram as seguintes: Marinha (38%), município (31%), Univille (19%), Governo Estadual (8%), Porto de São Francisco do Sul (3%) e 1% dos entrevistados disse não saber.

Gráfico 15 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

Estas respostas ajudam a perceber o conteúdo do núcleo central relativo à Ilha da Rita: sua utilização como base naval remete à Marinha, bem como o fato dela ser imediatamente associada aos chamados terrenos de Marinha. A Marinha é, na questão da responsabilidade pela Ilha da Rita, uma ideia forte que influencia na representação dos indivíduos e é socialmente construída, pois é algo aprendido socialmente com os ensinamentos da família, da escola e também das vivências na

fase adulta. Quando conheceram a Ilha da Rita e ouviram as memórias a seu respeito, o processo de transformação do não familiar em familiar, que é a ancoragem, foi baseado nos elementos constitutivos do núcleo central. A objetivação, que pode ser exemplificada nesta resposta, é fruto disso.

Os entrevistados que consideraram a Marinha como a responsável pela Ilha da Rita têm entre 30 e 55 anos (42%) e acima de 56 anos (34%), conforme pode ser visto na Tabela 8. Hoje em dia a Marinha já não é algo tão presente na vida dessa população, como foi vivenciado pelos mais velhos, e a aquisição de terrenos de Marinha já não ocorrem na velocidade de décadas passadas, quando havia mais terrenos disponíveis no litoral. É possível que seja por esses motivos e pelo acesso à informação<sup>22</sup> que relacionem principalmente a gestão da Ilha da Rita à prefeitura (55%) e, em segundo lugar, à Marinha (29%).

Tabela 8 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X Idade.

	18 a 29 anos	30 a 55 anos	Acima de 56 anos	Geral
Município	55%	19%	32%	31%
Governo Estadual	5%	18%	0%	8%
Porto	5%	0%	8%	3%
Marinha	29%	42%	34%	38%
Univille	3%	21%	26%	19%
Não sabe	3%	0%	0%	1%

Fonte: Da Autora, 2012.

É possível destacar mais elementos do núcleo central das representações nesse momento: viu-se que, principalmente, a prefeitura que é considerada o órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural e essa opinião se estende para a Ilha da Rita, pois é nessa ideia-força que estão ancoradas essas representações. A prefeitura e a Marinha são apontadas como responsáveis, sendo que a Marinha quase sempre em primeiro lugar pelos motivos já expostos: ela não aparece nessa colocação apenas nas respostas dadas pelos entrevistados que têm entre 18 e 29 anos, que coincidem em grande parte com os que estão cursando ou já cursaram graduação e pós-graduação (Tabela 9). Para eles, a prefeitura é considerada como responsável pela Ilha da Rita.

<sup>22</sup> Além de nascerem em uma geração em que o acesso à informação é em maior volume e velocidade, essa geração vivenciou na escola uma maior preocupação com assuntos relacionados à cultura e à história, à formação sensível dos indivíduos do que as gerações anteriores.

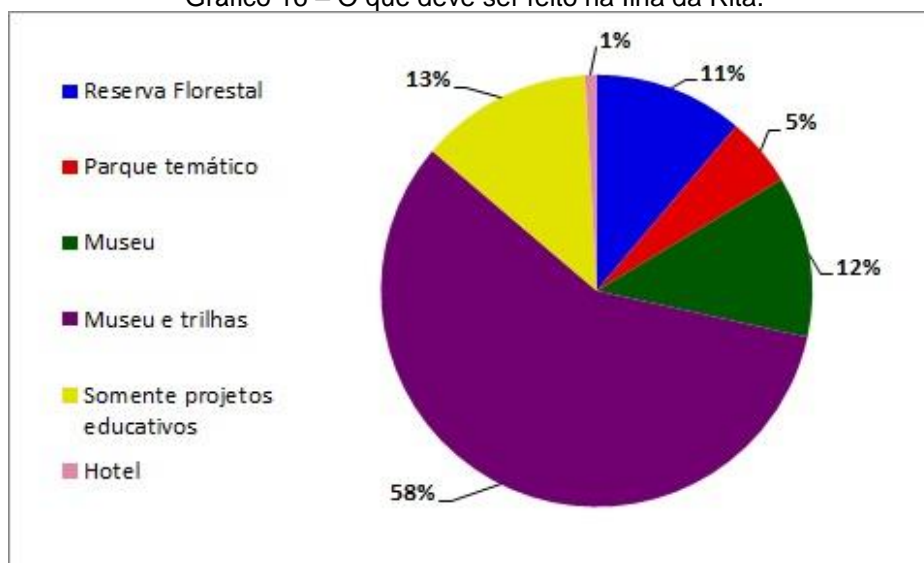
Tabela 9 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X Escolaridade.

	Até 1º Grau	Até 2º Grau	Até Pós-grad	Geral
Município	32%	33%	46%	31%
Governo Estadual	9%	6%	9%	8%
Porto	0%	0%	11%	3%
Marinha	44%	48%	20%	38%
Univille	15%	13%	14%	19%
Não sabe	0%	0%	0%	1%

Fonte: Da Autora, 2012.

Após a investigação das representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita enquanto patrimônio cultural, e em relação ao órgão responsável por sua gestão, o passo seguinte foi a identificação das atividades que podem ser feitas no caso de sua abertura ao público. Buscou-se, por meio disso, perceber o que se espera que seja feito na Ilha. O secretário municipal de Turismo, Augusto Kolling (2012), destacou a necessidade de estudar as possibilidades a serem desenvolvidas como fundamental. Já sabe-se que a representação em torno de sua principal função é a utilização como recurso turístico, dadas as características do município e as representações sociais levantadas e que são influenciadas por isso. Levando em consideração as representações sobre a Ilha da Rita que destacam sua importância histórica e sua riqueza natural como principais motivos para que seja considerada patrimônio cultural, o resultado da questão é uma consequência e pode ser visualizada no Gráfico 16: 58% dos entrevistados afirmaram que nela pode ser feito um museu para contar a história ali representada e também trilhas para que sua natureza exuberante seja conhecida e aproveitada pelos visitantes. Apenas a criação de um museu na Ilha da Rita também foi citada por 12% dos entrevistados, e estas respostas foram consideradas tais quais foram dadas. Acredita-se que essas representações sejam fortemente influenciadas pelas informações que circulam a respeito da intenção da Univille e da Prefeitura Municipal em relação à Ilha da Rita, citadas por pessoas envolvidas nos projetos que estão sendo desenvolvidas e repassadas no boca a boca.

Gráfico 16 – O que deve ser feito na Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

Além destes, 13% dos entrevistados afirmaram que devem ser desenvolvidos somente projetos educativos para conscientizar sobre a história e o meio ambiente a serem preservados. Seguindo a ideia de preservação ambiental, 11% afirmaram que a Ilha deve ser fechada e sua biodiversidade deve ser preservada. Havia ainda mais uma opção no formulário, que foi respondida por 5% dos entrevistados: a construção de um parque temático — as sugestões de temas foram diversas e, em sua maioria, fazendo relação à Marinha e à utilização da Ilha como base naval. Somada às opções existentes, a construção de um hotel ou albergue para mochileiros foi sugerida por 1% dos entrevistados, também aproveitando seu valor histórico e a abundância da natureza. Não houve discrepâncias quando feitos os cruzamentos das respostas entre os fatores sociais relativos ao gênero, à ocupação, à faixa etária, à escolaridade nem ao local de moradia.

Quando perguntados sobre qual acreditam que seria o resultado da reabertura da Ilha da Rita, do total de entrevistados, 82% acreditam que trará desenvolvimento para a região e a população irá se envolver — e esta é uma opinião da qual comungam todas as especificidades levantadas no perfil (não há o que destacar neste sentido). Ao serem questionados se estariam dispostos a se envolver em projetos a serem desenvolvidos na Ilha da Rita, os entrevistados ficaram divididos: 53% afirmaram que iriam, sim, participar, e 47% não. O maior percentual de entrevistados dispostos a participar (Tabela 10) encontra-se na faixa etária dos que possuem mais do que 56 anos.



Tabela 10 – Envolvimento prático com a Ilha da Rita.

	18 a 29 anos	30 e 55 anos	Acima de 56	Geral
Sim	32%	45%	63%	47%
Não	68%	55%	37%	53%

Fonte: Da Autora, 2012.

Pode-se compreender esta representação a partir dos elementos identificados como relativos ao núcleo central quando considerada a participação popular na gestão municipal: não há um conselho municipal de cultura no qual as decisões são tomadas com a participação popular. A administração e as decisões são tomadas pelos órgãos oficiais considerados responsáveis e sem a inclusão direta da população, e é assim que esses indivíduos desenvolveram sua representação sobre a necessidade de se envolverem: apoiam, querem que seja feito e reconhecem a importância, mas não se consideram responsáveis por isso.

A respeito da reabertura da Ilha, 11% responderam que não podem afirmar ao certo o que acontecerá, entre os quais 65% estão na faixa etária que engloba os indivíduos de 18 a 30 anos e que afirmaram que não se envolveriam nas atividades desenvolvidas na Ilha da Rita. Outros 7% apontaram que o turismo irá trazer bagunça e desmatamento para a região, sendo que na questão anterior esses entrevistados sugeriram que fosse feita uma reserva florestal na Ilha. E a maior parte destes não a conheceu pessoalmente e não pretende se envolver nas atividades que, porventura, sejam desenvolvidas.

Uma das principais funções que o patrimônio cultural tem é servir como base para a construção da cidadania por meio do acesso à memória, e a sensibilidade para o patrimônio deve ser desenvolvida desde cedo nas crianças para que se formem a partir disso. Assim, a última questão do formulário buscou investigar o que os entrevistados pensam a respeito de como a Ilha servirá para as futuras gerações. Em termos gerais, a maioria (56%) acredita que elas irão preservar a riqueza ambiental e histórica da Ilha da Rita, irão se apropriar dela e nela desenvolver mais projetos voltados às necessidades do seu tempo. Alguns entrevistados sublinharam que acreditam que isso pode acontecer, mas que é necessário que seja ensinado às crianças a valorização do meio ambiente e da história, e o reconhecimento da Ilha da Rita como um bem que, ao mesmo tempo em que pode produzir recursos econômicos, é um bem cultural que deve ser preservado.

Já 25% dos questionados acreditam que somente darão continuidade para obter os recursos advindos da exploração da Ilha. Percebeu-se, nessas falas, certa descrença nas possibilidades de mudança na configuração que a educação tem e, também, a educação para o patrimônio. Não houve discrepâncias em relação aos fatores sociais, mas pode-se destacar que 58% desses entrevistados consideram que o motivo da preservação do patrimônio esteja relacionado principalmente ao turismo. Percebe-se que essa representação é baseada na importância do patrimônio como recurso econômico e não educacional.

Ainda em relação à questão da relação das futuras gerações com a Ilha da Rita, 16% afirmaram não saber o que pode acontecer e 3% disseram que não acharão relevante a preservação. A grande maioria (80%) dos entrevistados que fizeram esta afirmação têm mais de 56 anos e em suas falas demonstraram total descrédito com as futuras gerações. Destacaram a falta de educação que percebem existir, como as crianças que ficam sem fazer nada de útil, em sua opinião, e que a Ilha não será bem cuidada por elas quando forem adultas.

Além de representantes da administração municipal, das faixas etárias e gêneros entrevistados oralmente, foram realizadas entrevistas com profissionais da educação e da cultura de São Francisco do Sul, buscando compreender as representações daqueles que estão em contato direto com sua construção a respeito do patrimônio cultural. A professora de educação infantil Camila Cristina Silva (2012) defendeu que o patrimônio cultural deve ser preservado por todos e, principalmente, que os órgãos municipais de turismo, educação e cultura precisam trabalhar de forma conjunta. Assim será possível que as crianças e os moradores de São Francisco do Sul tenham conhecimento sobre o seu patrimônio como um todo, não apenas o Centro Histórico, valorizando a história do município e podendo obter ainda maior valor turístico com projetos que envolvam essa população, principalmente as crianças, como já existe em outros locais do país.

O professor de história Douglas Bahr Leutprecht (2012) destacou que é deficiente o ensino da história local nas escolas, que deveria ser dado maior espaço e importância e que isso influenciará a forma como os educandos se relacionam com o seu patrimônio cultural. Outra questão apontada por ele é que, como a maioria dos alunos é formada por migrantes, é difícil trabalhar a identidade local tendo em vista a falta de atenção dada ao ensino de história regional, bem como a dificuldade de material e de inserir esses conteúdos em um programa já muito

pesado. Há a necessidade de produção de material a respeito e também de uma atuação da secretaria municipal de educação em relação à grade curricular, considerando a necessidade de que as novas gerações conheçam a sua própria história para então valorizar suas representações no patrimônio cultural<sup>23</sup>.

Os funcionários públicos Luiz Augusto Ozório (2012), que trabalha na Biblioteca Municipal e é editor de uma revista local, e Jairo Costa (2012), que trabalha no Museu Histórico, afirmaram que nas escolas, em sua época, não era ensinado a respeito, sendo que o conhecimento que adquiriram se deu por meio das histórias contadas pelos mais velhos e do interesse pessoal. Já o estudante Mateus Müller de Oliveira (2012) disse ter aprendido na escola sobre a história da Ilha e a vinda do presidente Getúlio Vargas, mas recordou que foi por iniciativa de um professor muito dedicado e animado em fazer coisas diferenciadas com seus alunos e, anos mais tarde, visitou o Museu Histórico. Ele destaca, entretanto, que deve ser dada maior importância à história local na educação.

Luiz Augusto (2012) destacou a importância das histórias transmitidas pelos mais velhos e afirmou que como isso está se acabando, há a necessidade de que sejam contadas à população e ensinadas nas escolas, para manter a identidade e a memória francisquense. Afirmou ainda que essas iniciativas são solitárias, como a sua em produzir matérias a respeito e publicar em sua revista, e que a imprensa local não tem interesse nisso, pois estão preocupadas apenas com as questões políticas. Outro entrevistado, Rodrigo Dias da Silva (2012), afirmou que aprendeu na escola a respeito, mas nada aprofundado, que seu conhecimento da Ilha da Rita é fruto dos ensinamentos dos mais velhos e de sua vida morando em frente a ela.

A escola possui um fator determinante sobre as representações sociais, bem como os ensinamentos passados pelos mais velhos. Contudo, vê-se que de um lado a escola tem falhado em seu papel no tocante à história local e, de outro, que os mais velhos estão morrendo e com eles as memórias locais. Há a dupla necessidade de inserir nas discussões educacionais do município esta demanda e de registrar as memórias dos antigos moradores, que muito têm a ensinar.

---

<sup>23</sup>Sobre esse assunto, salienta-se que a atual política da CAPES em valorizar a publicação dos pesquisadores brasileiros em periódicos estrangeiros tem feito com que a já pequena produção historiográfica voltada a assuntos regionais seja ainda mais desestimulada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. Acredita-se que o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural por meio da Teoria das Representações Sociais contribua para uma compreensão ampla dos processos históricos e sociais relacionados a ele. Diante disto, considera-se imprescindível que os conceitos de patrimônio cultural, representações sociais, interdisciplinaridade, memória, identidade, identificação e cultura fossem estudados e discutidos neste trabalho para a construção da base teórica desta pesquisa e para demonstrar qual o ponto de vista a respeito.

O patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida, às condições dignas para que a constituição de um indivíduo como cidadão ocorra. O acesso à memória possibilita que ele forje sua identidade. A identidade local ainda exerce grande influência nos processos relacionados à constituição do cidadão. É no local em que se vive que se atua mais diretamente, é a partir dos laços estabelecidos com este local que se sente parte dele. O acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada, seja ela relacionada à materialidade ou às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade, tecem no indivíduo a noção de cidadão participante deste espaço.

As representações sociais fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural, são construções simbólicas e estão relacionadas com as práticas sociais dos indivíduos, são a força de uma sociedade que se comunica e se transforma. Elas refletem a realidade de acordo com tal contexto e são desenvolvidas com o fim de formar e orientar os comportamentos, dominar o ambiente e se comunicar socialmente. Fazendo, então, parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. Contudo, elas não explicam toda a dinâmica social, pois são parte do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de determinada sociedade ou grupo. A produção científica sobre o patrimônio cultural perpassa necessariamente a prática interdisciplinar para obter uma melhor compreensão e poder influenciar no cotidiano da sociedade.

Acredita-se que essa produção deve estar voltada para a realidade dos indivíduos, buscando conhecê-la melhor e produzir conhecimento que gere

alterações na sua vida. Em relação às ciências humanas, pensava-se que elas possam contribuir de forma a auxiliar os indivíduos a entenderem o mundo em que vivem e a proporcionar que as novas gerações sejam preparadas para compreender essas configurações. E isso ocorre pela educação. Uma educação interdisciplinar, global, que forneça os conhecimentos necessários e possibilite que os indivíduos construam seu pensamento da forma complexa que a contemporaneidade exige.

No decorrer desse estudo, viu-se que a realização de uma pesquisa interdisciplinar sobre o patrimônio cultural e as relações sociais decorrentes é extremamente eficaz. Possibilita a compreensão da realidade em seus aspectos históricos e sociais, conhecendo o que influencia e como são construídas as representações da população de São Francisco do Sul sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita, norteando possíveis ações a serem desenvolvidas ali. Assim, esse conhecimento científico pode retornar à população na forma de melhorias em sua qualidade de vida.

Partindo da hipótese de que a Ilha da Rita é reconhecidamente um patrimônio cultural desse município e tendo conhecimento de que as representações a seu respeito são construídas socialmente, buscou-se analisar sua constituição, qual seu conteúdo e como isto é objetivado no cotidiano. Acredita-se que as questões que envolvem a gestão do patrimônio cultural devem considerar a demanda da população, analisando quais sejam e que podem ser positivas ou não em relação à preservação, dado que “a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59). Diante disso, este estudo das representações sociais é também uma das possibilidades para compreender os significados que o patrimônio cultural tem para os indivíduos de São Francisco do Sul, bem como a forma como eles foram construídos e influenciam nos processos de reconhecimento e preservação do patrimônio.

A construção do pensamento social é determinada tanto pelos fatores locais e sociais quanto pelos globais. A configuração desse pensamento, com base nesses fatores, pode ser analisada por meio das representações sociais. Ao ser estudado o patrimônio cultural a partir desta teoria, confirmou-se como ele fundamenta a produção social da memória e os processos de identificação, que serão objetivados nas representações sociais, ao mesmo tempo em que dela se alimentam.

Acredita-se que as memórias e a história contada oficialmente sobre a Ilha da Rita fornecem subsídios para a análise das representações sociais, assim como possibilitam conhecer os aspectos que a constituem enquanto patrimônio cultural é importante para poder entender a gênese dessas representações. Os dados obtidos permitiram a identificação das representações sociais sobre a Ilha da Rita, as necessidades e os anseios da população de São Francisco do Sul em relação a este espaço, entre outros aspectos ligados ao patrimônio cultural do município, bem como confirmaram que a Ilha da Rita é considerada um patrimônio cultural. Crê-se que tais dados podem servir como subsídio para projetos de intervenção cultural no local e no cotidiano desta população, tendo ciência do que esperam e como se envolveriam na continuidade de projetos voltados ao patrimônio cultural da Ilha da Rita e sua preservação.

Defende-se que os projetos relacionados ao futuro da Ilha da Rita devem ser discutidos a partir do conceito de lugar de memória, tendo em vista que os resultados da pesquisa apontaram para a vontade dessa sociedade de que a história ali ocorrida seja preservada e difundida. Contudo, deve-se perceber a Ilha da Rita em relação à contemporaneidade e não cair nem na intenção de uma retórica holística, nem num saudosismo da história ali representada, mas sim perceber a relevância desse espaço na configuração atual da cidade e como os indivíduos podem e querem se apropriar dela no presente e a partir do mesmo.

Os dados levantados demonstraram que suas representações referem-se à importância histórica da Ilha da Rita, pois as memórias fundamentam a identificação local com este patrimônio e são repassadas entre conhecidos e familiares. A familiarização com o novo, descrita por Moscovici (2009), ocorreu quando conheceram a Ilha da Rita, e a construção dessa representação foi baseada nas informações que lhes foram repassadas pelo boca a boca e reforçadas pela própria existência de muitos vestígios materiais da base naval, constituindo um sistema de valores simbólicos sobre o espaço, gerando assim suas próprias representações, constituídas socialmente. Esse sistema de valores simbólicos é constituído por um sistema central, estável, e um periférico, móvel, que define as particularidades e contradições das representações. A forma como esses indivíduos verbalizam e agem em relação ao patrimônio cultural e a Ilha da Rita é a objetivação de como a representação é construída na relação entre os sistemas. A identificação do núcleo central de uma representação possibilita a atuação sobre o contexto em estudo. Por

meio dessa pesquisa foi possível identificar que o núcleo central das representações sobre a Ilha da Rita referem-se à importância histórica e às possibilidades turísticas em torno dela.

A identificação e a análise das representações sociais a partir de dados quantitativos, tratados de forma estatística, e qualitativos, a partir das entrevistas orais e da revisão bibliográfica, constituem-se como uma rica combinação: os dados quantitativos indicam o caminho das representações e os dados qualitativos possibilitam sua compreensão dentro do contexto de análise.

A identificação do perfil mostrou a configuração da amostragem e possibilitou o cruzamento de dados para a localização dos fatores determinantes sobre as representações sociais e a identificação dos grupos. No caso da população e do objeto em estudo, não foi possível definir grupos distintos com pensamentos distintos. Existem elementos cruciais sobre algumas respostas, como visto. Mas, mais forte que a identificação com os grupos relativos a esses fatores, vê-se que está a identidade comunitária. Em São Francisco do Sul, é latente o desejo de preservar a identidade local e promovê-la como forma de sua manutenção e também como meio de subsistência, tendo em vista as atividades turísticas relacionadas ao patrimônio cultural do município.

O estudo das representações de uma população pode levar à compreensão dessa identidade comunitária ou à identificação de grupos distintos. Podese afirmar, a partir da pesquisa realizada, que em São Francisco do Sul é visualizada essa identidade comunitária, uma vez que os núcleos dos sistemas centrais são comuns aos grupos sociais diferenciados por gênero, ocupação profissional, idade, local de moradia, entre outros. São os significados comuns que constituem o sistema central e influenciam os dois processos relacionados à formação das representações sociais (ancoragem e objetivação). Na contemporaneidade, mesmo com acesso a informações de muitos lugares, o que ainda vale nesse município é a comunicação local, cotidiana, e a valorização das formas de vida características, protegendo-a do ritmo acelerado das grandes cidades.

O orgulho de ser francisquense remonta à história representada em um vasto e diverso patrimônio cultural, em belezas naturais exuberantes e na possibilidade de vivenciar tudo isso no dia a dia quando quiserem. O que se percebeu na pesquisa é que nem sempre esse patrimônio é usufruído, sendo mais aproveitado e conhecido pelos turistas do que pelos próprios moradores. O que se identificou é que há a

necessidade da educação para o patrimônio, de uma sensibilização dos próprios moradores. Eles sabem da importância histórica e econômica do patrimônio, reconhecem que fazem parte de sua identidade, mas não aprenderam a usufruir dele — o rico patrimônio precisa ser melhor aproveitado pelas escolas na formação dos cidadãos francisquenses.

Pode-se afirmar que a população de São Francisco do Sul constrói seu pensamento social a partir de uma memória comum, repassada pelos mais velhos, e com base nas informações cotidianas advindas do boca a boca. Maior que os fatores sociais que dividem uma população em grupos distintos, estão a identificação com a história local e seu reconhecimento como fonte de orgulho e que gera renda por meio do turismo. O patrimônio cultural é algo bastante conhecido na cidade, que tem seu Centro Histórico tombado há 25 anos. E isso tem forte influência na gênese das representações sociais sobre o patrimônio cultural desde então: todas as atividades voltadas para a sensibilização da população a respeito, além da convivência diária com esse legado, faz com que o conceito seja familiar. A partir disso, as representações que se relacionem com patrimônio cultural — e no caso dessa pesquisa, em específico a Ilha da Rita — vão ser construídas levando em conta o referencial já existente no pensamento social da cidade.

A população tem compreensão do que é patrimônio cultural, estabelece relações com a cultura e a história dignas de serem lembradas, preservadas e difundidas e que estão representadas no patrimônio do município. Diante da utilização desse patrimônio como recurso econômico turístico, relaciona sua preservação com a atração de turistas e a geração de renda. A partir da identificação da ideia do núcleo central que reconhece a importância histórica do patrimônio e sua utilização como recurso econômico, é que estão ancoradas as representações aqui analisadas, que são repassadas em uma rede de identificação comunitária cujo meio de comunicação mais eficaz é o boca a boca. A Ilha da Rita é considerada um patrimônio cultural, ao que os entrevistados relacionam à importância histórica e à riqueza natural. Os dois motivos são fontes de identificação e orgulho dessa sociedade que reconhece o valor do local onde mora e que tem orgulho disso. O que foi destacado nas entrevistas, porém, é que se fica apenas neste orgulho, esperando que os governos façam algo pela preservação.

A Prefeitura Municipal foi a principal apontada pelos entrevistados quando questionados a respeito da responsabilidade pelo patrimônio cultural. Essa representação se origina do fato de que é a prefeitura que desenvolve as ações



diretas sobre a cultura no município, de acordo com sua função legal. Em seguida, um grande número de entrevistados indicou que a comunidade deve atuar conjuntamente com os órgãos responsáveis: daí pode-se perceber que há interesse em fazer parte dessas ações, considerando que o patrimônio cultural seja uma responsabilidade de todos. A administração estadual aparece em terceiro lugar, e isso se deve ao fato da cidade ser roteiro turístico do estado, bem como a gestão do Museu Nacional do Mar ser compartilhada pelo estado e pelo município. O Iphan foi citado de forma reduzida ao esperado, mas pode-se explicar tal fato a partir das conclusões de Roberta Pauli (2010), que expôs que há um hiato entre o tombamento feito pelo órgão federal e a contemporaneidade, não sendo eficientes as ações preservacionistas, além da população não se sentir participante do processo.

Em relação à Ilha da Rita, a Marinha é destacada por um número maior de pessoas como responsável por sua gestão. Acredita-se que essa representação esteja ancorada nas memórias a respeito do tempo em que serviu como base naval e estava sob os cuidados da Marinha, em contrapartida com as situações posteriores que se seguiram até a sua atual situação. Em segundo lugar, a prefeitura aparece como possível responsável pela Ilha e, na terceira posição, a Univille. É reconhecida a importância dos estudos realizados na Ilha da Rita pela universidade, mas deve-se reconhecer que como as representações são criadas socialmente a partir do núcleo central — e se estas relacionam a responsabilidade do patrimônio cultural à prefeitura, e no caso da Ilha da Rita à Marinha por sua atuação histórica — é natural que pensem assim. Somente projetos educativos poderiam alterar essa visão.

A análise das palavras positivas e negativas possibilitou compreender como a Ilha da Rita é vista hoje, e tal como já era esperado, sua história e sua beleza natural aparecem muito destacadas das demais — e isso é relacionado ao turismo e ao patrimônio cultural. Contudo, as palavras negativas demonstram que há necessidade de que as atividades que estão sendo pensadas para este local de fato sejam implantadas — e no espaço de tempo mais curto possível. Sua história, sua beleza natural e as possibilidades variadas que o espaço oferece contrastam com a atual situação apontada como sendo de abandono. Acredita-se que os novos tempos, pelos quais se torce que a Ilha da Rita esteja por vivenciar, alterem as representações negativas apresentadas.

A partir da compreensão do sistema central que relaciona patrimônio cultural à história e ao turismo, as representações sociais sobre o que deve ser realizado na Ilha no caso de sua abertura, a maioria dos entrevistados acredita que devem ser implantadas atividades relacionadas à história e à natureza para atrair turistas. A opinião em geral é de que isso trará desenvolvimento para a região e a população irá se envolver, no entanto, quando perguntados se estariam dispostos a participar pessoalmente dos projetos, a opinião ficou dividida. Muitos apoiam e querem que sejam desenvolvidos projetos interessantes no local, além de que seja bem administrado pelos órgãos competentes, contudo, não estão dispostos a agir diretamente. Mesmo assim, pouco mais da metade dos entrevistados se disse disposta a colaborar da forma e com os conhecimentos que possui para desenvolver o turismo e também para repassá-los às novas gerações de francisquenses.

É acreditando nas próximas gerações que a maioria dos entrevistados respondeu que elas irão preservar a Ilha da Rita e buscar desenvolvê-la ainda mais a partir das demandas que surgirem. Alguns destacaram, no entanto, que isso só ocorrerá após a conscientização das crianças a respeito da importância que a Ilha tem, bem como o patrimônio como um todo. Percebeu-se, nesta pesquisa, que a educação possui grande força determinante sobre as representações. Notou-se também que é a partir da conscientização da população e da educação para o patrimônio que se alteram os sistemas periféricos que conseqüentemente irão alterar o central, como ocorreu a partir do tombamento do Centro Histórico. É pela educação que pode-se conscientizar as novas gerações sobre a importância da Ilha da Rita, sua história e biodiversidade e sobre sua relevância na contemporaneidade, fatos que justificam sua preservação.

Contudo, além da conscientização da nova geração, é preciso dar atenção à população, que se sente participante apenas como observadora das atitudes tomadas pela gestão pública em relação ao patrimônio cultural. As pessoas fazem questão de opinar, querem participar, mas não têm espaço para isso. Entender o que pensam e como pensam a respeito do patrimônio cultural da Ilha da Rita foi a intenção com o objetivo final de dar voz a essa população. Que os órgãos competentes percebam que não devem apenas se confirmar com o fato de que a população tem orgulho, mas não aproveita seu patrimônio. É necessário que se sintam participantes na prática, que sejam ouvidos e envolvidos diretamente nas ações. Alguns entrevistados destacaram que é preciso a integração entre as áreas

de turismo, educação e cultura do município, e acredita-se que aí está a chave para a inclusão da população nas decisões, ampliando a noção de responsabilidade e atuação sobre o patrimônio e a cultura do seu município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBA, Martha de. De las representaciones colectivas a las representaciones sociales; algo más que un cambio de adjetivo. In: RODRIGUEZ, Eulogio Romero (Org). **Representaciones sociales**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

ALMEIDA, Angela M.O, JODELET, Denise (Org). **Representações Sociais: Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus, 2009.

ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

ALVES, Maria Cristina; MARTINS, Francine Cristina. **Obras de Pavimentação Asfáltica de Estradas Municipais em Joinville e São Francisco do Sul**. Joinville: OAP, 2006.

ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 117, p. 127-147, Novembro/2002.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Arqueologia Pré-colonial do Litoral Norte de Santa Catarina – Balanço Preliminar da Produção Científica. **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - 1997**. CD Room, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Povos sambaquianos: os construtores de montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía Babitonga. **Revista Joinville Ontem e Hoje**. Joinville: Câmara Municipal de Joinville, p. 4-9, mar., 2005.

\_\_\_\_\_. Sambaquianos: os mais antigos habitantes da Baía da Babitonga. In: Prefeitura Municipal de Joinville. **Joinville: os primeiros habitantes**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Eloy L.; SANTOS, Adriana Maria P. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 1-23, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOHN, Letícia Ribas Diefenthaler. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e herança cultural**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

BORBA, Fernanda. **Arqueologia da Escravidão numa Vila Litorânea: Vestígios Negros nas Fazendas Oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. 2013. No prelo. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: \_\_\_\_\_ **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos avançados**. v. 11, n. 5, p. 172-191. São Paulo: USP, 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

ESRI, Environmental Systems Research Institute, **ArcGIS for desktop**, version 10. Software. 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Práticas interdisciplinares na escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. 18 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org). **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELLEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUEDES, Sandra. P. L. C., Findlay, Eleide A. G., HEINZELMANN, Marta. R. Representações Sociais sobre o patrimônio histórico e pré colonial dos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul pertencentes à Baía da Babitonga. **Revista UNIVILLE**. v.9, p.96 - 105, 2004.

\_\_\_\_\_. A construção do herói. **Anais da XXIV Reunião Anual da SBPH**. Curitiba, p.285-290, 2005.

\_\_\_\_\_ et al. Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga. In: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Cartografia - 2007**. Rio de Janeiro, p. 2258-2264, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KNIE, Joachim L.W. (Coord.) **Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga**. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

LANE, Silvia. T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Andréa de. **Cá e lá histórias há**: mitos e símbolos nas lendas de São Francisco do Sul e da Ilha da Madeira. 2010. 78p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

OLIVEIRA, Roberta Nabuco de. **O Patrimônio Cultural da Base Naval da Ilha da Rita: Defesa, Segurança Nacional e o Perigo Alemão na Primeira Metade do Século XX**. 2013. No prelo. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

PALMONARI, Augusto; CERRATO, Javier. Representações sociais e psicologia social. In: ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

PAULI, Roberta Cristina Silva. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

PELLEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, S. J. Em Busca de uma outra História:Imaginando o Imaginário. In: **Revista Brasileira de História**. v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995a.

\_\_\_\_\_. Muito Além do Espaço: por uma História Cultural do Urbano. In: **Estudos Históricos**. v. 8, n.16, p. 279-290,1995b.

PHILIPPI, Arlindo. & SILVA NETO, Antônio. **Interdisciplinaridade em ciência: Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

RODRÍGUEZ, Eulogio Romero. (Org). **Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Anelise; REIS, Maria José. (Org). **São Francisco do Sul**: muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, Angela Cristina. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul**. São Francisco do Sul: Letradágua, 2004.

SOSSAI, Fernando César; COELHO, Ilanil. **Memórias do Jardim Sofia : cenas da cidade migrante**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2011.

THIAGO, Raquel S. As Múltiplas histórias da ilha e arredores. In: SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Anelise; REIS, Maria José. (Org) **São Francisco do Sul** – muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_; COELHO, Ilanil. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville (SC), v.6, n.2, p. 49-62, 2001.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo:Brasiliense, 1987.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

#### Entrevistas Orais

ALMEIDA, V.N. **Vicente Nunes de Almeida**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

CARVALHO, A. N. **Aldair Nascimento Carbalho**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

CORREIA, E. B. **Elias Barros Correia**: depoimento [fevereiro 2000] Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

COSTA, J. **Jairo Costa**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

KOLLING, A. **Augusto Kolling**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

LEITE, O. **Odir Leite**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.



LEUTPRECTH, D. B. **Douglas Bahr Leutprecth**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

LOPES, M. G. **Mariléia Gastaldi Machado Lopes**: depoimento [maio 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago. Joinville, 2000. Cassete sonora. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

OLIVEIRA, M. M. **Mateus Müller de Oliveira**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

OZÓRIO, L. A. **Luiz Augusto Ozório**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

ROCHA, P. C. **Paulo César Rocha**: depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S.Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonora. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

S. THIAGO, A. **Arnaldo S.Thiago**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, C. C. **Camila Cristina Silva**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, R. D. **Rodrigo dias da Silva**: depoimento [outubro 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, Z. D. **Zuleide Duarte da Silva**: depoimento [junho 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

## Mapa

BRASIL, Diretoria de Hidrografia e Navegação. **Rio São Francisco do Sul**: barra e porto. Rio de Janeiro, 1924.

## Internet:

MAZZARO, Rafaela. **Programa Monumenta completa dez anos em São Francisco do Sul**. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=5949>>. Acesso em 15/01/2013.

## APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

### 1) Idade

- 1) 18 a 29 anos    2) 30 a 49 anos    3) Acima de 50

### 2) Gênero

- 1) Masculino    2) Feminino

### 3) Escolaridade:

- 1) nenhuma 2) 1º grau incompleto 3) 1º grau completo 4) 2º grau incompleto  
5) 2º grau completo 6) superior incompleto 7) superior completo 8) pós-graduação

### 4) Ocupação:

- 1) assalariado 2) estudante 3) empresário 4) aposentado 5) dona de casa  
6) desempregado 7) funcionário público 8) autônomo 9) pescador

### 5) É natural de São Francisco do Sul?

- 1) Sim    2) Não

### 6) Se respondeu NÃO na pergunta anterior, mora em São Francisco do Sul há:

- 1) menos de 1 ano 2) entre 1 e 5 anos 3) entre 6 e 10 anos  
4) entre 11 e 15 anos 5) há mais de 20 anos

### 7) Se respondeu NÃO na pergunta três, aponte o motivo que o fez mudar para São Francisco do Sul: \_\_\_\_\_

### 8) Se mora no Distrito do Saí (Vila da Glória), com que frequência vai até a Ilha de São Francisco do Sul?

- 1) Diariamente.  
2) Semanalmente.  
3) Mensalmente.  
4) Raramente.  
5) Nunca.

### 9) Se mora no Distrito do Saí (Vila da Glória), com que frequência vai até Joinville?

- 1) Diariamente.  
2) Semanalmente.  
3) Mensalmente  
4) Raramente.  
5) Nunca.

**10) O que é Patrimônio Cultural?**

- 1) Bens que possuem valor e significado para determinado grupo ou para todos.
- 2) O que é guardado/acumulado ao longo dos anos.
- 3) Coisas antigas, sem muito significado.
- 4) Museus e coisas do tipo.
- 5) A propriedade de uma pessoa.
- 6) Outro: \_\_\_\_\_

**11) (Só para quem é do Distrito) O que você considera como Patrimônio Cultural do Distrito (Vila da Glória)?**

- 1) Engenhos
- 2) Ruínas
- 3) Igrejas
- 4) Sambaquis
- 5) Pesca
- 6) Natureza
- 7) Ilha da Rita
- 8) Outros: \_\_\_\_\_

**12) Onde fica?**

R: \_\_\_\_\_

**13) Quem deve preservar o Patrimônio Cultural?**

- 1) Prefeitura.
- 2) Empresas.
- 3) Comunidade.
- 4) Governo do Estado.
- 5) IPHAN – órgão federal.
- 6) Proprietário.
- 7) Ninguém.
- 8) Outro: \_\_\_\_\_

**14) Por que preservar o Patrimônio Cultural?**

- 1) Beleza que agrada ao morador.
- 2) Turismo é bom para a cidade.
- 3) Preservação da História local.
- 4) Não sei.
- 5) Outro: \_\_\_\_\_

**15) Como avalia a atenção que o governo municipal dá para o Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul?**

- 1) Ótima.
- 2) Está bom assim, mas poderia ser melhor.
- 3) Pouca.
- 4) Nenhuma.

**16) Como avalia a atenção que o governo municipal dá ao Patrimônio Cultural do Distrito do Saí (Vila da Glória)?**

- 1) Ótima.
- 2) Está bom assim, mas poderia ser melhor.
- 3) Pouca.
- 4) Nenhuma.

**17) Já ouviu falar da Ilha da Rita?**

- 1) Sim 2) Não

**18) Já foi visitar a Ilha?**

- 1) Sim 2) Não

**19) Como conheceu a Ilha?**

- 1) Escola
- 2) Amigos ou familiares
- 3) Passeio pela região
- 4) Museu Histórico
- 5) Outros: \_\_\_\_\_

**20) Fale três palavras positivas que vem à mente quando se fala em “Ilha da Rita”?**

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

**21) Fale três palavras negativas que vem à mente quando se fala em “Ilha da Rita”?**

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

**22) A Ilha da Rita é um patrimônio?**

- 1) Sim 2) Não

**23) Por quê?**

R: \_\_\_\_\_

**24) De quem é a responsabilidade de cuidar e manter a Ilha da Rita?**

- 1) Município.
- 2) Governo Estadual.
- 3) Porto.
- 4) Marinha.
- 5) Univille.
- 6) Iphan.

**25) Na sua opinião, o que poderia ser feito na Ilha?**

- 1) Reserva Florestal.
- 2) Parque temático.
- 3) Museu.
- 4) Trilhas.
- 5) Museu e trilhas.
- 6) Somente projetos educativos.
- 7) Outro: \_\_\_\_\_

**26) Qual acredita que seria o resultado?**

- 1) Bagunça e desmatamento por causa do turismo.
- 2) Desenvolvimento para a região e envolvimento da população.
- 3) Não vai dar certo.
- 4) Não tem ideia.
- 5) Outro: \_\_\_\_\_

**27) Se fosse desenvolvido nela algum projeto, você se envolveria?**

- 1) Sim
- 2) Não

**28) Como acha que as futuras gerações se relacionarão com a Ilha da Rita?**

- 1) Vão preservar e desenvolver ainda mais atividades nela.
- 2) Não vão achar relevante a preservação.
- 3) Vão apenas dar continuidade no que for criado agora para continuar tendo dinheiro com o turismo.
- 4) Não sabe.
- 5) Outro: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS ORIAS**

- 1)** Identificação (Nome, idade, profissão, residência, grau de escolaridade).
- 2)** Conhece pessoalmente a Ilha da Rita? Qual sua relação com ela?
- 3)** O que pensa sobre a Ilha da Rita?
- 4)** O que poderia ser feito dela e qual você acha que seria o resultado? Você se envolveria em algum projeto realizado na Ilha da Rita?
- 5)** O que é patrimônio cultural para você?
- 6)** A Ilha da Rita é um patrimônio cultural?
- 7)** O que mais em São Francisco do Sul é?
- 8)** Qual o patrimônio mais importante da cidade?
- 9)** Como acha que as futuras gerações se relacionarão com a Ilha da Rita?

## **APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTAS ORAIS**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTAS ORAIS**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Representações Sociais sobre a Ilha da Rita”, realizada por Cibele D. Piva Ferrari e orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. A partir do estudo das representações sociais, que é uma importante ferramenta na compreensão e transformação da vida social e de seus significados, a pesquisa objetiva identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. Isto será feito através da aplicação de formulários e realização de entrevistas orais com moradores de São Francisco do Sul que se dispuserem a colaborar com a pesquisa.

A entrevista oral que será gravada com você só será utilizada após sua concordância com a transcrição e a sua divulgação. Após a análise dos dados, esta entrevista será doada ao Laboratório de História Oral da Univille. Os riscos ao participar desta pesquisa são mínimos, apenas os riscos normais do dia-a-dia uma vez que todas as providências para que os seus direitos como sujeito da pesquisa sejam resguardados serão tomadas.

A pesquisa será realizada nos anos de 2011 e 2012 e após a conclusão da dissertação, será enviada uma via à Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, para que possa servir como base para a elaboração de políticas públicas de cultura.

A responsável pela pesquisa é Cibele D. Piva Ferrari, que está totalmente a disposição para esclarecimentos antes, durante e após a realização da pesquisa, no telefone (047) 8801-4841, em horário comercial.

**ATENÇÃO:** A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária, sem custos e você pode desistir a qualquer momento ou se recusar a responder alguma pergunta, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. Em caso de dúvida

quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Pesquisador responsável: Cibele D. Piva Ferrari

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_